

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MAIARA PEREIRA DE SANTANA

**FORMAS RETÓRICAS DE DIZER: O JORNALISTA CELSO MING E SEUS
ARTIGOS DE OPINIÃO**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2015

MAIARA PEREIRA DE SANTANA

FORMAS RETÓRICAS DE DIZER: O JORNALISTA CELSO MING E SEUS
ARTIGOS DE OPINIÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, como exigência parcial à obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira.

SÃO PAULO

2015

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

Esta dissertação, produzida na linha *Texto e discurso nas modalidades oral e escrita*, do Programa de Estudos em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem por objetivo realizar uma leitura retórica de artigo opinativo, especificamente, o de domínio econômico, escrito pelo jornalista Celso Ming para o jornal O Estado de São Paulo. Para análise, adota-se a perspectiva da retórica, arte e técnica grega, que se atém aos discursos que são passíveis de persuasão e o estudo do artigo de opinião, cuja estrutura comporta um problema observado, uma discussão e uma solução ou avaliação da questão tratada, além de permitir uma leitura retórica em que se consideram elementos *intra* e *extra* – textuais: a composição do texto, as marcas linguísticas e também o veículo, o redator- jornalista, o leitor a quem se dirige o texto, as intenções do autor. A opinião (*doxa*, na retórica) promove uma interação entre as partes, no entanto, uma visão ou concepção ideológica prevalece (a do redator). De forma a compor a base analítica desta investigação, fundamentamos nos estudos de teóricos das áreas de retórica uma leitura retórica se atém aos discursos que se enquadram como persuasivos e os estudos de Aristóteles (2005), de Perelman-Tyteca (2005), Olivier Reboul (2004), Michel Meyer (2007) e Ferreira (2010) O estudo parte das seguintes perguntas sobre o ato de comunicar pelo jornal impresso: a quem atende? O que se divulga? Quais as consequências desse ato retórico (o texto)? Pauta-se, também, em um objetivo amplo e geral (analisar, pela perspectiva da retórica, os artigos de opinião escritos pelo jornalista Celso Ming) e por outros mais específicos: Identificar nos artigos os argumentos: com base na estrutura do real e de autoridade. Relacionar a configuração do real e do verossímil. Guiados por tais objetivos, elencaram-se as categorias de análise: I) identificação do gênero retórico e da questão retórica. II) identificação do contexto retórico, III) dos elementos que evidenciam o problema e da solução do problema, IV) A identificação com a estrutura do discurso retórico: *inventio*, *dispositivo*, *elocutio* e *peroratio*. Os resultados obtidos: os artigos foram escritos no período de dez dias, de 1º de janeiro de 2011 a 11 de janeiro deste mesmo ano. A justificativa para escolha dos textos neste período foi o contexto pós-crise americana de 2008 e a expectativa promovida por este referente a um novo governo que se instaurava no Brasil, assim, os atos retóricos (os textos disseminados em jornais de grande credibilidade, como *O Estado de São Paulo*, formador de ideologias), fez dos artigos de opinião se constituir em mecanismos de influência dos leitores. A análise comprava que prevalece o gênero retórico deliberativo em todos os artigos analisados, o auditório considerado pelo orador variou em consonância com cada artigo entre o universal e o particular.

Palavras-chave: Artigo de opinião; Argumentação; Retórica; Economia.

ABSTRACT

This dissertation, produced in the line *Oral and written text and discourse* of the syllabus of Portuguese Language of the Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP), aims to do a rhetorical reading of an economic opinion article by Celso Ming appeared in the newspaper O Estado de São Paulo. For analysis purposes it is used the perspective of the rhetoric, Greek art and technique that studies the discourses used to persuade, and the opinion article, with a structure that includes an observed problem, a discussion and a solution or evaluation of the issue. Besides, it allows a rhetoric reading taking into account *intra* and *extra* text elements, such as the text composition, linguistic marks, the redactor journalist, the reader to whom the text is aimed, the author intentions. The opinion (*doxa* in rhetoric) promotes an interaction between the parts but a vision or ideological conception prevails. To compose the analytic base of this investigation, we have as foundation the studies of the theorists of the rhetoric areas studying the persuasive speeches and the studies of Aristotle (2005), Perelman-Tyteca (2005), Olivier Reboul (2004), Michael Meyer (2007) and Ferreira (2010). The study starts with the next questions about the act of communication through the newspaper: Whom does it attend? What is made public? What are the consequences of that rhetoric act (the text)? It is also guided by a wide and general objective (analyze through the perspective of the rhetoric the op-ed articles written by the journalist Celso Ming) and by more specific ones: identify in the articles the arguments based on the structure of the real and the authority, link the configuration of the real and the plausible. Guided by such objectives the analytical categories are: I) Identification of the rhetoric genre and question, II) Identification of the rhetoric context, III) Identification of the elements that show the problem and the solution to the problem, IV) Identification with the structure of the rhetoric discourse: *inventio*, *dispositio*, *elocutio* and *peroration*. The results are: the articles were written in a lapse of time of ten days, from the first to the 11th of January in 2011. The justification to choose texts from this period was the context of the 2008 post-crisis America and the expectative that this referent imposes in the new government being formed in Brazil. This way the rhetorical acts (the texts spread through credited ideology maker newspapers such as *O Estado de Sao Paulo*) made the opinion articles become influential to the readers. The analysis proves that the prevalent genre in all the articles analyzed was the rhetoric deliberation and that the audience aimed by the speaker varied between the universal and the particular in accordance with each article.

Keywords: Opinion article; Argumentation; Rhetoric; Economy.

AGRADECIMENTOS

A Deus que abençoou o meu caminho.

Ao Professor Dr. Luiz Antonio Ferreira, meu querido orientador, agradeço pela dedicação, paciência, pelas sábias e agradáveis aulas e pelos conselhos.

À Profa. Dra. Ana Lúcia Tinoco Cabral, pela confiança.

À Profa. Dra. Aparecida Regina Borges Sellan, pela confiança.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos para realização do mestrado.

Ao coordenador do Programa de Língua Portuguesa: prof. Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira, pelo trabalho e entusiasmo.

À secretária do Programa de Língua Portuguesa: Lourdes, por sua dedicação.

Aos meus pais: Antônio Carvalho de Santana e Avelina Pereira de Santana, pela dedicação e amor.

Aos meus irmãos, pelo exemplo.

Aos amigos e colegas que direta e indiretamente me incentivaram.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO I	12
1 O JORNAL	12
1.1 O SURGIMENTO DA IMPRENSA BRASILEIRA	12
1.3 NASCIMENTO DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO	15
1.4 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: ALGUNS CONCEITOS	17
1.5 CONCEPÇÃO DE ARTIGO OPINATIVO NO ÂMBITO JORNALÍSTICO	22
1.5.1 Verdade, opinião e o Jornal	24
1.5.2 A construção da verdade e do verossímil	25
1.6 POR QUE O TEXTO DE CELSO MING É UM ARTIGO DE OPINIÃO?	29
1.6.1 o público-leitor o <i>pathos</i>	30
1.6.2 quem é o jornalista Celso Ming	30
CAPÍTULO II	32
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	32
2.1 RETÓRICA: ASPECTOS HISTÓRICOS	32
2.2 AS OBRAS DE ARISTÓTELES	35
2.2.1 Lógica	35
2.2.2 Conhecimento	35
2.2.3 Moral e política	36
2.2.4 Criação	36
2.2.5 Obras apócrifas	36
2.3 O LICEU	37
2.4 A RETÓRICA	38
2.5 DEFINIÇÕES	40
2.6 COMPONENTES DA RETÓRICA	42
2.7 <i>ETHOS</i> : A REPRESENTAÇÃO, O JOGO DO VEROSSÍMIL	43
2.8 <i>PATHOS</i> : O JOGO PERSUASIVO	46
2.9 <i>LOGOS</i> : A LÓGICA DO QUE É POSSÍVEL	47
2.10 AS PROVAS E OS RACIOCÍNIOS NA RETÓRICA A REALIDADE, A VEROSSIMILHANÇA E A PERSUAÇÃO	49
3 O ORADOR E SEU AUDITÓRIO	50

3.1 O AUDITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO DO ORADOR	50
3.2 ADAPTAÇÃO DO ORADOR AO AUDITÓRIO	51
3.3 PERSUADIR E CONVENCER	51
3.4 OS TRÊS TIPOS DE AUDITÓRIOS	52
3.5 O AUDITÓRIO UNIVERSAL	52
3.6 A ARGUMENTAÇÃO PERANTE UM ÚNICO OUVINTE	53
3.7 A DELIBERAÇÃO CONSIGO MESMO	53
3.8 OS ASPECTOS DA ARGUMENTAÇÃO	54
3.10 OS GÊNEROS RETÓRICOS	60
4 A RELEVÂNCIA DAS FIGURAS DE RETÓRICA	64
5 RETÓRICA E OS FATOS DO MUNDO	71
CAPÍTULO III	78
3 ANÁLISE DE ARTIGO DE OPINIÃO	78
3.1 APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE	78
3.2 CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE OS TEXTOS FORAM ESCRITOS	80
3.3 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> :	85
3.4 <i>CORPUS</i>	88
3.4.1 Leitura retórica de <i>Calote na área do euro?</i>	90
3.5 <i>CORPUS</i>	97
3.5.1 Leitura retórica de <i>Como domar a inflação?</i>	99
3.6 <i>CORPUS</i>	106
3.6.1 Leitura retórica de <i>Raras e Cobiçadas</i>	109
3.7 <i>CORPUS</i>	112
3.7.1 Leitura retórica de <i>Ainda falta muito</i>	114
3.8 <i>CORPUS</i>	118
3.8.1 Leitura retórica de <i>Austeridade e juros</i>	121
3.9 <i>CORPUS</i>	124
3.9.1 Leitura retórica de <i>Não é só o que parece</i>	126
4 <i>CORPUS</i>	128
4.1 LEITURA RETÓRICA DE <i>A INFLAÇÃO MOSTRA FORÇA</i>	130
5 <i>CORPUS</i>	133
5.1 LEITURA RETÓRICA DE <i>POUCO PROGRESSO</i>	136
5.2 <i>CORPUS</i>	139
5.2.1 Leitura retórica de <i>Guerra é guerra</i>	142

CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	150
ANEXOS	153
ANEXO A – CALOTE NA ÁREA DO EURO?	154
ANEXO B – AUSTERIDADE E JUROS	155
ANEXO C – NÃO É SÓ O QUE PARECE	156
ANEXO D – A INFLAÇÃO MOSTRA FORÇA	157
ANEXO E – POUCO PROGRESSO	158
ANEXO F – GUERRA É GUERRA	159
ANEXO G – A INFLAÇÃO MOSTRA SUA FORÇA	160
ANEXO H – COMO DOMAR A INFLAÇÃO?	161
ANEXO I – RARAS E COBIÇADAS	162
ANEXO J – AINDA FALTA MUITO	163

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação, na linha *Texto e discurso nas modalidades oral e escrita*, do Programa de Estudos em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem por objetivo realizar uma leitura de artigo opinativo, especificamente, o de domínio econômico, escrito pelo jornalista Celso Ming para o jornal O Estado de São Paulo.

Adotamos, nesta pesquisa, a perspectiva da retórica – arte e técnica grega que se atém aos discursos passíveis de persuasão – e o estudo do artigo de opinião, cuja estrutura comporta um problema observado, uma discussão e solução, ou avaliação da questão tratada, além de permitir uma leitura retórica em que se consideram elementos *intra* e *extra* – textuais: a composição do texto, as marcas linguísticas e também o veículo, o redator- jornalista, o leitor a quem se dirige o texto (*ethos*, *pathos*, *logos*, na retórica), as intenções do autor (apresentar um juízo, dizer se algo é útil ou não, aconselhar sobre um assunto).

Por serem suscetíveis à persuasão, os artigos estabelecem um diálogo entre o redator (jornalista), a empresa jornalística e o leitor. Assim, há um “acordo” entre essas três instâncias para veicular opinião e usar meios de persuadir o leitor. A opinião (*doxa*, na retórica) promove interação entre as partes, no entanto, a visão ou concepção ideológica prevalece (a do redator).

De forma a compor a base analítica desta investigação, fundamentamo-nos nos estudos de teóricos das áreas de retórica, de jornalismo, artigos científicos sobre artigo de opinião, sobre economia.

O interesse pelo tema desta pesquisa surgiu em decorrência de dois fatores: o primeiro, uma reflexão sobre o ato de comunicar pelo jornal impresso: atender a quem? O que divulgar? Com quais consequências? Assim, as estratégias argumentativas do orador respondem às intenções do veículo de comunicação, como também da empresa jornalística e do próprio redator do texto. O segundo fator é que uma leitura consciente do artigo opinativo, considerando o auditório e as condições de argumentação, contribui para melhor entendimento do texto e do panorama

econômico do país, visto que o texto em questão é um dos escassos meios de acesso à política econômica à maior parte da população brasileira.

A partir dessas questões, delineamos o objetivo geral desta investigação e as categorias de análise.

Objetivos:

a) Geral

Analisar, pela perspectiva da retórica, os artigos de opinião escritos pelo jornalista Celso Ming.

b) Específicos

Identificar nos artigos os argumentos: com base na estrutura do real e de autoridade.

Relacionar a configuração do real e do verossímil.

Com base no objetivo geral, elegemos as categorias de análise: I) identificação do gênero retórico e da questão retórica; II) identificação do contexto retórico; III) dos elementos que evidenciam o problema e da solução do problema; IV) a identificação com a estrutura do discurso retórico: *inventio*, *dispositivo*, *elocutio* e *actio*.

No que diz respeito à metodologia, adotamos a abordagem qualitativa e a coleta de dados para a realização sua realização, cuja base centra-se na análise textual sob a perspectiva da retórica.

A pesquisa organiza-se em três capítulos: I) Breve histórico do jornal *O Estado de São Paulo*; II) *As formas retóricas de dizer* que traz uma discussão sobre os aspectos históricos da retórica; III) *Análise retórica de artigo de opinião*. Além de considerações iniciais, considerações finais, referências bibliográficas e anexos.

Ressaltamos, que a dissertação busca comprovar que o discurso não se pauta apenas por formas rígidas e mecânicas, mas sim delinea-se em consonância com o auditório e o gênero escolhido. As partes constitutivas do discurso aparecem mais ou menos nitidamente no texto, contudo, se vasculhadas, aparecem de algum modo, assim como as provas confirmadas e refutativas. Olhamos para a disposição, o lugar retórico, o plano do tipo em que se sustenta o discurso. Levamos em consideração, também, a confirmação, o ponto forte da sedimentação do *logos*. Preocupamo-nos com os argumentos de defesa e ataque, que se misturam de modo estratégico para ressaltar o *ethos* do orador.

CAPÍTULO I

1 O JORNAL

O presente capítulo tem por intuito traçar um breve histórico do surgimento da imprensa brasileira e do jornal O Estado de São Paulo; discutir sobre a estrutura do gênero artigo de opinião, o auditório ou público-leitor deste gênero no veículo informativo *O Estado de São Paulo* (OESP); e apresentar o jornalista Celso Ming.

1.1 O SURGIMENTO DA IMPRENSA BRASILEIRA

A retórica consiste numa técnica de persuasão e se presentifica em discursos que pretendem convencer o outro à adesão a uma causa. Dessa forma, utiliza-se a “técnica ou arte do bem dizer” nos meios de comunicação – publicidade, empresas jornalísticas –, que necessitam alcançar a credibilidade, a confiança, seja de um consumidor ou de um leitor.

A respeito da publicidade e da propaganda, Meyer (2007) afirma que o uso da retórica se diferencia nessas instâncias midiáticas. Assim, na propaganda, esforça-se em mascarar uma distância entre as expectativas do orador e as do público logo, *ethos* e *pathos* devem se assemelhar. Por sua vez, na publicidade, pretende-se criar a necessidade de um produto; *ethos* do orador e o *pathos* não se coincidem.

Seja na publicidade ou na propaganda, o uso da retórica atua como meio de sedução do público e a negociação da distância aborda figuras, imagens de ícones (modelos, celebridades, entre outras) para despertar paixões, identificação nas dimensões *ethos* e *pathos*. Ressaltam-se também os discursos em que sobressaia a opinião, seja ela da instituição jornalística ou do próprio redator do discurso. O *ethos* consiste na dimensão representativa que unifica essa opinião. Como exemplo, há os

artigos de opinião, o edital, a carta ao leitor, formas retóricas de dizer que estão presentes desde o início da imprensa brasileira.

A imprensa brasileira foi criada em 1808, pelo jornalista Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nascido em 25 de março de 1774, em Colônia do Sacramento, Portugal. Filho de Félix da Costa Furtado de Mendonça (servo das tropas reais portuguesas), veio ao Brasil, realizou os primeiros estudos em Porto Alegre; depois, foi a Coimbra (local em que se formou em Leis e Filosofia).

Anos depois, passou uma temporada nos EUA, tornou-se maçom, conheceu e admirou a liberdade de imprensa e de crença, sendo, a partir de então, defensor do liberalismo. Voltou a Lisboa, em fins de 1800, assumiu o cargo de diretor literário da Casa Literária ou Oficina Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego (em que publicou várias obras). Em 1802, foi a Londres cumprir a missão de comprar livros para a Biblioteca Pública e máquinas para a Imprensa Régia.

Perseguido em Lisboa e preso (por ser maçom e também por descumprir tratos com a coroa portuguesa), em janeiro de 1803, depois de seis meses de cárcere, foi transferido para a prisão da Inquisição. Em 1805, fugiu para a Inglaterra. No período de 1805 a 1808, já com o *Correio Braziliense* atuando, viveu de aulas e traduções comerciais, literárias e jornalísticas.

Em 1808, fundou o jornal *Correio Braziliense* com as seções: Política, Comércio e Artes, Miscelânea: matérias polêmicas sobre o Brasil e Portugal. O jornal tinha formato *in-oitavo* e publicação sucessiva de capítulos. O jornal de Hipólito foi o primeiro periódico brasileiro e o primeiro jornal em português, livre de censura. O *Correio Braziliense* almejava liberdade de imprensa e uso da notícia como meio de formação social:

Propusemo-nos a escrever em Inglaterra para poder, à sombra de sua sábia lei, dizer verdades que é necessário que se publiquem, para confusão dos maus e esclarecimento dos vindouros, verdades que se não podiam publicar em Portugal e nunca nos perdoaríamos a nós mesmos se omitíssemos o comunicar aos portugueses" (apud Sergio Goes de Paula, *Correio Braziliense*, vol. IV, 1810, pp. 211-2)

Mesmo “sem censura”, o jornal sofreu interdições nos anos 1810, 1812 e 1817 (no Brasil e em Portugal). Contudo, durou por causa do talento e da obstinação de seu fundador e do auxílio de membros da maçonaria:

Mas, sem ajuda, um indivíduo sozinho não seria capaz de tal empresa, e foi principalmente por meio da maçonaria — presente no Brasil e em Portugal no início do século XIX e então já muito forte na Inglaterra — que vieram os contatos imprescindíveis, as articulações com facções de poder que se mostraram suficientes até mesmo para garantir a proteção inglesa contra a polícia portuguesa. É bastante conhecida a importância das lojas maçônicas nas lutas pela independência brasileira e contra o absolutismo de modo geral, quando desempenharam funções hoje atribuídas aos partidos políticos, às organizações da sociedade civil e associações profissionais, à universidade, contribuindo para a laicização da sociedade, formulando e analisando os problemas nacionais à luz das teorias da época. O próprio *Correio Braziliense* chama a atenção para as necessidades e função das “sociedades particulares”, que, segundo Antonio Candido, correspondem a uma necessidade de organização social, pois a marcha da civilização está ligada à diferenciação da sociedade, e condicionam o funcionamento do Estado, ao se interpoem entre este e o indivíduo. (CANDIDO, apud PAULA, p. 234)

No início do século XIX, a maçonaria, então presente no Brasil e em Portugal, combateu o absolutismo e foi favorável à Independência brasileira e, por meio de articulações com membros do poder, contribuiu com a laicização da sociedade, a universidade e o progresso:

[...] nossa breve “época das luzes”, em que os intelectuais deixaram de ambicionar o estatuto de artistas, voltaram-se para a aplicação prática das ideias e tomaram como missão esclarecer a sociedade. É quando o jornalismo e o ensaio político crescem, em detrimento das belas letras; muda a composição da intelectualidade, e padres e bacharéis de formação clássica, identificados com os interesses da Coroa, dão lugar a “ilustrados” com mentalidade progressista, livres, pelo menos em parte, do ranço jesuítico e legalista, e que se voltam para os estudos “filosóficos”, marcados pelo idealismo humanista, pela concepção pragmática da inteligência, pela confiança na razão e na ciência [...] (Sergio Goes de Paula, *Correio Braziliense*, vol. IV, 1810, p. 25, 1º§).

A atuação do jornal de Hipólito iniciou quando a Corte Real veio ao Brasil e o periódico dedicou-se ao esclarecimento das classes dominantes, perdurando até a Independência, período em que seu fundador foi designado a trabalhar como diplomata em Londres. Em 1823, Hipólito morreu na Inglaterra e o periódico não mais foi lançado.

1.3 NASCIMENTO DO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

O jornal O Estado de São Paulo (doravante *OESP*) foi criado em 1875. Segundo a edição Especial do Estadão de 18 de janeiro de 2015: “De oposição ao regime imperial, foi fundado por 21 republicanos convencidos da necessidade de uma voz na imprensa que difundisse ideias de emancipação política, dentre eles, muitos eram abolicionistas”.

A comissão do jornal era formada por dez fazendeiros, cinco advogados, quatro capitalistas, um negociante e um jornalista. Nos anos 1879, 1882 e 1884, houve alterações no comando da empresa jornalística, conforme a edição Especial de 18 de janeiro de 2015:

Em 1879, 1882 e 1884, o jornal passou por três alterações no controle societário. Em 1885, enfrentou grave crise. Alberto Salles, irmão de Campos Salles, havia entrado na sociedade no ano anterior, quando saíram Américo de Campos e José Maria Lisboa. Ao deflagrar campanha antilusitana, Salles desagradou profundamente aos influentes comerciantes portugueses de São Paulo, que retiraram seus anúncios (José Alfredo Vidigal Pontes: O ESP. Edição Especial, p. H2, 18/01/2015.11º§).

O jornal OESP reergueu-se da crise financeira com a chegada do jornalista, filho de portugueses, Júlio de Mesquita Filho que se tornou gerente em 1888 e, depois, se tornaria o único dono. Em 1890, o nome do periódico foi alterado para O Estado de São Paulo. O jornal foi reconhecido por seu poder de intervenção e mediação entre o público leitor e os eventos políticos, por exemplo, eram favoráveis à abolição da escravidão e à República, conforme edição Especial de 18 de janeiro de 2015:

Em 1874, participantes da Convenção de Itu se reuniram em Campinas para angariar fundos e criar um jornal que ecoasse as propostas do novo PRP. Seu “plano de ação”, redigido por Américo Brasiliense e datado de 2 de outubro de 1874, defendia a “descentralização completa” do Estado brasileiro, liberdade de ensino e aprendizagem obrigatória, separação entre Igreja Estado, casamento e registro civil de nascimento e mortes, secularização de cemitérios, Senado temporário e eletivo, “eleição direta sob bases democráticas”, e, como meta particularmente desejada pelos paulistas, “presidentes de províncias eleitos por estas”... Embora o novo jornal evitasse, ao menos no início, declarar-se confessadamente favorável à queda da monarquia, seus 17 donos eram conhecidos chefes republicanos, incluindo os sócios principais, Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos (GOMES. In: OESP, 18/01/2015. H6. 10º§).

Outros exemplos de intervenção ou mediação dos processos políticos e ideológicos podem ser citados. Segundo José Alfredo Vidigal Pontes, em 1901, os líderes do jornal (Júlio de Mesquita e Cerqueira César) realizaram a primeira dissidência republicana. Depois do advento da República Velha opôs-se ao sistema eleitoral “bico- de- pena” (voto aberto e manipulação), apoiou a candidatura de Ruy Barbosa à presidência em 1909; em 1930, apoiou a aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas a presidente do país. Nesses momentos históricos citados, houve também, segundo Pontes, perigo sofrido pelo líder do jornal por envolvimento em fatos políticos, conforme trecho:

Júlio Mesquita foi preso a mando do governo federal apenas por ter dialogado com os revolucionários. Apesar da neutralidade de “O Estado”, concordante com as críticas dos revolucionários ao governo federal, mas discordante da sublevação militar como meio de contestação (PONTES, disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/c_ont11.htm>, 12º§).

A ideia de neutralidade remete à relação política e ao manejo para manter-se com um bom vínculo tanto com os revolucionários quanto com o governo. No trecho transcrito, observa-se a eficácia da retórica utilizada pelo jornal OESP, na época. É observada também a atuação de manipulação e “jogo retórico” desse veículo de comunicação para “sobreviver” em momentos de decisões políticas, ou seja, decisões que remetem ao universo da *doxa*; assim, as formas retóricas de dizer atuam no cenário político ideológico da formação da opinião pública do país, a exemplo dos fatos relatados do jornal em questão.

1.4 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: ALGUNS CONCEITOS

O artigo de opinião consiste num texto que desperta interesse de pesquisadores por sua relevância social: a de ser veiculado em jornais e revistas de grande circulação e trazer temáticas sobre diversos âmbitos de interesse social. Este caráter do artigo opinativo se justifica por veicular opinião, pensamentos (do jornalista ou do colaborador). O texto baseia-se numa estrutura dissertativa, estabelecendo raciocínios pelo uso de argumentos e interação com o leitor.

Algumas concepções referentes ao texto em discussão se fazem necessárias à percepção do que caracteriza o artigo opinativo, e são pautadas nos artigos científicos: *O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação* (escrito em 2009 pelas autoras: Odete Maria Benetti Boff, Vanilda Salton Koche e Adianne Fogali Marinello); *Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo*, de Terezinha de Jesus Bauer Uber (2007-2008); e a obra *Estética da Criação Verbal* (2009), de Mikhail Bakhtin.

No artigo *O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação* (2009), o objetivo das autoras traduziu-se em definir o gênero, caracterizá-lo e discutir a interação existente entre dois sujeitos: o autor e o leitor, com uma abordagem didática, sobre como usar o gênero artigo na sala de aula. No primeiro artigo, há a definição para o gênero em discussão, a partir de Bakhtin (1997), Bazerman (2006), Bronckart (2003), Marcuschi (2005); sobre o caráter argumentativo do texto, as fontes foram: Brakling (2000), Perelman (1988) os teóricos: Faraco e Tezza (2001), Kaufman e Rodríguez (1995), Antunes (2006) e Cunha (2002).

Bakhtin (2009) define o gênero como produto da atividade humana: “os gêneros estão vinculados às diferentes atividades da esfera humana, constituindo-se como mediadores de diversos discursos étnicos, culturais e sociais” (Bakhtin 1997, p. 279). Esta definição presume o gênero discursivo a partir das formas de comunicação humana, ou seja, os diversos tipos de texto surgem das comunicações em empresas, em escolas ou instituições.

Considerando a concepção de Bazerman (2006), define-se o artigo opinativo como *frames* que moldam pensamentos e comunicações a partir de uma interação. Nessa perspectiva, consiste num lugar familiar do qual se extraem ações comunicativas. Bakhtin (1997) e Bronckart (2003) se aproximam, no tocante à visão do surgimento de um gênero a partir da prática, da atividade. Maruschi (2005) os percebe como formações interativas, multimobilizadas e flexíveis, de organização e produção de sentidos.

Nas definições mencionadas, observa-se um traço predominante: a prática como fator determinante do tipo de texto, justificados pela ideia de Bakhtin (1997) como uma definição que abrange as outras aqui mencionadas. Dessa forma, os diversos textos veiculados em jornais e revistas (impressos ou *on-line*) são exemplos das duas esferas: a informativa e a opinativa.

Para Odette Maria Benetti Boff, Vanilda Salton Koche e Adiane Fogali Marinello (2009), o texto em questão remete-se a “um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. Expõe a opinião do articulista que pode ou não ser uma autoridade no assunto abordado”.

Como o gênero artigo opinativo utiliza a argumentação, o objetivo de convencer o outro ou de persuadi-lo deve ser considerado. Para isso, o colaborador ou jornalista utiliza-se de afirmações, sustentadas a partir de dados, exemplos e, muitas vezes, recorre a autoridades na organização da argumentação do texto.

Sobre o caráter argumentativo, as autoras citam *L'empire rhétorique: rhétorique et argumentation* Perelman (1988) que afirma: “a argumentação objetiva provocar ou aumentar a adesão do interlocutor às teses apresentadas ao seu consentimento”.

Na visão de Perelman (1988), a argumentação é organizada para o auditório e, na esfera jornalística, esse fator é crucial, pois, caso não se presuma um auditório para conseguir uma identificação com ele, o jornal não alcança sua finalidade de convencer o leitor e também de vender exemplares do periódico.

A argumentação representa a estratégia de garantia da adesão entre as partes (nesse caso, autor e leitor) e estabelece a interação. Segundo as autoras Boff, Koche e Marinello (2009), é pela sustentação do ponto de vista do autor do artigo aceita pelo público-leitor que se garante a interação.

As autoras também citam Kaufman e Rodríguez (1995) para discutir argumentação e, em consonância com essa fonte teórica, as estratégias discursivas para esse aspecto centram-se em acusações claras e oponentes, insinuações, digressões, apelações à sensibilidade ou tomada de distância, através de construções impessoais. Ressalte-se, todavia, que a opinião do autor prevalece.

A estrutura do texto em questão é dissertativa. Enunciador, assunto e finalidade comunicativa determinam a configuração do texto, a sua periodicidade (semanal, mensal ou quinzenal) e a linguagem que pode ser comum ou cuidada. A comum caracteriza-se pelo uso de palavras do cotidiano, com construções mais simples; por sua vez, a linguagem cuidada, se utiliza de palavras mais raras e de sintaxe mais elaborada.

A caracterização do artigo opinativo leva a uma estrutura básica: situação-problema, discussão e solução-avaliação. A primeira característica retrata a questão a ser desenvolvida, justificada por uma contextualização. Na segunda etapa, são expostos os argumentos e a construção da opinião; e na terceira, evidencia-se a resposta ao problema discutido. As autoras afirmam que esta estrutura não é rígida.

A segunda fonte teórica sobre o gênero artigo opinativo baseia-se nos estudos de Terezinha de Jesus Bauer Uber (2007-2008): *Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo*. A estudiosa utilizou este tipo de composição textual com o intuito de desenvolver a argumentatividade de alunos do Ensino Médio.

A caracterização do texto artigo opinativo foi analisado pela autora como pertencente ao gênero da ordem do argumentar, por discutir problemas sociais controversos. Procurando obter um posicionamento, o orador utiliza a sustentação de ideias, a negociação da tomada de posições, aceitação ou não de argumentos, para atingir, como finalidade, a persuasão ou o convencimento do leitor.

Segundo a autora, baseando-se em Bakthin, as vozes que circulam no artigo opinativo são objeto de atenção, pois um texto escrito traz outras “vozes” que não as do autor, mas que “falam” pelo autor, pois a comunicação humana é marcada pelo dialogismo. O autor de um texto “conversa” com outras pessoas que pensam de formas diferentes da sua, através de outras leituras que ele faz... ”

Pela afirmação da autora, conclui-se que o artigo de opinião se trata de um texto que promove diálogo entre um autor e um auditório, nem sempre favorável às ideias expostas na interação. Por isso, o orador deve prever os posicionamentos contrários e refutá-los na argumentação.

Para a construção da argumentação, Uber (2007-2008) discute o papel das marcas linguísticas. Segundo essa estudiosa, a escrita de um texto requer organização de ideias, sequenciadas e conectadas, pré-requisito alcançado pela escolha linguística. As conjunções, também conhecidas como conectivos, fazem este papel e, conectando argumentos, introduzem, acrescentam e refutam-nos.

Além das marcas linguísticas, quase sempre, o texto é escrito na terceira pessoa, valendo-se de modalizadores (acredita-se, desejamos...) e introduz advérbios, questionamentos, hipérboles e palavras enfatizadoras.

Embora trace uma caracterização, Uber (2007-2008) afirma que a estrutura do artigo não é rígida. O artigo de opinião apresenta uma contextualização ou apresentação da questão a ser discutida; há explicitação do posicionamento assumido; a utilização de argumentos para sustentação do parecer; uso de argumentos que refutam a ideia contrária, retomada de posição e possibilidades de negociação e de conclusão.

A autora ressalta que o artigo constitui um meio de aprimorar a argumentatividade, por discutir questões polêmicas. As temáticas abordadas no artigo opinativo também são relevantes por envolverem a coletividade, o que exige o conhecimento do assunto tratado. A informação é o meio que endossa a opinião, que será mantida, defendida pelo autor, a partir de argumentos.

Ainda sobre a argumentação, Uber reafirma a ideia de que todo discurso seja carregado de intenção ideológica e o contexto de produção (quem escreve, escreve para um determinado público, com uma intencionalidade, em um determinado tempo e lugar e o texto será divulgado num veículo informativo).

Nas duas fontes apresentadas sobre artigo opinativo, observamos que há convergências referentes à definição, estrutura e interação entre autor e leitor. Na primeira (*O gênero textual artigo de opinião um meio de interação*), este último fator exprimiu a motivação para o estudo. Na segunda (*Artigo de opinião estudos sobre um gênero discursivo*), a constituição do texto como um gênero argumentativo remete-se ao foco.

Discutir gênero remete às ideias de Mikhail Bakhtin que, na obra *Estética da Criação Verbal* (2011), dedica um adendo à discussão sobre gênero discursivo. Bakhtin (2011) parte do pressuposto de que todos os âmbitos da atividade humana estão conectados pela linguagem, o uso da língua é realizado por enunciados (orais ou escritos) e estes refletem as condições próprias e os objetivos de cada campo. A especificidade do enunciado ocorre não apenas pelo conteúdo temático e estilo da linguagem (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais), e sim também pela construção composicional.

A riqueza dos gêneros do discurso consiste na possibilidade de estes serem multiformes, tais como a atividade humana. Assim, Bakhtin salienta que esta riqueza dos gêneros se torna responsável por parecer não haver um plano único ao seu estudo. Afirma, contudo, que os gêneros possuem uma natureza verbal comum. Há gêneros discursivos primários e secundários. Os primeiros são caracterizados como simples; os segundos, como complexos. A estes pertencem os romances e os dramas, as pesquisas científicas de toda espécie.

A diferença entre os gêneros primário e secundário (ideológicos) é extremamente grande e essencial, e é por isso mesmo que a natureza do enunciado deve ser descoberta e definida por meio da análise de ambas as modalidades; apenas sob essa condição e definição pode vir a ser adequada à natureza complexa e profunda do enunciado (BAKHTIN, 2011, p. 264).

O enunciado representa meio que faz com que a língua atue; os estilos da linguagem são estilos de gênero de uma esfera da atividade humana. Com essas afirmações, Bakhtin (2001) coloca o estilo como definidor do gênero e afirma que ele fundamenta parte indissociável das unidades composicionais do gênero, ou seja, de determinado tipo: de composição do conjunto, de seu acabamento, de relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva.

O estudioso chama a atenção para o fato de que o estilo pode se tornar um objeto de estudo independente, porém, isso será possível apenas se houver a realização de um estudo prévio da natureza dos gêneros. A separação dos estilos em relação aos gêneros é nociva para questões históricas, visto que as mudanças históricas dos estilos de linguagem são relacionadas às alterações dos gêneros dos discursos.

1.5 CONCEPÇÃO DE ARTIGO OPINATIVO NO ÂMBITO JORNALÍSTICO

Com o intuito de conceituar artigo de opinião na área jornalística, recorreremos à definição de Gomes (apud MELO, 1987), ao afirmar que o gênero artigo de opinião pertence à categoria jornalística de matéria publicada em jornal ou revista. Segundo Gomes (apud Melo, 1987), nessa matéria desenvolve-se uma ideia e se apresenta uma opinião. O texto pode ser de dois tipos, a fim de atender à finalidade de artigo ou de ensaio, conforme explica o autor:

No primeiro caso, identificam-se duas espécies o artigo propriamente dito e o ensaio, as quais se distinguem pelo tratamento dado à matéria e pelo teor da argumentação. No segundo caso, se distinguem o artigo doutrinário e o artigo científico, este último podendo ser de divulgação ou educativo. O artigo de divulgação enquadra-se no jornalismo científico e educativo, no jornalismo especializado. O artigo doutrinário é o especificamente jornalístico... (GOMES apud MELO, 1992, p. 18).

Para Melo, em diálogo com o Manual Geral da Redação da Folha de São Paulo, “artigo é um texto assinado que representa a opinião de personalidades representativas da sociedade civil que buscam espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural da nação” (GOMES apud MELO, 1992, p. 19). Além de discutir sobre o artigo, a opinião representa um espaço cedido pelo jornal para que personalidades de representação civil se expressem. É importante ressaltar que, mesmo existindo este tipo de “acordo”, a liberdade para escrita é “limitada” a um espaço e à aprovação do texto.

Vale ressaltarmos que todo texto traz uma relação de subjetividade e opinião, independentemente da temática escolhida, das características do texto. É por este instrumento que a opinião do redator e da instituição jornalista se manifesta. Dessa forma, o raciocínio do jornalista é importante para criar o verossímil que, na visão de Gomes, ocorre pelo ângulo da observação.

Em termos simples, o lugar de onde se extrai a matéria. Assim, a captação é relacionada aos acontecimentos (locais) e ao jornal cuja ótica refere-se à sociedade civil:

Considerando que o artigo seria a tentativa de ler o real, as matérias estudadas refletem uma leitura do real a partir de um ângulo que se situa dentro da sociedade civil [...] a “pauta fechada” é determinada pela redação (GOMES apud MELO, 1992, p. 28).

Além do ângulo da observação, o autor discute as condições de produção que se constituem numa variável relativa ao próprio ângulo de observação. A partir de uma pauta, solicita-se a colaboração de uma pessoa que conheça o assunto, um colaborador, remunerado pela empresa jornalística. A liberdade de escrita do colaborador restringe-se a um número de linhas disponibilizadas pelo jornal. Em alguns casos, o estudioso observa que o jornal pode receber muitos artigos e que estes devem passar por critérios de seleção que são representados pelos fatores interesse e créditos do colaborador.

O primeiro critério se resume ao assunto e ao texto: se foi bem escrito, se discute um tema atual e relevante. O segundo, resume-se ao papel do próprio colaborador para a sociedade, sua profissão; detecta-se a sua importância no universo social, criando um perfil referente à empresa em que atua, se pública ou privada, se especialista ou não, no tema que discutiu no artigo.

A relação entre colaborador, texto e empresa jornalística aborda a ideia de opinião como ideologia e a liberdade fornecida pelo veículo. Segundo Gomes, para manter ou aparentar uma democracia opinativa, o jornal se preocupava em trabalhar com pessoas de diversas tendências. Dessa maneira, havia espaço para duas opiniões divergentes sobre o mesmo assunto.

Outro fator relativo às condições de produção equivale à criatividade. Este fator aborda o produtor, a organização social, a relação com o leitor, o posicionamento com o cidadão. Além dos aspectos relativos ao texto, considera-se o real, definido pelo estudioso como *os elementos que aparecem e que espaços da sociedade estão no jornal* (GOMES, apud MELO, 1992, p. 33).

A relação entre o real e o jornalista perpassa a leitura e a interpretação e, por se tratar de um texto opinativo, torna-se indissociável a visão ou o parecer do jornalista na produção do texto. É ele quem o lê e decide o que deve ou não ser sabido pelo leitor, assim, apreende o real numa leitura verossímil, ou seja, possível com base na própria construção do texto.

1.5.1 Verdade, opinião e o jornal

Para discutir sobre a construção da verdade, do verossímil e da opinião no jornal, recorreremos à obra *Radiojornalismo: retórica e vinculação social* (2012), dos autores Kátia Castro e Mozahir Salomão Bruck. No livro há reflexão sobre os âncoras no jornalismo, contudo, mesmo sendo direcionado a este objeto de estudo, a obra traz, também, aspectos que abrangem o fazer jornalístico, por exemplo, a verdade e o verossímil, a relação entre objetividade e subjetividade no trabalho jornalístico e os limites entre a parcialidade, a imparcialidade e a opinião.

1.5.2 A construção da verdade e do verossímil

Segundo os autores, a verdade para o jornalismo pauta-se em dados e informações, utilizados numa narrativa marcada por traços objetivos e subjetivos. O conteúdo abordado pelo jornalista requer a busca por “verdade” e deve considerar os interesses ideológicos da empresa jornalística.

Na escolha de termos e de dados que devem ser levados ao público, o jornalista considera também a leitura como um meio para realizar o acordo prévio com o leitor e firmar-se como um profissional de merecida credibilidade. Os estudiosos remetem à Verón (1984) para explicar esta observação.

O autor define contrato de leitura como a relação entre o suporte e sua leitura, ou ainda, como os meios procuram construir um vínculo com o receptor, distinguindo-se dois níveis de funcionamento do discurso: o de enunciado e o da enunciação, já que é por meio das modalidades que esta última assume que o discurso constrói uma certa imagem do enunciador, uma certa imagem do destinatário e uma relação entre ambos que vai além do conteúdo do enunciado” (VERÓN apud CASTRO; BRUCK, 1984, p. 218).

A passagem transcrita permite uma relação com a retórica, no tocante ao contrato que se estabelece entre o jornalista e o público-leitor, remetendo à ideia de verdade. Assim, o jornalista representa o testemunho do fato ocorrido e o leitor deve lhe dar crédito. A “verdade” é uma interpretação do jornalista e atende a limitações da instituição na qual ele atua, por isso a informação vai além do próprio enunciado: direciona, opina, justifica posicionamentos e discute o que pode ser disseminado.

O termo verdade, segundo os estudiosos, possui origem latina e significa veracidade (formada por: *uerus*, verdadeiro e *uerbum*: palavra). Na visão de Castro e Bruck consiste na qualidade de verdade, versatilidade, verossímil. Dessa maneira, essas noções abrangem a sutil relação entre o fato ocorrido e a fidelidade do profissional do jornal ao próprio acontecimento e à empresa em que trabalha.

Na atualidade, o conceito de verdade tem base em filosofia e se considera a passagem pelo grego, pelo latim e hebraico (respectivamente: *althea*, *veritas* e *emunah*: o que não pode ser escondido, o que pode ser demonstrado com exatidão e confiança).

A relação histórica da significação do termo *verdade* foi abordada pelos estudiosos a partir de Aristóteles e Foucault. Para o primeiro, relaciona-se ao ato de dizer, e circunstancia-se a este ato. O segundo a discute com base nas relações de poder e saber, conforme as passagens:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral de verdade: isto é: os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 10).

[...] a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle – não exclusivo, mas dominante- de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidades, exército, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas) (FOUCAULT apud CASTRO; BRUCK, 1984, p. 11).

A relação da verdade com os setores ideológicos sempre foi motivo de especulação, visto que a reconstrução do fato histórico pela História Oficial, a reconstrução do acontecimento para transformá-lo em fato jornalístico, os discursos políticos, as defesas e acusações em tribunais, são exemplos de discursos em que a “verdade” é a *moeda de troca* da credibilidade, ou melhor, a forma para se alcançar a adesão dos espíritos.

Por conseguinte, as relações construídas pela disseminação das ideias, futuramente construtoras de ideologias, consideram a construção do discurso e também do sujeito que a produziu. Desse modo, os conflitos de interesse são sutilmente driblados e abordados na “verdade” construída, a que é mais adequada às condições de produção, tanto do texto, quanto das relações político-ideológicas dos sujeitos que a realizam.

As relações de poder e informação midiática podem ser analisadas pela ótica do desenvolvimento do jornalismo industrial, surgido na Europa e nos EUA em meados do século XIX, época em que a imprensa se expandia e havia a comercialização do jornal, a informação passou ao formato de notícia e aquela se transformou num produto.

Os autores resumem fatores importantes da conjuntura histórica do jornalismo que promoveram a mudança assinalada acima: a industrialização, a expansão da imprensa, a criação do mito de Quarto Poder, o aparecimento de um novo paradigma no jornalismo, em que se ofereciam fatos e não opinião; o surgimento de um campo jornalístico da sombra de uma atividade dependente da política; a “autonomia relativa” de profissionais da imprensa; a conquista do saber especializado (a notícia) e a profissão jornalista; a definição dos polos dominantes do campo moderno (o econômico e o comercial); a notícia como um bem lucrativo e o polo ideológico ou intelectual (teoria democrática da imprensa).

Os autores apontam que a criação do novo paradigma da imprensa promoveu a necessidade de leitura e interpretação do mundo. Com a transformação da empresa jornalística, houve a necessidade de ter trabalhadores intelectuais. No entanto, houve fragmentação da opinião. Segundo Melo (apud BRUCK; CASTRO, 1984):

De qualquer maneira, a estrutura do jornalismo industrial comporta, até mesmo por razões mercadológicas, diferenças de perspectiva na apreensão e valorização da realidade. Talvez não se possa falar de pluralismo, porque toda instituição jornalística possui sua linha editorial que, através da seleção de informações (pauta, cobertura, copy-desk), entrelaça o fluxo noticioso e lhe dá um mesmo sentido. Mas existe uma abertura para que a valorização das notícias possa ensejar a circulação de diferentes pontos de vista (MELO apud BRUCK E CASTRO, 1965, p. 78).

Na relação do que é veiculado no jornal com o fator mercado, a notícia por ser um produto a ser consumido; devendo passar por uma seleção de informações que não deixa de excluir algumas classes sociais e privilegiar outras. Em termos simples, quem pode pagar por um jornal de melhor qualidade, será mais bem informado do que o leitor que paga por um jornal popular. Todavia, a relação mercadológica da notícia vai além do produto. No tecer a informação, os acordos retórico e jornalístico se firmam por motivo do jornal fazer uso da retórica (técnica ou arte de persuadir) para convencer o leitor, fazer-se digno de credibilidade.

O artigo de opinião e os demais gêneros opinativos explorados pelo jornal têm por base a essência do jornal: a informação (seja pelo relato, pela apreciação ou pelo julgamento dos fatos). Segundo José Marques de Melo, na obra *Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro* (1987). Vale ressaltar que a liberdade também é outro aspecto que modela as ações midiáticas (tanto dos donos da empresa, quanto dos jornalistas), lembrando também que a liberdade foi motivo de mortes nos primórdios da criação da imprensa. Assim, Melo afirma que ela *é a possibilidade de convivência e de confronto permanente entre diferentes modos de apreender e de relatar o real* (MELO, 2003, p. 74).

A expressão da opinião, na visão do autor é entendida como um mecanismo ideológico corporificado nos processos jornalísticos pela seleção de incidências observadas na sociedade. Assim, os jornais são veículos movidos pela direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam, refletindo as contradições próprias das classes sociais em que atuam.

As palavras de Melo serviram para demonstrar que a força da opinião e das formas retóricas de dizer estão presentes e atuantes nas diversas esferas em que circundam interesses ideológicos e direcionamento político; desta forma, o jornal, seja pelos gêneros opinativos ou pelos informativos, não separa a busca pelo interesse, o acordo prévio, retórico, que lhe faz alcançar a eficácia retórica, isto é, a credibilidade de seus leitores.

1.6 POR QUE O TEXTO DE CELSO MING É UM ARTIGO DE OPINIÃO?

O texto escrito pelo jornalista Celso Ming, em O Estado de São Paulo, se constitui como artigo de opinião porque faz parte dos gêneros textuais do jornalismo opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta;), por ser a opinião de uma personalidade representativa da sociedade. Celso Ming, sociólogo e especialista em economia, atuou em diversos jornais e revistas de renome (Folha de São Paulo, Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo, Veja, Exame) e, desse modo, seu discurso é autorizado, apto para analisar as conjecturas da política econômica do país.

No tocante à finalidade, o artigo do jornalista, na concepção de Gomes (1987), remete-se a uma matéria jornalística na qual alguém desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião. Sobre a estrutura, representa um texto com média de nove a onze parágrafos, incluindo a coluna Confira, que possui de um a três parágrafos, cujo objetivo consiste em auxiliar o leitor a entender termos específicos da economia ou ressaltar algum dado que auxilie no artigo, este, por sua vez, representa uma leitura do real e apresenta uma visão panorâmica da realidade.

O artigo de opinião traduz-se num meio em que há disputa pelo espaço da opinião da instituição e do colaborador (jornalista ou não) e, com isso, se estabelece um “acordo” entre estas partes e entre o redator e o leitor. Ressaltemos que a “verdade” permeia o trabalho jornalístico e se resume a uma opinião sobre fatos, no artigo opinativo, no sentido de se constituir uma interpretação de acontecimentos.

O artigo de opinião e os demais gêneros opinativos veiculados pelos jornais têm por base a essência deste meio informativo: a informação (seja pelo relato, pela apreciação ou pelo julgamento dos fatos), segundo José Marques de Melo, na obra *Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro* (1987).

Vale ressaltar que a liberdade também integra outro aspecto que modela as ações midiáticas (tanto dos donos da empresa quanto dos jornalistas), lembrando que a liberdade foi motivo de mortes nos primórdios da criação da imprensa. Melo (2003, p. 74) afirma que ela é *a possibilidade de convivência e de confronto permanente entre diferentes modos de apreender e de relatar o real*.

1.6.1 O público-leitor o *pathos*

O leitor do artigo de opinião de temática econômica constitui-se de um público que oscila entre o leigo e o especializado (auditório universal e particular, em retórica). O jornal trabalha para um público de caráter elitista, crítico, que busca ser bem informado, embora nem sempre seja especialista no assunto tratado.

O *Estado* considera o público-leitor como consumidor, objetiva vender notícias e opiniões que estão vinculadas aos seus textos, além de cativar o leitor. Desde sua criação, em 1875, este veículo de informação visava a elite, o que se justifica por seu posicionamento ideológico de participação na política brasileira, desde então.

1.6.2 Quem é o jornalista Celso Ming

A apresentação deste jornalista será feita com base em dados do site Agape do Brasil,¹ que apresenta o jornalista como sociólogo, especialista na área econômica, que dispõe de extensa experiência em diversas empresas de comunicação, tanto da mídia escrita quanto da televisiva.

Segundo informações do site, Ming iniciou a carreira na Folha de São Paulo, mas se tornou conhecido no Jornal da Tarde. Em 1966, atuou como repórter para a Folha de São Paulo; em 68, escreveu para a Revista Veja e, em 70, escreveu para a Exame. Como comentarista de emissoras de televisão, passou pela Globo, TV Bandeirantes e Fundação Padre Anchieta (TV Cultura).

A partir das informações apresentadas, concluímos que o colaborador do jornal O Estado de São Paulo dispõe de credibilidade institucional e, conseqüentemente, da credibilidade dos leitores. Além disso, discutir sobre economia requer conhecimento especializado, que ele detém, visto que comentar, avaliar detectar, explicar e até apresentar soluções aos problemas verificados na área econômica, representa uma

¹Agape do Brasil. Disponível em: <<http://www.agapedobrasil.com.br/palestrante/136/Celso-Ming>>.

tarefa árdua, digna de ser cumprida por um especialista. Assim, se compõe o perfil, ou *ethos*, de Celso Ming, legitimado por ele mesmo e também pela instituição para a qual escreve suas opiniões.

A respeitabilidade de Celso Ming, aqui visto como orador, e a manutenção do *status quo* do jornal O Estado de São Paulo não é produto apenas de crenças centradas no *logos*, pois o orador se coloca diante de um auditório e toma a palavra; faz-se participante de uma dinâmica discursiva que, diariamente, pode ser considerada em diferentes graus; que pode dinamizar a polêmica, alimentar a *doxa* e fazer progredir ou regredir os argumentos escolhidos para persuadir o auditório. O fato de o orador se colocar diante de um auditório particular implica a manutenção de uma imagem de si no discurso. Essa imagem mantém-se pelas escolhas discursivas que exigem manutenção no plano da credibilidade e da competência.

CAPÍTULO II

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RETÓRICA: ASPECTOS HISTÓRICOS

Tratar de Retórica é tratar de uma técnica e arte que se firmou como tal, historicamente e esse processo se inicia a partir de um fato histórico que exigia uma decisão: na Sicília grega, entre os séculos V e VI. A primeira demonstração de Retórica foi ao período da queda de Trasíbulo (455 a.C - 388 a.C) episódio em que o tirano usurpou terras de cidadãos. Para restituí-las aos donos, foram criados júris populares e os defensores dos donos eram os sofistas que também eram oradores e defendiam o direito de posse de seus clientes. Dessa forma, a retórica surge atrelada ao Direito.

Os defensores dos cidadãos que perderam terras foram Córax e seu aluno Tísias. Além desses oradores, outros surgem nos primórdios da Retórica: Górgias, Isócrates Sócrates, Platão e Aristóteles. Górgias é natural da Sicília, nasceu em Leontinos em 487 a.C e faleceu em 380 a.C. formou com Protágoras de Abdera a geração de sofistas. Isócrates, de 436 a.C- 338 a. C, tinha um posicionamento crítico sobre o uso da técnica grega pois defendia que ela deveria ser utilizada apenas para o bem, ou seja, por uma boa causa; foi com ele que a retórica passou a ser objeto de discussão moral, segundo Reboul:

Principalmente, moraliza a retórica ao afirmar em alto e bom som que ela só é aceitável se estiver a serviço de uma causa honesta e nobre, e que não pode ser censurada, tanto quanto qualquer outra técnica, pelo mau uso que dela fazem alguns (REBOUL, 2004, p 11).

Sócrates nasceu em Atenas, em 469 a.C e morreu em 399 a.C , foi um dos fundadores da filosofia ocidental e usava o diálogo como método para educar. Platão discípulo de Sócrates, era também de Atenas, nasceu por volta de 427 a.C e morreu em 347 a.C. Foi fundador da Academia. O filósofo grego foi um crítico da retórica pelo motivo desta não se preocupar em defender a verdade, o que a tornava, para ele e consequentemente, despreocupada também com a moral. Mas, foi com Aristóteles que a Retórica recuperou sua dignidade.

Aristóteles nasceu em 384, em Estagiros, cidade da Calcídica (sob domínio macedônico, apesar de ser grega. O filósofo viveu em um período em que a hegemonia macedônica abrangia toda a Grécia). Era filho de um célebre médico, Nicômaco e de Faístias, natural da Cálcia, Eubeia. Órfão cedo, foi educado por Proxenes d'Atarneia. Em meados de 366, foi para Atenas e ingressou na Academia, onde ficaria por vinte anos. Na escola, teve como mestre Platão, que no momento da chegada de Aristóteles estava na Sicília, em uma tentativa de partilhar ideias políticas com o soberano Dinis, o Moço.

Platão retornou e Aristóteles o conheceu, juntamente a: Euxódico, Herálides do Ponto e Xenofonte. As relações entre Aristóteles e Platão, segundo J. Brun eram de duas possíveis explicações: uma tradição afirmava que Aristóteles teria sido encarregado do ensino de retórica e se colocou como opositor a Sócrates. Outra o apresentava como opositor a Platão e que abandonou a Academia. Para J. Brun, a última possibilidade parecia inviável, visto que Aristóteles editou lições de Platão.

Em 347, Platão faleceu e teve como substituto na Academia, seu sobrinho Espeusipo. Nesse momento, Aristóteles, Teofrasto e Xenócrates deixavam Atenas. Aristóteles foi para Assos e quando o rei Hérmiias III faleceu, ele levou a sobrinha do rei, Pítia, consigo e ela se tornaria sua primeira esposa. Após a morte dela, ele desposou Herpília.

Em 343, Filipe da Macedônia recorreu a Aristóteles para ensinar seu filho Alexandre, o Grande. Após a morte desse rei, o filho assumiu o trono e Aristóteles foi para Atenas e fundou o Liceu. Enquanto isso, em Atenas, a Academia de Platão tinha Xenócrtes como sucessor de Espeusipo e a escola tornar-se-ia a rival do Liceu.

Após a morte de Alexandre, em 323, o partido anti-macedônico viu Aristóteles como suspeito e este se refugiou na Cálcia, em Eubeia, onde morreu, perto dos 63 anos, em 322 a. C.

Esses fatos sobre a trajetória de Aristóteles e sua relação com Platão remetem à importância desses filósofos como oradores, visto que os dois defendiam posicionamentos diferentes a respeito da retórica.

As obras de Aristóteles trouxeram grande contribuição para a humanidade. Seus estudos versaram sobre diversas áreas e inclusive, a Retórica. Foi graças a ele que ela recuperou o seu prestígio, pois o mestre grego a defendeu como útil e também, como técnica persuasiva; para ele, ela não devia se ater à moral ou à verdade, já que, moral e verdade não estão na técnica, mas, em quem a utiliza.

Aristóteles e Platão merecem atenção, pois a defesa do primeiro e a acusação do segundo no referente à retórica foram determinantes para o desenvolvimento dessa arte. Aqui se aterá apenas a algumas de Aristóteles para exemplificar como o pensamento desse mestre contribuiu com o desenvolvimento da retórica.

2.2 AS OBRAS DE ARISTÓTELES

Segundo o J. Brun, acredita-se que o filósofo grego escreveu cerca de mil livros, mas as escritas por ele durante o período Platônico foram perdidas.

[...] nada nos resta: é provável que essas obras constituíssem aquilo a que se chama de as obras exotéricas... de Aristóteles, isto é, aquelas que se destinam a um grande público. Os trabalhos que chegaram até ao nosso tempo datam, provavelmente, da segunda estada de Aristóteles em Atenas, época em que dirigia o Liceu, e devem reproduzir as aulas de Aristóteles e, pelo menos em parte, contêm certamente notas dos alunos, donde provém o nome de escritos acroamáticos ... Encontremo-nos portanto, perante a seguinte situação: o Aristóteles que era conhecido dos filósofos gregos que lhe são posteriores é para nós desconhecido, e o Aristóteles que nós conhecemos era desconhecido daqueles que não tinham podido assistir às suas aulas no Liceu... (J.Brun: Aristóteles, 1986, p. 17, 1º§).

2.2.1 Lógica

Organon (Instrumento): As Categorias; Da interpretação, As Analíticas: Primeiras Analíticas e Segundas *Analíticas*. *Os Tópicos*, *A refutação dos sofismas*.

2.1.2 Conhecimento

A Metafísica; Da filosofia primeira; A física, do céu, Da geração e da corrupção, As meteorológicas, Da alma, Parva *naturalia* (subdividido em: Da sensação e dos sensíveis; Da memória e da reminiscência, Do sono e da vigília, Os sonhos, Da adivinhação pelos sonhos, Acerca da extensão e da brevidade da vida, Da respiração, Da vida e da morte, Da juventude e da velhice; a história dos animais, As partes dos animais, A geração dos animais, Sobre a locomoção dos animais.

2.2.3 Moral e Política

A Grande Moral, a Ética a Eudêmio, A Ética a Nicômaco, A Política.

2.2.4 Criação

Compilação das Artes (obra que foi perdida), Retórica e A poética.

2.2.5 Obras apócrifas

As Mecânicas, as Econômicas, A História das Plantas, Acerca do Mundo, As Fisiognomônicas, Retórica a Alexandre, Das virtudes e dos Vícios, Problemas.

A obra de Aristóteles, talvez mais do que qualquer outra, foi objeto de comentários extremamente numerosos durante a antiguidade e a Idade Média; ainda que alguns desses comentários sejam preciosos pelas indicações que nos fornecem em função de textos que os seus autores podiam conhecer e que hoje estão desaparecidos, é preciso, também, fazer notar que outros deformam o pensamento de Aristóteles, acrescentam glosas ao texto e acabam por obscurecer o pensamento do filósofo, em vez de o explicarem (ARISTÓTELES apud BRUN, 1986, p. 25).

2.3 O LICEU

Teofrasto tomou a direção do Liceu após Aristóteles e em seguida, vieram: Estratão de Lâmpsaco, Lico, Critolau.

A escola passou por reveses, “pilhada várias vezes durante a guerra, foi destruída em 84”, de acordo com J. Brun.

Em 529, após Justiniano fechar as escolas filosóficas de Atenas, o pensamento grego foi ao Oriente, antes de voltar a aparecer no Ocidente.

Encontravam-se na síria numerosos convertidos ao Cristianismo, que tinham aprendido grego para lerem o novo Testamento e os Doutores da Igreja, e que traduziam para o sírio as obras gregas clássicas. Desde o século IV, em Edessa, Mesopotâmia, que Aristóteles, Galiano e os seus comentadores eram lidos; quando esta escola fechou, em 489, os mestres foram para a Pérsia e Síria. Quando o islamismo substituiu o cristianismo, os Sírios tornaram-se os depositários da tradição grega e as obras dos sábios gregos [...]foram traduzidas do grego (ARISTÓTELES apud BRUN, 1986, p. 28).

Segundo J. Brun houve traduções de Aristóteles para o hebraico, no século XI, Miguel de Éfeso e Eustrato de Niceia comentaram Aristóteles e isso foi traduzido para o latim e seriam utilizados por Alberto, o Grande e S. Tomás.

O Ocidente conheceu Aristóteles pouco a pouco; no século XIII, S. Tomás retomou temas do filósofo grego, com um viés católico. Assim, a *Philosophia Perennis* seria utilizada pela Igreja Católica por anos.

A *Teologia de Aristóteles* foi um trabalho anônimo foi constituído por extratos de Plotino, o original foi perdido e houve uma tradução árabe, provinda da tradução síria e “desempenhou um papel considerável na veiculação do pensamento grego para o Próximo Oriente”. (J. Brun, 1986: 29).

A partir desse resumo sobre as obras de Aristóteles, é observada a influência do mestre grego que se valeu do discurso para fazer de suas ideias, conhecimento.

2.4 A RETÓRICA

“É a faculdade de ver todas as maneiras possíveis de persuadir os auditórios, sobre qualquer assunto”, segundo J. Brun. Os meios para persuadir podem ser alheios a qualquer técnica oratória (provas) ou restituí-las.

Aristóteles estudou o entimema, ou seja, o silogismo truncado, presente no meio de qualquer método retórico, além das figuras, dos processos de estilo, dos artifícios dos advogados quando a lei escrita está contra eles. Foi com esse mestre grego que a técnica grega se dignificou.

No entanto, a Retórica não se destacou apenas no mundo grego, como arte de bem dizer e técnica relativa à política, foi se expandindo pelo mundo romano. Dentre os oradores romanos, destacou-se Cícero, que nasceu em 106 a.C; com ele, a retórica tornou-se arte e ingressou no universo romano. Nesse período, a retórica latina traduziu termos da retórica grega e dentre esses termos, o de *orator* e o de *rhetor*: o primeiro, quem executa e o segundo, quem ensina, a partir dessa observação, segundo Reboul ela pode ser vista como uma técnica.

Após Cícero, houve o declínio, ela foi reduzida à ornamentação do discurso. No século XIX, duas correntes contribuíram para esse fator: o positivismo e o romantismo. Conforme Reboul:

A primeira é o positivismo, que rejeita a retórica em nome da verdade científica. Ela será excluída até mesmo de sua última trincheira, a elocução, sendo substituída pela filologia e pela história científica das literaturas... A segunda corrente é o romantismo, que rejeita a retórica em nome da sinceridade (REBOUL, 2004, p.11).

Mas, como a história da Retórica é marcada pela oscilação entre valorização e desvalorização, em 1958, Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca contribuíram com uma nova visão sobre essa técnica, a partir do *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. Obra que expandiu os estudos de Aristóteles a respeito da argumentação e inseriu a retórica como técnica de persuasão, atrelada à argumentação.

Na obra, um dos objetivos foi o de tratar das características da argumentação e dos problemas inerentes a ela; em uma visão que abrangia a lógica do preferível, ou seja, a escolha de valores com base no *pathos* (auditório) para conseguir adesão.

Segundo Perelman, para se atingir a eficácia na argumentação, aqui entendida como diminuição da distância entre orador e auditório e convencê-lo, o *ethos* (orador) deve manter um contato com o público. O contato resume-se nos meios argumentativos para trazer a identificação entre *ethos* e auditório.

A esse respeito, a afirmação do professor é cabível: “A argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto possível da realidade” (PERELMAN, 2005 22)

Após os estudos do professor belga, a Retórica torna-se uma ferramenta de argumentação e as técnicas que abrangem esse fenômeno deram a ela, o prestígio, novamente.

Os fatos históricos pelos quais a retórica passou foram sete segundo Ferreira:

1) origens na Sicília; 2) a retórica de Górgias e os sofistas; 3) os estudos de Platão; 4) os estudos aristotélicos e dos autores helenísticos e romanos, especialmente Cícero e Quintiliano; 5) a segunda sofística ou neoretórica; 6) a retórica medieval do trivium; 7) a retórica dos clássicos (FERREIRA, 2010, p 41).

Esses acontecimentos e seus ilustres oradores são exemplos da relevância e da versatilidade dessa técnica, vinculada ao ato de opinar e de defender seu posicionamento, e que se mantém atual, como se pode observar nos meios políticos (debates, horários de propaganda eleitoral) e nos meios midiáticos (programas televisivos de debates, textos veiculados em jornais de grande circulação, a exemplo os de gênero artigo de opinião). A retórica e as formas retóricas de dizer são necessárias no meio democrático; em síntese, onde se necessita ou permite diálogo e as definições discutidas por vários estudiosos sobre o assunto, confirmam a atualidade desse sistema.

2.5 DEFINIÇÕES

É pelo ato de decidir que a retórica se define, pois, para decidir, é preciso reflexão, análise, exame para aceitar ou recusar, aprovar ou não, assim, por deliberar uma opinião, a retórica é manifestada. Os autores: Michel Meyer, Olivier Reboul, Luiz Antonio Ferreira e Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca estudam a retórica vinculada à argumentação, a considerar dois aspectos: o convencimento e a persuasão.

Michel Meyer discute a definição de retórica a partir da desvalorização de Platão e da valorização dada a ela, por Aristóteles. Esse aspecto antitético da retórica foi o motivo para ela se manifestar e poder se definir pela dúvida, pela necessidade de debate e de argumentação. Meyer retoma três definições:

(1) a retórica é uma manipulação do auditório (Platão);

(2) a retórica é a arte de bem falar (*ars bene dicendi*, de Quintiliano);

(3) a retórica é a exposição de argumentos ou de discursos que devem ou visam persuadir (ARISTÓTELES apud MEYER, 2007, p. 21).

Meyer (2007) retoma três pensadores e ressalta os aspectos: manipular, falar bem e expor argumentos que detêm o caráter persuasivo e também de convicção da retórica. Ferreira (2010) discute a retórica pela visão funcional: persuadir. Para ele:

A primeira função da retórica, portanto, advém de seu conceito mais antigo: persuadir. Para obter seu intento, o orador vale-se de meios racionais e afetivos, pois, em retórica, razão e sentimento se amalgamam num complexo inseparável (FERREIRA, 2010, p. 15).

A visão de Ferreira desperta a reflexão para o fato da retórica ser um meio de agir sobre o outro, usando aspectos que não se restringem apenas ao discurso, como: a postura do orador, a entonação, as emoções despertadas na assembleia, visto que persuadir aborda elementos passionais. O mesmo autor diferencia persuadir de convencer:

Persuadir: mover pelo coração, pela exploração do lado emocional, coordenar o discurso por meio de apelo às paixões do outro.

Convencer: mover pela razão, pela exposição de povas lógicas, coordenar o discurso por meio de apelos ligados ao campo da racionalidade (FERREIRA, 2010, p. 15).

Pela abordagem de Ferreira, a persuasão, na retórica, é complemento da argumentação e os limites entre persuadir e convencer será observado no discurso. Dessa maneira, as finalidades: *docere*, *movere* e *delectare*, respectivamente: ensinar, comover e agradar, segundo o estudioso, são atingidas pela eficácia do discurso. O discurso retórico busca persuadir. Outro aspecto interessante sobre a retórica é a definição de Olivier Reboul, a partir de Aristóteles:

Aristóteles, portanto, reabilitou a retórica ao integrá-la numa visão sistemática do mundo, onde ela ocupa seu lugar, sem ocupar, como entre os sofistas, o lugar todo. Mais ainda, Aristóteles transformou a própria retórica num sistema, que seus sucessores completarão, mas sem modificar (REBOUL, 2004, p. 43).

Sistema é relativo à palavra organização, pela ideia de Reboul, a retórica assim se constitui, a partir de seus componentes e a maneira como se organizam em um discurso. Esses elementos são *ethos*, *pathos* e *logos*.

2.6 COMPONENTES DA RETÓRICA

Os elementos essenciais do sistema retórica são os responsáveis pela relação, sutil e necessária, entre essas três provas retóricas. No entanto, para serem observadas, exigem uma leitura retórica. Dessa forma, o *ethos*, como uma representação, é o exemplo do que se pode ter como verossímil. O *pathos*, a persuasão e no *logos*, a construção da argumentação ou racionalidade do texto.

Assim, o verossímil ocorre pela relação do que é possível; relação esta que nem sempre é atrelada aos meios calculáveis, no discurso, por exemplo; a sua construção, as escolhas lexicais e as interpretações que o próprio condiciona a temática, a questão retórica abrangida; além de questões como as do interesse do orador (no caso, o autor), a forma como argumenta, se utiliza exemplos ou não, como tratou as questões que discutiu no texto, como tratou o auditório, como o caracterizou, os apelos afetivos que utilizou para persuadi-lo, a interação entre ele e a assembleia, as paixões suscitadas no auditório.

Assim, no discurso, se constrói uma verossimilhança, o *ethos* do orador também deve ser considerado. Pela leitura retórica as três provas (*ethos*, *pathos* e *logos*) determinam o verossímil, a verdade construída no discurso, pelo orador, assim como, a persuasão do auditório (no caso, o leitor) e esses dois aspectos podem se confundir no texto.

De acordo com Reboul, a leitura retórica é um diálogo a ser construído no processo de construção do texto e no de leitura e envolve os interesses, as percepções e a interação entre o *pathos* e o *ethos*:

A leitura retórica, [...] não objetiva dizer que o texto tem razão ou deixa de tê-la. Nem por isso é neutra, pois não hesita em fazer juízos de valor, em mostrar que tal argumento é forte ou fraco, que tal conclusão é legítima ou errônea. Critica e pondera, sem se abster de admirar, tendo como postulado que o texto, tanto em sua força quanto em suas fraquezas, pode ensinar alguma coisa. A leitura retórica é um diálogo (REBOU, 2004, p. 139).

Portanto, os componentes do sistema retórica no discurso levam a uma leitura retórica e neste processo, se observa como esses elementos constroem a verossimilhança, a persuasão.

2.7 *ETHOS*: A REPRESENTAÇÃO, O JOGO DO VEROSSÍMIL

Para Meyer, o *ethos* é uma representação, um domínio ou dimensão ligada à imagem: “O *ethos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo.” (Meyer, 2007, 34).

Por ser excelência, o *ethos* se torna uma autoridade, inspira confiança e desperta credibilidade, é pela atuação dele que “responde” ao auditório de forma eficaz. Tal eficácia é consequência de um discurso retórico bem elaborado, que teve como principal objetivo identificar-se com o *pathos*. A identificação entre essas duas instâncias da retórica (*ethos* e *pathos*) se dá pela construção da autoridade do orador. Aspecto que se organiza pela argumentação

Na intenção de obter uma aproximação com a assembleia, o orador deve provocar reações positivas no auditório. Essas reações são dependentes de três características que o bom orador deve dispor: ser bom, ser prudente e virtuoso; estas são características vinculadas à afetividade.

Assim, a subjetividade também é um fator a ser considerado e esse é observado na retórica pela dimensão persuasiva. Meyer afirma que as reações do auditório, são decorrentes da paixão que o orador lhe provoca. Tais reações são: aderir a uma tese, recusá-la, completar respostas, modificá-las, ficar em silêncio, direcioná-la, aprová-la ou reprová-la, promover o desinteresse no auditório. O autor também determina que as paixões sejam repletas de valores, ou seja, de lugares-comuns, ligados à crença do auditório.

O caráter persuasivo da retórica é observado na interação entre *pathos* e *logos*. Nesse “jogo”, o *ethos* responde ao que o *pathos* precisa saber; a retórica “aborda a

pergunta pelo viés da resposta, apresentando-a como desaparecida, portanto, resolvida” (Meyer, 2007: 27).

A considerar o fato de que o *ethos* convence ou persuade o *pathos*, é interessante observar que o orador é um tipo de argumento. Sua imagem, caráter, representação desconsideram a preocupação com a verdade, mas, se preocupam em ser o mais próximo possível do auditório. Ser verossímil é a forma de atuação do *ethos*: “... caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm, sem essa confiança” (Reboul, 2004 48).

Além de Meyer e Reboul, Amossy traz um estudo sobre o *ethos* também como um argumento. Inicia sua discussão sobre esse aspecto, a partir da diferenciação entre a visão defendida por Aristóteles e a dos filósofos de sua época. Dessa forma, o defende como a parte mais relevante dentre as provas do discurso retórico.

A partir da tradução do termo grego *Epiekeia* (honestidade), como característica do orador, a autora afirma que este se constitui como mais digno e assim, obtém mais credibilidade do auditório. Para Aristóteles, os temas escolhidos devem ser de acordo com o orador (*oikeia*), ao seu *habitus*, ou seja, em diálogo com sociologia interacionista, o seu tipo social.

Observa-se assim, que há dois campos semânticos opostos referentes à constituição do *ethos*: um de sentido moral e outro de sentido neutro. Amossy defende a ideia de que as dimensões sobre o *ethos*: (*epieikeia*), que engloba atitudes e virtudes como honestidade e a que engloba modos, costumes ou caráter, se complementam para constituí-lo.

A autora define o *ethos* como constituinte *no e pelo* discurso, ela analisa o elemento retórico como um campo específico, mas ressalta que em outras áreas, é estudado como um elemento e não como um domínio.

Na sua reflexão, retoma Aristóteles, ao afirmar que no *logos* é onde o *ethos* se desenvolve, a partir das escolhas do orador. Tais escolhas podem ser de critério: linguístico e estilístico.

Aristóteles, segundo Amossy, critica seus antecessores por estes analisarem o *ethos* pelas questões exteriores à retórica, a desconsiderar a argumentação.

O *ethos* é mostrado no discurso (pelas escolhas do orador), no plano da expressão (*elocutio* e *actio*) para obter a adesão do auditório. Assim, Aristóteles enumerou três qualidades para inspirar confiança: *phrónesis* (ar ponderado), *areté*, ser simples, sincero e *eúnoia*, a imagem agradável, os domínios nos quais se dão as características do bom orador.

Tecendo uma observação a partir do campo semântico desses termos, Amossy afirma que *eúnoia* se constitui com *cháris* e *phília* (respectivamente, obsequiosidade e amabilidade), a relação discutida entre esses termos é sobre o significado que aponta para uma ação e assim, a autora os resume em *ser solidário*. Pode-se inferir que o *ethos* deve aparentar ser e demonstrar (via gestos) a imagem que quer despertar no *pathos*.

Os outros dois termos (*phrónesis* e *areté*) são discutidos a partir da *héxis* (dividida entre duas vertentes: *habitus intelectuais* e *habitus éticos*). Assim, na *Ética a Nicômaco*, obra de Aristóteles, há a defesa da virtude como elemento resumidor de *areté* e *phrónesis*. O orador persuadirá se expuser argumentos de forma honesta e sincera (virtuosa).

Surge então, a noção de *justa medida* caracterizada como comportamento não fixo, decorrente de escolhas em atos, ou seja, conseqüentes com a necessidade do momento. As virtudes se dão por serem escolhas ponderadas (razoáveis).

Citando Aristóteles, Amossy afirma que a ação se concretiza pelas *phrónesis* e virtude. Já a honestidade é descrita como disposição com base em escolhas.

Assim, consoante a essa visão sobre elementos constituintes do *ethos*, a autora questiona a identidade de tal domínio (se ele é sua própria honestidade). Para responder, diferencia *phrónesis* e *epieíkeia*: a primeira denota conhecimento de causa, a segunda, demanda conselhos justos (por ser uma dimensão essencialmente ética).

O objetivo de Amossy é definir o *ethos*, seus elementos formadores, tendo por base Aristóteles (para quem um orador inspira credibilidade se for honesto, sincero e tecer argumentos razoáveis, apud Amossy). A este respeito, a estudiosa defende, que embora a noção dada por Aristóteles tenha base moral, essa não ocorre por atitudes de valor e sim, por escolhas apropriadas (o que define o *ethos* também, como prova retórica).

Sobre esse último fator, o *ethos* é constituinte da argumentação e passível de questionamento pelo *pathos* (caso, o do discurso do orador não seja adequado à necessidade do auditório). As razões em que se pautam essa visão são descritas por Aristóteles (*o verdadeiro e o justo* que dão a retórica um caráter utilitário). Nos *topoi* é o local em que o processo ocorre, visto que em cada gênero retórico, se incluem as paixões; logo, argumentar é agir de forma estratégica para alcançar uma sobriedade moral.

2.8 PATHOS: O JOGO PERSUASIVO

Em termos simples, o *pathos* é para quem se discursa: o auditório. O orador, ao analisar o seu auditório, trabalha com valores aceitáveis e determina algumas funções para o auditório, segundo Ferreira (2010):

- **atuar como juízes:** aqueles que analisam uma causa passada ponderam sobre o justo, o legal e sobre o injusto, o ilegal, consideram a ética envolvida e, a partir da reflexão, condenam ou absolvem.
- **atuar como assembleia:** aqueles que, diante de uma causa que aponta para o futuro, refletem sobre o útil, o convincente e sobre o prejudicial, o nocivo. A partir dessa ponderação, aconselham ou não a tomada de decisão;
- **atuar como espectadores:** aqueles que analisam a capacidade do orador no ato de louvar ou censurar algo ou alguém, no ato de versar sobre um tema do presente, atual, que causa interesse hoje e agora (FERREIRA, 2010, p. 22).

Reboul analisa que o *pathos* se define pela visão que tem do *ethos*; as reações positivas ou não, a aproximação ou distanciamento do auditório são consequências da atuação do orador. O autor, dessa maneira, discute o caráter subjetivo do estudo do *pathos* pelo orador, as formas de persuadir o auditório. Para o autor: “é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso. Portanto, ele precisa de psicologia, e Aristóteles dedica boa metade de seu livro II à psicologia das diversas paixões” (REBOUL, 2004: 48).

Pela passagem de Reboul e a alusão ao livro *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, que tratava das virtudes e das paixões do homem, o professor da Universidade de Estrasburgo ressalta a relevância das reações do auditório, o que permite inferir que a eficácia do discurso depende do poder persuasivo do *ethos* sobre o *pathos*.

O *pathos* também é um tipo de prova, a patética que é referente às paixões ou às reações do auditório.

2.9 LOGOS: A LÓGICA DO QUE É POSSÍVEL

Segundo Reboul, o logos corresponde à argumentação, âmbito do dialético. Dessa forma, compreende o raciocínio usado no discurso para convencer o auditório, as provas, que segundo o autor, podem ser extrínsecas e intrínsecas: as primeiras: testemunhas, leis; as segundas, as criadas pelo orador ou relativas a fatores afetivos.

O logos abrange também os lugares, definidos por Reboul, apud Aristóteles, como lugar onde se extrai argumentos: "3) No sentido mais técnico, o dos Tópicos, o lugar não é um argumento-tipo nem um tipo de argumento, mas uma questão típica que possibilita encontrar argumentos e contra-argumentos" (REBOUL, 2004, p.52).

A aplicação prática dos lugares no discurso é a busca por elementos que sirvam ao orador para conduzir o auditório a acreditar no *ethos*.

Reboul, apud Perelman-Tyteca, afirma que a argumentação contém cinco características: "...1) dirigir-se a um auditório; 2) expressa-se em língua natural; 3) suas premissas são verossímeis; 4) sua progressão depende do orador ; 5) suas conclusões são sempre contestáveis" (REBOUL, 2004, p. 92).

Essa explicação leva a observar que a argumentação se organiza de acordo com a necessidade do caso, não é fórmula exata; ao contrário, é atrelada a outras duas provas: o *pathos* e o *ethos*. A primeira é organizada pela necessidade de atuar, de acordo com um determinado caso; a segunda é a que é movida pelo *pathos*. Esse busca despertar credibilidade na plateia.

Nesse jogo, a linguagem usada também é um meio de aproximação para essas duas provas retóricas; as premissas do discurso do orador são prováveis e ultrapassam os limites da demonstração, pois não excluem a persuasão.

Para melhor clareza e discernimento sobre o *logos*, as palavras convencer e persuadir exigem uma explicação. Assim, Ferreira (2010) as define: “Convencer: mover pela razão e persuadir: mover pelo coração” Por essa explicação, é interessante ressaltar que o caráter racional da retórica não exclui a emoção visto que, cada caso exige um tipo de análise e de atuação do orador, que lhe permite presumir o *pathos* para mobilizá-lo, usando valores adequados à situação.

Os valores provêm dos lugares, entendidos, *grosso modo*, como *de onde se tiram argumentos*, como foi afirmado por Reboul (2004). Ferreira listou os valores: *lugar da juventude, da beleza, da sedução, da saúde, do prazer, do status, da diferença, da tradição, da modernidade, da autenticidade, da qualidade ou preço.* (FERREIRA, 2010, p. 77)”

Os lugares foram tratados por Meyer como lugares-comuns; onde se encontram as crenças do auditório; de caráter persuasivo, eles são explorados, na atualidade, por diversos ramos, dentre esses o midiático e o político.

Dos elementos retóricos, o *logos* é o meio em que se negociam as diferenças, ele aproxima o orador do auditório e pode, segundo Meyer, “agradar, comover, instruir, mas também convencer por meio dos argumentos” (MEYER: 2007). É esse elemento do discurso retórico que representa a intenção do orador.

2.10 AS PROVAS E OS RACIOCÍNIOS NA RETÓRICA A REALIDADE, A VEROSSIMILHANÇA E A PERSUASÃO

A eficácia da Retórica é observada pelos recursos retóricos utilizados no discurso que funcionam como estratégias e têm a função de provocar a adesão do público.

Para Pertelman-Tyteca, essa eficácia é medida pelo resultado, ou seja, se o orador alcançou a adesão do *pathos* ou se houve o contrário. Os meios para isso são prováveis e também, afetivos, com base na argumentação e na persuasão.

No *Tratado de Argumentação*, obra de Chaim Perelman e L. Olbrechts-Tyteca, o objetivo dos autores foi o de discutir sobre as características da argumentação e dos problemas inerentes a esse processo. No estudo, analisaram a base da argumentação: o estudo minucioso do auditório, suas características, crenças, valores, as possíveis reações que lhe poderiam ser despertadas pelo orador. Para isso, ressaltaram que a proximidade, ou a identificação entre *pathos* e *ethos* é conseguida pela comunidade efetiva dos espíritos (busca de meios persuasivos para a identificação e acordo entre as partes, dentre esses meios, o uso de uma linguagem comum).

Esse processo considera também, outros elementos do sistema retórico, como: auditório e seu orador, o auditório como construção do orador, a adaptação do orador ao auditório, a diferença entre persuadir e convencer, os tipos de auditório e as provas intrínsecas e extrínsecas. Para os quatro primeiros itens, se resumirão as ideias de Perelman e Tyteca e no tocante aos tipos de provas, as contribuições de Olivier Reboul.

3 O ORADOR E SEU AUDITÓRIO

Ao tratar de autores de comunicação ou de memórias científicas, Perelman observou que esses autores, ao escreverem para meios especializados, desconsideravam o contato com o público e este fato constituía para o estudioso, uma falha, visto que, o contato entre orador e auditório, era o meio para se estabelecer o acordo. No entanto, ele ressaltou que tal contato não seria apenas ligado às condições prévias de argumentação e esta, o essencial para a argumentação se desenvolver.

Sobre o ato de definir o auditório (para Perelman-Tyteca, essa consistia uma tarefa difícil) pois não eram suficientes apenas os critérios puramente materiais e por isso em Retórica, parecia preferível definir o auditório como um conjunto daqueles que o orador queria influenciar com sua argumentação. Em síntese, devia-se conhecer o público e prever suas reações, quais paixões ou reações esse público pudesse vir a ter.

3.1 O AUDITÓRIO COMO CONSTRUÇÃO DO ORADOR

O estudioso afirma que presumir o auditório é argumentar para si. Assim, a argumentação efetiva consiste em presumir o auditório tão próximo quanto possível da realidade. Pode-se inferir que argumentar para si, seja fazer uso das prévias argumentativas do auditório, colocar-se no lugar desse e refletir, com base no verossímil, nas possibilidades, as reações desse público. Por tal razão, o autor afirma que a condição prévia de qualquer argumentação é conhecer o auditório.

Nesse “jogo retórico”, é pelo comportamento da assembleia, já previsto pelo *ethos*, que se definirá o gênero de discurso. Assim, os gêneros oratórios: deliberativo, judiciário e epidíctico, correspondem ao auditório para quem se delibera, deve-se optar pelo que seja mais apropriado para determinado público. Os autores orientam que caso o orador argumente para um auditório heterogêneo, deve procurar meios para conquistar essa plateia.

Perelman-Tyteca considera os marcos sociais que servirão para se presumir o auditório. Assim, há um condicionamento do orador e do próprio discurso, pois o auditório é a base para toda a argumentação. Essa estratégia transforma o auditório, o move e apenas ocorre pela adaptação do orador ou do auditório.

3.2 ADAPTAÇÃO DO ORADOR AO AUDITÓRIO

O auditório é o principal meio de determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores. A regra que sustenta esse princípio é que o fundo e a forma de certos argumentos, apropriados a certas circunstâncias, podem ser desapropriados em outros. Dessa maneira, a extensão do auditório condiciona os processos argumentativos (e isso é independente do acordo).

3.3 PERSUADIR E CONVENCER

A questão a ser tratada é a variedade de auditórios e como o orador pode se adaptar a ele, o que gera uma necessidade de uma técnica argumentativa que abranja eficazmente, a todos os auditórios. Assim, distinguir os meios de argumentação, os que são ligados a dados concretos, dos que são relativos aos fatores afetivos (paixões, reações do auditório) abarcam a diferenciação também, do ato de convencer, do de persuadir e segundo Perelman-Tyteca, é essencial para a eficácia da argumentação.

Persuadir é mais apropriado para quem se preocupa com o resultado. Já para quem se preocupa com o caráter racional da adesão, convencer é o mais adequado. Os critérios para separação entre convicção e persuasão são fundamentados em uma decisão de isolar de um conjunto, de procedimentos e faculdades, certos elementos tidos como racionais. No entanto, o isolamento das questões para se determinar se vai persuadir ou convencer deve atentar para não isolar o raciocínio em que se baseia a convicção de um conjunto.

Em síntese, de acordo com Perelman-Tyteca, a Retórica trabalha com auditórios particulares e esses são definidos pela necessidade de uma argumentação em que se exija a observação de provas que vão além do concreto: outros meios de provas, além do defensável, levam à análise de auditórios particulares.

3.4 OS TRÊS TIPOS DE AUDITÓRIOS

O primeiro é a humanidade, o segundo, formado pelo diálogo, pelo interlocutor a quem se dirige e o terceiro é o próprio sujeito ao deliberar ações de seus atos.

3.5 O AUDITÓRIO UNIVERSAL

O orador deve se ater ao auditório para construir sua argumentação. O acordo com o auditório universal é uma universalidade e uma unanimidade que o orador prevê, de acordo com a ideia do que ele julga ser universal. Dessa forma, o acordo com o auditório universal é um direito, ou seja, firma-se pelo que é conforme uma questão objetiva, uma afirmação necessária, submetidos a dados observados à razão. Assim, a argumentação se constitui como um juízo aceito para todos.

A noção de verdadeiro ou falso perpassa a Retórica, ou seja, a eficácia é observada pelo auditório universal que manipula a prova lógica. O auditório universal supõe que os homens com mesmo treinamento, competência e informação adotam as mesmas conclusões.

3.6 A ARGUMENTAÇÃO PERANTE UM ÚNICO OUVINTE

Os antigos valorizavam a dialética em detrimento da retórica, pois a definiam como uma técnica do discurso contínuo. A escolha do indivíduo que encarna um auditório particular influencia os procedimentos da argumentação.

3.7 A DELIBERAÇÃO CONSIGO MESMO

O orador que delibera consigo, geralmente, é considerado uma encarnação do auditório universal. Segundo Perelman-tyteca

“Ao contrário da dialética, que seria a técnica da controvérsia e da retórica, técnica do discurso dirigido a muita gente, a lógica se identifica ... com as regras aplicadas para conduzir o pensamento próprio.”

Os argumentos usados para convencer o outro são os mesmos usados para convicção. O acordo consigo é apenas um caso particular do acordo com os outros. Conclui o autor que o estudo da argumentação, ligado à deliberação íntima como aspecto relevante permite a distinção das espécies de deliberação.

3.8 OS ASPECTOS DA ARGUMENTAÇÃO

O objetivo de toda argumentação é o de provocar a adesão dos espíritos. Esse processo provoca uma ação pelo uso do discurso. É uma ação que visa a modificar o estado de coisas preexistentes. A regulamentação de um debate pode discorrer sobre questões prévias e sobre a duração dos discursos. Numa discussão, há uma zona intermediária entre interdição absoluta de prosseguimento regida pelas tradições. As instituições que regulamentam as discussões têm importância porque o pensamento argumentativo e a ação por ele preparada ou determinada estão intimamente ligados.

A prova retórica não é coerciva, o silêncio imposto não deve ser visto como definitivo. A argumentação deve ser objetivamente repensada, pois é esse processo de raciocínio lógico-afetivo que garantirá a convicção e a persuasão, em outro termo: o acordo entre as partes.

Quando uma opinião exerce uma influência sobre a ação, já não basta a objetividade, a menos que se entenda por isso o ponto de vista de um grupo mais amplo, que engloba ao mesmo tempo os adversários e “neutro”. (p. 67, 1º§).

Ser imparcial não é ser objetivo, é fazer parte de um mesmo grupo que aqueles a que se julga, sem ter previamente tomado partido nenhum deles. (p. 67, 1º§).

Na visão de Olivier Reboul há concordância com as ideias de Perelman-Tyteca e o autor estudou os argumentos que são relativos à persuasão.

O autor estuda os argumentos para o discurso ser persuasivo. Assim, Reboul analisa o que é digno de persuasão. Esse processo se constrói pela observação do auditório, o que remete à ideia de valores pois são estes os elementos que seduzem o *pathos*. Por exemplo, as propagandas que vendem determinado sabão para lavar roupa, nelas, são atribuídos ao produto, poderes, por exemplo: *Omo Poder Azul*. O poder é mítico, fantasioso e é medido pelo cliente através da eficácia: limpeza da roupa; assim, o que é vendido é o valor de limpeza, de higiene. As propagandas lidam com todas as esferas de poder de persuasão e de convencimento, assim, nos meios políticos, os valores são os vendidos nos slogans que os veiculam, tais como: mudança, honestidade, crescimento, igualdade. No âmbito da informação, nos artigos de opinião, o valor é o da quantidade, da qualidade; se for um artigo sobre economia,

o valor do útil ou do inútil, se no discurso, se analisar as medidas tomadas pelos governos e o valor da quantidade é percebido pelos índices e taxas econômicas citadas.

Nessa pesquisa, serão utilizados o argumento da autoridade e o argumento com base na estrutura do real:

O argumento da autoridade: o prestígio, o caráter da pessoa citada é fator crucial para a validação das intenções. Os discursos dos competentes sustentam esse argumento, muito comum: *Se é Bayer, é bom*. (Ferreira. 2010 p. 166, 2º§)

[...] são aqueles cujo fundamento encontra-se na ligação existente entre os diversos elementos da realidade. Uma vez que admite que os elementos do real estão associados em si, em uma dada ligação, é possível fundar sobre tal relação uma argumentação que permite passar de um destes elementos ao outro. Podem ser de *sucessão* ou de *coexistência*.

Os argumentos por sucessão são aqueles que dizem respeito à relação de causa e efeito.

Os argumentos por coexistência dizem respeito às relações que envolvem realidades de ordens diferentes [...] É o argumento que procura associar o caráter de uma pessoa a seus atos (FERREIRA, 2010, p. 162).

No referente à persuasão, tão utilizada pelos meios citados acima, Olivier Reboul a discute a partir de Aristóteles que analisou dois tipos de argumentos: os indutivos, que se baseavam no exemplo e os dedutivos: com base em entimemas. Pelo fato do filósofo grego ater seus estudos a esses dois tipos de argumento surgiu a necessidade de observar as relações entre as premissas, o que foi reafirmado por Reboul, na seguinte passagem: “estuda o conteúdo das próprias premissas, define tipos de argumentos, lugares, que permitem propor uma premissa, mais precisamente maior, à qual se pode subsumir o caso em questão” (REBOUL, 2004, p. 163)

O autor ressalta que só há possibilidade de argumento, se houver acordo entre auditório e orador. O acordo é uma relação lógica, o fato é argumento, mas, a noção não é clara. Segundo ele: O fato estatístico é definido como: “... uma verificação que todos podem fazer que se impõe ao auditório universal, que parece ser o caso do nosso fato estatístico” (REBOUL, 2004, p. 164).

Por exemplo, existem os índices disseminados pelas organizações de imprensa. Esses índices são fatos, mensurados, um resultado pronto, citado por uma fonte que representa autoridade (órgão público ou privado) e, por isto, não são questionados pelos leitores, como no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a cidade de São Paulo

Dados sobre a cidade de São Paulo, segundo o IBGE

População estimada 2014 ⁽¹⁾	11.895.893
População 2010	11.253.503
Área da unidade territorial (km²)	1.521,110
Densidade demográfica (hab/km²)	7.398,26
Código do Município	3550308
Gentílico	Paulistano
Prefeito	Fernando Haddad

Fonte: IBGE

Para Reboul, um fato não tem uma noção exata e a possibilidade para haver oposição a um fato é compará-lo com outros fatos, caso o fato apresentado como tal se constituir como incompatível com outros fatos é apenas aparente e não real. O fato aparente serve para ressaltar a presunção do auditório. Ao mencionar a ideia de Perelman sobre se presumir o auditório, afirma que esse processo é ligado aos valores que podem ser abstratos ou concretos, segundo Perelman, apud Reboul. Os primeiros

são ligados à justiça e a verdade; fundam-se na razão. Os segundos são relativos à virtude e a obediência.

Há três tipos de valores da qualidade, parte do contrário para ressaltar a qualidade; da quantidade, ressalta a quantidade, o número e da unidade que valoriza o único, o superior. Como pode ser percebido no slogan da Mastercard “Existem coisas que o dinheiro não comprou. Para todas as outras existe *Mastercard*.” Nesse slogan é observado o valor da quantidade, representado pela palavra dinheiro, metáfora de poder e também, o valor da qualidade, representado pela satisfação proporcionada pelo cartão, simbolizada pelos momentos de felicidade. Portanto, o valor vendido pela bandeira Mastercard é o da felicidade, que pelo dito popular “nenhum dinheiro a compra”.

Reboul estudou a argumentação com base na observação do que pode ser provável, ou seja, admitido como argumento. O estudioso buscou modos para a prova ser persuasiva e assim, ela possa modificar o estado das relações entre *pathos* e *ethos*. Para isso, se adequar ao auditório é essencial para o orador e essa condição organiza e determina o tipo de argumentação e também, de discurso. Desse modo, o verossímil se constrói e a confiança do *pathos* no *ethos* é presumida pelo orador. No slogan merece atenção também as figuras, também estudadas como meios argumentativos e serão tratadas adiante.

A argumentação e a técnica da retórica são aspectos unidos pela busca por um acordo, seja na compra de algo, em que a propaganda persuadiu ou convenceu o cliente, seja na compra do jornal, visto como uma autoridade que testemunha fatos, assim: vende a “verdade”. É interessante observar que a argumentação ou *logos* do discurso utiliza provas. Para tratar das que são utilizadas pela retórica, se remete a Ferreira, que discerne os tipos de provas e as relaciona aos tipos de raciocínio; dessa forma, há as provas extrínsecas e intrínsecas e os raciocínios apodíctico, o dialético e falacioso.

Provas extrínsecas (independentes, extratécnicas ou inartificiais) são aquelas que têm sua fonte numa circunstância externa. Não são ensinadas pela retórica, mas, sim, colhidas no mundo exterior e utilizadas em benefício dos propósitos do orador. São eventuais e variáveis e dependem, sempre, de outras esferas do conhecimento (FERREIRA, 2010, p. 79).

Provas intrínsecas (dependentes, técnicas, artificiais) são internas à retórica. Para Aristóteles ou são raciocínios (silogismo, entimemas) ou são exemplos. Os raciocínios constituem-se nas provas intrínsecas por excelência (FERREIRA, 2010, p. 80).

As provas, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas, exigem a percepção do orador para procurar todos os meios que lhe venham a servir para persuadir o auditório. As intrínsecas merecem mais atenção por serem classificadas em tipos: lógicas, silogismos, entimemas e exemplos e as psicológicas: éticas e patéticas.

Os raciocínios são relativos à dedução e segundo Ferreira podem ser: apodícticos, dialéticos, falaciosos.

Raciocínios apodícticos (demonstrativos ou científicos): operam-se com premissas verdadeiras e com premissas que produzem efeito de verdade. As premissas verdadeiras e certas conduzem a uma conclusão também verdadeira e certa, pois deriva-se da evidência (FERREIRA, 2010, p. 81).

Raciocínios dialéticos (ou prováveis): partem de uma premissa provável, admitida por todos ou pela maioria do auditório, pelos mais notáveis e mais ilustres sábios e geram uma conclusão razoável, altamente provável, embora não absolutamente certa porque produto de crença, de opinião (FERREIRA, 2010, p. 82).

Raciocínios falaciosos: Os caminhos do raciocínio indicam hipóteses, o caráter menos ou mais plausível de uma tese (FERREIRA, 2010, p. 85).

Às vezes, os argumentos utilizados são logicamente inconsistentes, sem fundamentos válidos ou que falham na capacidade de provar eficazmente o que alegam (FERREIRA, 2010, p. 85).

A partir dessas explicações pode-se relacionar que o orador, ao proferir um discurso, não está necessariamente preocupado em ser verdadeiro, mas, em parecer verdadeiro e isso remete ao caráter amoral da retórica que foi motivo de crítica por Platão, mas, de defesa por Aristóteles. Outro aspecto a ser considerado é a eficácia

do discurso que depende do uso inteligente da linguagem, pelo orador: a busca pela identidade. Sobre esse aspecto, Meyer explica a função do raciocínio argumentativo.

O raciocínio argumentativo consiste em articular essas diferenças, em proferir os termos que levam a novos juízos dos quais eles são argumentos. A retórica é uma argumentação condensada (MEYER, 2007, 69, 1º§)

A realidade, o verossímil e a persuasão dividem o mesmo espaço: o da retórica e a relação sutil entre essas três instâncias criam a realidade. O que é verossímil é o que pode vir a ocorrer, de acordo com a leitura retórica que se pode fazer, o que é provável é a confirmação do já sabido por todos, a opinião comum, a exemplo, os discursos midiáticos. Essa relação entre o provável e o real é a do limite dado pelo verossímil, nas palavras de Mosca:

Em Aristóteles, o verossímil depende, em última instância, da **opinião comum**, isto é, do público. Se observamos hoje o discurso publicitário, veremos que ele lança mão de idéias consensuais para a coletividade e, ao inseri-la na argumentação, alcança os efeitos de espelhamento e identificação desejados, acabando por sugerir uma ação. Para a publicidade, o verossímil se apresenta não como o verdadeiro, mas como aquilo que se *parece* com ele, que lhe dá impressão de verdade, ou seja, através da ótica da ilusão, na tentativa de imitar a realidade. (MOSCA, 1997, p. 39).

O meio para distinguir o verossímil do que é real, é não se deixar persuadir pelo orador, avaliar a função argumentativa do discurso, a função persuasiva, as relações desses elementos com o sujeito. Novamente, Mosca esclarece

O que importa é, portanto, avaliar a sua **função argumentativa** dentro daquele determinado tipo de discurso, isto é, os efeitos produzidos. Nesse sentido fica evidente a **função persuasiva** que a figura exerce sobre os elementos emotivos que constituem e fundamentam a estrutura dos sujeitos, ultrapassando seu papel puramente informativo para cumprir uma finalidade de **incitamento** e de **sedução** (MOSCA, 1997, p. 40).

Pelas palavras de Mosca, que analisou o verossímil relacionada à figura metáfora, mas, sua visão pode ser utilizada também em outros contextos, vale ressaltar o limite entre verossímil, provável e o que é digno de persuasão depende da intenção do orador, do seu interesse. Por exemplo, em um artigo de opinião de temática econômica, o orador utiliza como argumentos: exemplos, dados, fatos; assim, o provável é construído pela organização do texto e pela racionalidade, fatores que também produzem a persuasão e o verossímil é observado não apenas por aspectos intrínsecos ao discurso, mas também, os externos, como o *ethos* do orador, no caso, um jornalista, o fato ocorrido, aparentemente incontestável e o fato do leitor, geralmente leigo no assunto, não conhecer ou discutir os dados estatísticos de temática econômica.

A interação entre *ethos* e *pathos* admite uma visão ampla da argumentação como um conjunto que aborda desde a organização do gênero discursivo, às possíveis reações do auditório, as figuras e outros aspectos. Esses serão discutidos adiante.

3.10 OS GÊNEROS RETÓRICOS

Para discutir sobre os gêneros retóricos (entendidos aqui, como tipos de discurso) se usarão alguns conceitos sobre o assunto fundamentados em Aristóteles, pela obra *Arte Retórica e Arte Poética* (1964), a obra de Olivier Reboul: *Introdução à Retórica* (2004) e *A Retórica* de Michel Meyer (2007).

O filósofo grego explica os gêneros retóricos a partir de uma observação desses discursos, atribuindo relevância à adequação destes ao auditório (também chamado por Aristóteles de *categorias de ouvintes*). Ele considera os seguintes elementos: a pessoa que fala, o assunto tratado e a quem é direcionado o discurso. Além de se ater a uma explicação relativa aos aspectos tempo e finalidade.

Segundo o mestre grego, há um tempo para cada gênero; assim: no gênero judiciário, se utiliza o tempo passado porque para se acusar ou defender, deve se basear no fato já ocorrido. No epidíctico (também denominado por Aristóteles *demonstrativo*) se faz uso do tempo presente por razão de que ao se louvar ou censurar um fato, tem-se apoio no presente dos fatos e o tempo futuro é aplicado ao gênero deliberativo por este servir para aconselhar ou desaconselhar.

A finalidade ou a função do gênero é determinada por Aristóteles pelo valor da utilidade ou inutilidade, do justo ou do injusto, por ser ou não digno de louvor ou de censura, ser belo ou feio.

Na *Arte Retórica e Arte Poética* (1964), o mestre faz uma ressalva: a de que não se deve considerar a caracterização do gênero restrita ao tempo e à finalidade de cada discurso, mas também deve se ater às premissas relativas ao possível para cada discurso, além dos valores que acompanham o posicionamento de cada orador, consoante o trecho:

9. Acrescenta-se ainda o seguinte: quando se louva ou se censura, quando se aconselha ou se desaconselha, quando se acusa ou se defende, ninguém se empenha só em demonstrar o que afirmou; mas todos se propõem, além disso, mostrar a importância, grande ou pequena do bem e do mal, do belo e do feio, do injusto, que o assunto encerra, quer estes pontos sejam tratados em si separadamente, quer sejam mutuamente postos em confronto ou oposição (ARISTÓTELES, p. 32)

No parecer dos estudiosos Reboul (2004) e Michel Meyer (2007) o tratamento dos gêneros retóricos é fundamentado em Aristóteles; no entanto, os dois teóricos são movidos por preocupações diferentes. O primeiro analisa os gêneros pela relação com a argumentação, os componentes retóricos (*ethos, pathos e logos*) e pelas provas. Na concepção do segundo teórico os gêneros são descritos por sua função e por razão de Meyer conceber a retórica como uma resposta a um problema (*grosso modo*).

Reboul concebe os gêneros como tipos de discurso que devem ser utilizados de acordo com a necessidade do auditório (adequar-se a este) e das provas. Ele os classifica como Judiciário: em que o auditório é o tribunal, o deliberativo: que tem o auditório político (o senado) e o epidíctico: que é proferido para espectadores.

Para o autor de *Introdução à Retórica* (2004), a atuação dos gêneros segue uma relação com o auditório, com o tempo e com o valor, dessa forma:

Gênero	Atos	Tempo	Valor
Judiciário (tribunal)	Acusar ou defender	Passado	Justo ou não
Deliberativo (senado)	Aconselhar ou não	Futuro	Útil ou não
Epidíctico (espectador)	Censurar	Presente	Nobre ou vil

A relação entre os gêneros e argumentação é referente às provas e aos elementos componentes da retórica (*ethos*, *pathos* e *logos*). Assim, o *ethos* e o *pathos* são relativos ao “afeto” (paixões provocadas no auditório), *logos* (à lógica). As provas podem ser: extrarretóricas (leis e testemunhas) e intrarretóricas (cridas pelo orador).

Sobre o gênero epidíctico, Reboul ressalva que esse persuade, se for em longo prazo e se tratar de decisões não imediatas.

No sistema retórico, a ação pode ser de três formas: a de enunciar o discurso, a de atuar (representar) e a com base na memória (fatos).

Para Michel Meyer (2007), há a divisão dos discursos da retórica em três grandes gêneros: epidíctico, judiciário e deliberativo. O primeiro é descrito pelo autor como centrado no atraente e no agradável por parte do orador e o *pathos* desempenha as funções de louvar, aclamar ou censurar. O segundo gênero é caracterizado pelo valor do justo ou do injusto, assim, para Meyer, neste há uma determinação sobre uma ação como justa ou não. O terceiro é o deliberativo e tal como o segundo gênero, é caracterizado por um valor, no caso, o valor do útil ou do prejudicial.

O autor analisa os gêneros retóricos como formas para dar respostas a um problema e os componentes *ethos*, *pathos* e *logos* são, para ele, fontes de respostas. Ele não se preocupa apenas com a descrição, mas com a problemática de haver somente três gêneros na retórica, conforme a passagem da obra *A Retórica* (2007): “... Mas, o verdadeiro problema não é distinguir aqui *éthos*, *páthos* e *lógos* nesses três gêneros, mas sim compreender porque estes se reduzem a três, o que limita a retórica a somente três tipos de problemática. (p. 29,1 °§).

4 A RELEVÂNCIA DAS FIGURAS DE RETÓRICA

A subjetividade perpassa a linguagem e suas inúmeras formas de atribuir sentido às palavras, que é um fator que abarca o contexto, as intenções do orador e o significado dos termos. As figuras que representam, na atualidade, uma forma de argumentação, na Antiguidade, foram um dos fatores de redução do papel da retórica a apenas uma forma de ornamentar o discurso. Nos estudos de Elisa Guimarães, José Luiz Forin e Chaim Perelman as figuras são vistas como meios estratégicos para atender ao interesse de um orador, ou seja, são estratégias argumentativas.

Guimarães parte de Aristóteles, para quem a retórica é a faculdade de descobrir especulativamente sobre todo dado persuasivo. Para os antigos, a retórica era a arte de se dirigir a um público de forma persuasiva. Assim, se iguala a outros processos argumentativos.

Após o período de desvalorização da retórica, esta ressurge como parte da argumentação. Com Perelman, houve a continuidade dos estudos aristotélicos sobre a argumentação. O autor belga caracteriza a argumentação como um ato de persuasão, a agir sobre os espíritos. Para ele, não há discurso neutro, visto que a linguagem é um instrumento de ação sobre os outros e defende a argumentação como inerente à linguagem.

Guimarães defende a linguagem como dotada de intencionalidade e a argumentação como subjacente a qualquer uso da linguagem, portanto, não há imparcialidade. Assim, o componente linguístico incorpora o componente retórico (relação entre enunciados) e se deve considerar que o valor argumentativo de uma frase ultrapassa o conteúdo e tem a função de orientar o leitor. Os operadores linguísticos têm valor retórico.

Entre o linguístico e o retórico não há uma distinção clara, há níveis diferentes de significação. Com isso, há necessidade de se distinguir o que é pertencente à retórica e o que é do âmbito da gramática. Para a autora, a primeira considera a face subjetiva do ato linguístico e a segunda, se constitui como técnica interna do sistema linguístico. Assim, as palavras, pelos sentidos, podem pesar as cargas afetivas.

No discurso retórico, no *elocutio*, há as figuras de retórica que dispõem de função relevante. Para Guimarães, as figuras são tidas como fator de persuasão, já que além de instrumento estético do texto, é também, meio discursivo.

Na Antiguidade, eram vistas como um modo incomum de falar, com uma estrutura discernível, independente de conteúdo. Ao considerar esse aspecto, a estudiosa afirma que as figuras são analisadas por dois fatores: distanciamento de concretude e distanciamento em relação à outra forma de linguagem.

A autora ressalta que as figuras de retórica são uma sobreposição à linguagem, por acrescentarem significados aos planos da expressão e do conteúdo e remetem às duas formas básicas de se dizer algo: a própria e a figurada.

O problema das opções expressivas era aspecto crucial para a retórica, por ser atrelado a um aspecto mais abrangente, ou seja: o de harmonizar as partes de um todo, lhe atribuindo unidade. Os antigos consideravam, em seu discurso, fatores semânticos e éticos. Os primeiros eram princípios ordenadores do texto e os segundos, valores. Os aspectos argumentativos eram analisados como estratégias argumentativas com o fim de persuadir. Os fatores estético-literários eram os padrões vigentes.

Dentre os antigos, se destaca Aristóteles que definia as figuras como um processo que produzia surpresa e considerava a expectativa do receptor. Guimarães também remete a outro estudioso: Perelman que traz um estudo sobre as figuras com ênfase nos efeitos que elas podem impor ou sugerir aumentar a presença ou realizar a comunhão com o auditório. Para ele, as figuras não determinam gênero e as classifica como: de presença e de comunhão. As figuras de presença despertam sentimentos de presença do objeto no discurso. As de comunhão são vinculadas ao uso da pressuposição, em um processo em que se apresenta um dado como já conhecido ou público.

O autor cita: a repetição, a alusão, a citação e descreve a estratégia de uso argumentativo para cada uma. Dessa forma, a repetição serve para comunhão com o auditório. A alusão cria e confirma essa relação e a citação visa a reafirmar o que foi dito, com peso de autoridade (constituindo-se como um caso de argumentação pela autoridade). O raciocínio pela autoridade também é percebido em outros meios, como o apoio em outros discursos, intertextualidade.

Em seus estudos sobre figuras, Guimarães conclui: que a progressão discursiva se efetiva nas articulações da argumentação. Assim, a argumentação é um elemento coesivo do discurso. A associação entre argumentação e retórica ocorre pelo processo de convencimento e de persuasão do outro. Assim, as figuras são analisadas como fatores argumentativos.

O tratamento das figuras por Fiorin é feito a partir de uma observação da evolução histórica da retórica e das relações desta com outras áreas do conhecimento, como a Linguística.

Na Idade Média, os estudos linguísticos eram divididos em três partes que compunham o *Trivium*: dialética, gramática e retórica. A primeira distingue o verdadeiro do falso. A gramática estuda enunciados considerados em si mesmo. A retórica, as formas de persuadir pelo discurso. No século V a. C. surgem os sofistas e no século I a. C. as três dimensões do *Trivium* encontraram um ponto de equilíbrio.

Na atualidade, ao discutir sobre o caráter de uso das figuras, Fiorin retoma Bender e Wellbey (1990) para quem as ideias de que transparência e objetividade no discurso científico representam a realidade. No entanto, em oposição a essa assertiva, considera: a antítonia e a originalidade. A primeira é a propriedade de um discurso poder remeter a outro e a segunda é o fato de que originalidade, individualidade e subjetividade são paradoxais ao discurso literário.

Em 69, surge a linguística moderna de Saussure, que tinha por objeto, a língua. Saussure reconhece a filiação da linguística com a gramática, visto que esta era analisada como objeto estreito, por ser uma disciplina normativa, visando apenas à distinção das formas corretas, das incorretas. (Fiorin destaca que Saussure seguia a gramática de tradição grega).

O autor retoma Bender e Wellbey (1990) que afirmaram que há o renascimento da retórica, no século XX, pelas seguintes razões: liquidou-se o ideal de objetividade e de neutralidade científica do positivismo; a arte moderna solapou a noção de subjetividade fundadora da estética romântica (a partir do Surrealismo, do Dadaísmo que enxergavam a estética como um “jogo” em que se consideravam forças incontestantes e linguísticas, em relação ao sujeito).

Surge o discurso da publicidade e da propaganda que visa à persuasão, assim, a racionalidade deixa de ser um axioma. Com Mc Luhan (1969), há uma relação entre

a nova cultura da imagem e a cultura oral pré-clássica. Com Émile Benveniste, seguidor de Saussure, se discute a passagem da virtualidade da língua, para a fala: segundo o estudioso, tal fator é possível, por meio de categorias criadas no ato da enunciação. Assim, a enunciação é o ato de pôr em funcionamento a língua.

Benveniste mostra que o produto da enunciação é social e demonstra que a fala tem aspecto regular, ou seja: o discurso. A ciência da linguagem passa então, a operar como unidade frástica, o texto. Pelo plano da manifestação do discurso é que, segundo Fiorin, a Linguística se aproxima da retórica. Essa aproximação é relativa ao uso das palavras como elementos persuasivos e como ornamentos do texto. Para discutir sobre o papel das figuras no texto, Fiorin retoma Jakobson que discute o estudo de aspectos da linguagem pela dicotomia paradigma versus sintagma e os processos de similaridade e contiguidade, que estabelecem relações entre dois tropos. Assim, a metáfora, a similaridade e a metonímia, contiguidade.

A metáfora e a metonímia ultrapassam a linguagem verbal, por abrangerem outros meios de expressão. Fiorin afirma que com a contribuição de Jakobson, houve a atribuição de fundamentação semântica à similaridade e as figuras (metáfora e metonímia) passam de tropos a um processo semântico universal.

A relação entre retórica e linguística é analisada pelo estudioso a partir de um pressuposto diferente das retóricas tradicionais, visto que ele tenta descrever o que ocorre no discurso oral e escrito que escapa à intenção consciente do orador. Assim, discorre sobre as contribuições de Noam Chomsky, Roland Barthes.

Na visão de Chomsky, apud Fiorin, a intenção do autor brasileiro foi a de estabelecer um construto teórico responsável pela discursivização. Assim, o que se busca é analisar a retoricidade de toda operação de linguagem.

Roland Barthes, ao realizar um seminário sobre retórica antiga e publicar o texto já editado na revista *Communications* número 16 (75: 147-221), trouxe uma imagem de valorização da retórica e a explora para construir uma semiologia. Ele resume a tradição retórica, procurando expor a complexidade da retórica constituída como sistema.

Barthes discute os prolongamentos dos estudos retóricos; a história da retórica em novos métodos, retórica como método de análise da cultura de massa e a literatura que veio de uma prática político-judiciária. Ele e outros autores da revista *Communications* veem a retórica como arte e técnica, no entanto, não consideraram a retoricidade geral da linguagem.

Após estabelecer essas relações, Fiorin afirma que há duas direções de aproximação entre a linguística e a retórica: uma ligada à retoricidade geral na produção discursiva e a outra, que é o fator da retórica ser meio de análise discursiva. Como explicação, o autor trata da primeira vertente: a pragmática trabalha a linguagem em uso, por tal aspecto pode ser aproximada da retórica (por paradoxos e jogos de linguagem). O segundo aspecto é a argumentatividade (a persuasão tida como natural à linguagem).

Fiorin remete a Perelman e Tyteca o advento da nova retórica, na qual se observou que os negócios humanos não se fundam em demonstrações lógicas e sim, em raciocínios prováveis.

Após estabelecer relações históricas da linguística com a retórica, Fiorin conclui que: a linguística do discurso herdou a retórica. Assim, a retoricidade da linguagem, vista como dimensão argumentativa e tropológica da linguagem tornam a retórica vinculada à linguística. A objetividade é também um efeito de sentido e dessa forma, o discurso é organizado pela persuasão.

Outro importante autor que discutiu o valor argumentativo das figuras foi Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca que analisaram as figuras de retórica e argumentação. Na exposição, os aspectos estudados foram: aspectos históricos e o os tipos de figuras.

Desde a Antiguidade, se reconheceu a existência de modos de expressão incomuns, ou seja: conhecidos como figuras de retórica. Na época, elas eram consideradas apenas ornamentos do discurso. Com Quintiliano, foram consideradas como aspecto de variedade no discurso, mas, o autor romano não as enxergava como interessantes para a argumentação.

Contrário à visão de Quintiliano, Perelman dando como exemplo a hipodipose, como figura de presença que tem a função argumentativa de descrever acontecimentos, passou a observar o caráter argumentativo dos tropos e explica que para haver uma figura, é necessário se observar dois aspectos: uma estrutura discernível, independente do conteúdo e um uso diferente do normal de se expressar.

O autor ressalva que no discurso, há usos que possam parecer figuras. No entanto, não basta ser de uso incomum para ser de fato uma figura. Assim, ele estabelece uma metodologia para definir uma figura: ter uma estrutura isolável e que possa reconhecer em que, seu uso pode ser incomum.

A respeito do caráter argumentativo das figuras, o estudioso afirma que elas assumem significado argumentativo se ao acarretar uma mudança de perspectiva, o uso parecer normal. Caso isso não ocorra, é apenas um ornamento. Ao discutir o uso das figuras na argumentação, Perelman remete ao objetivo do orador de conseguir a adesão do pathos e este fator somado ao movimento no discurso são elementos que determinam o gênero da figura.

Para ser figura argumentativa é preciso que o argumento seja percebido como valor. Para apreender à figura um caráter argumentativo é preciso conceber a passagem do habitual ao incomum e a volta a um habitual de outra ordem, o produzido pelo argumento no mesmo tempo em que termina.

O estudioso classificou três tipos de figura: de escolha, de presença e de comunhão. As figuras de presença servem para tornar presente na consciência, o objeto do discurso. As de repetição podem acentuar o fracionamento de um acontecimento complexo. (Perelman ressalta que as figuras de repetição têm um efeito argumentativo mais complexo do que a ideia de presença pela amplificação, esta tida como o desenvolvimento oratório do assunto). Figuras de comunhão: são as em que o orador se empenha em criar ou confirmar a comunhão com o auditório.

O estudioso ressalta que uma mesma figura nem sempre produz o mesmo efeito argumentativo e que as designações usadas servem para delimitar os efeitos de certas figuras. Assim, explica o efeito de algumas, como: a perífrase, descrita como nome ou expressão substituída por outro, pode ser analisada como sinédoque e metonímia, que são usadas também como forma de chamar a atenção para uma característica particular dos homens. A prolepse ou antecipação que deve ser usada com o intuito de se substituir uma qualificação por outra. A onomatopeia quando intencional evocar um ruído real.

Outros exemplos como sinonímia ou metábole também são explicados pelo autor. A repetição de uma mesma ideia em termos diferentes. O pseudodiscurso direto, em que se atribui a alguém o que se crê ser opinião de outrem sobre as intenções. A enálage de tempo, a substituição de um tempo por outro, contrário às regras normais para dar um efeito de presença. Sobre as figuras de comunhão, ele discute a citação (que somente é tida como figura de comunhão se não for usada como objeto comum, ou seja: se apoiar uma autoridade), a apóstrofe que não visa nem a informação, nem a assegurar o acordo, mas, convida o auditório a participar da deliberação; a enálage de número de pessoa (troca do eu, tu, “pelo nós”) usada para o orador se assimilar ao auditório.

Perelman conclui que a análise de figuras deve ser subordinada a um estudo prévio da argumentação. As figuras têm a função de aproximar o orador do auditório ou de remeter a um fato, como presente (figuras de presença) e as de comunhão estabelecem a negociação da distância e garantem a adesão do auditório.

5 RETÓRICA E OS FATOS DO MUNDO

Na atualidade, fatos ocorrem e são fatores que despertam a vontade de opinar e na riqueza das discussões, o conhecimento é construído assim como os conflitos de ideias, de interesses. A busca de um consenso só é possível pela força e competência retóricas dos oradores. Os acontecimentos são fatos históricos, “verdades”, mas, a forma como são veiculados é o que lhes possibilita serem verdadeiros, são versões, constituem o verossímil.

Dessa forma, a retórica assume a função de sistema organizador de “verdades”, de ideias e conseqüentemente de convencimento e persuasão, ou seja, de argumentação; em termos simples, de uma lógica de defesa de um parecer para alcançar um acordo. Para essa finalidade, o discurso, seja de qualquer tipo, se adequa a um auditório e pode ser observado esse processo no discurso midiático, principalmente, no jornalístico.

Um exemplo é o programa Roda Viva da TV Cultura (Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas) em que se discutem assuntos sobre diversos temas: ciência, tecnologia, política, economia, literatura, entre outros. No programa, são feitas perguntas para um convidado, uma “autoridade” (especialista) e assim, se faz uso da persuasão, do provável, ou seja: há uma disputa de opiniões, na qual se busca prevalecer sobre o outro, agir sobre ele. Outro exemplo são as eleições presidenciais de 2014, em que a mídia fez versões sobre os discursos dos candidatos e suas propagandas. Em outro evento importante, na Copa do Mundo do mesmo ano, se observaram os posicionamentos de identificação dos meios jornalísticos com os dos torcedores, ou seja: a postura antes e depois da derrota do Brasil, de sete a um para a Alemanha. Ainda no diverso âmbito midiático, os artigos de opinião de temática econômica em que o orador é um jornalista, especialista no assunto, assume o papel de juiz e delibera sobre medidas governamentais referentes à economia, organiza um raciocínio transcrito no discurso com a finalidade de aprovar ou não, as medidas tomadas pelos políticos.

Esses exemplos são cabíveis na afirmação de Reboul de que o terreno da retórica é o do indistinto e o discurso retórico se instaura como duvidoso e conflitante, ou seja: exige o debate de ideias.

A técnica grega de persuasão aliada a interesses políticos (entendidos aqui, como os que são veiculados com intenção política, seja de partidários ou das instituições formadoras de opinião) a retórica é instrumento-chave, é usada por aqueles que desejam o poder e que seu discurso ou opinião se torne dominante, aja sobre os outros, os mova.

Retórica e política são duas ciências que possuem elementos comuns: as duas se inserem na discussão de opiniões. Fazem uso da argumentação, por tratarem de decisões de difícil solução e no discurso político, a argumentação assume o caráter de justificativa porque os oradores explicam os motivos que os levaram a tomar determinada medida e não outra. No discurso midiático, também se busca justificar, visto que trabalha com provas.

Nos dois discursos, o *logos* é o instrumento para se buscar um consenso, é uma negociação e o êxito depende da atuação do orador que faz uso das provas cabíveis para cada situação. A respeito dessas provas, é interessante observar que elas são organizadas na argumentação a seguir uma racionalidade que aborda o que é lógico no discurso, o que é possível pelo discurso e na atuação do orador; assim, a racionalidade dos discursos político e midiático, imbuídos de retórica, é verossímil e persuasiva. Desse modo, as provas são intrínsecas e extrínsecas.

O valor da retórica como meio de persuasão e de convencimento é perceptível, pela consideração do debate (argumentação, discussão) que cria o ambiente da *doxa* pelo orador, ou seja: o uso de aspectos para persuadir ou convencer os leitores.

Em *A Retórica do Poder e o Poder da Retórica* (Ferreira e Bacarense: 2010) os autores partem da valorização da construção de sentido no texto (por meio da coesão e da coerência) no plano linguístico e a influência desses aspectos no âmbito retórico (no qual, há um direcionamento da construção de sentido pelo *ethos*).

A compreensão é atrelada ao desejo do orador (consciente de que o pathos é o alvo de sua persuasão). Dessa forma, a adesão é a meta da retórica e a argumentação (logos) é o meio para persuadir o auditório e assim, a argumentação é verossímil por considerar elementos além dos limites do cálculo (segundo Perelman).

Ao tratar da consideração do auditório, pelo orador, remete à noção de consciência retórica, em que um orador, por meio de um movimento passional, faz o pathos mover-se. Para isso, o logos é utilizado e se constitui como provas, pelo raciocínio, e simultaneamente, atinge o pathos (que se manifesta pelo julgamento de valores).

O papel do orador é essencial para a persuasão. Esse papel foi descrito por Meyer como complemento do próprio orador. Nessa perspectiva, o orador projeta o auditório em si, para movê-lo.

Remete-se, assim, a Aristóteles em seu estudo sobre as três ordens de finalidade retórica: *docere* (ensinar, convencer via argumentos) *movere*: comover, mover pelas paixões e *delectare*: agradar.

Ferreira chama a atenção para o fato de a retórica ser um jogo pelo poder e seu campo de atuação ser o da problemática da existência (ou seja: dos sentidos que movimentam valores e paixões do auditório). Dessa forma, a eficácia do discurso, depende do orador que se vincula a um princípio de autoridade (representada pelo poder na arte retórica do orador e na credibilidade desse ethos).

A atuação do orador é por meio de valores aceitáveis (verossímeis) o que condiciona o papel do auditório, que pode ser: o de juiz (ao ponderar sobre o justo ou injusto); o de assembleia (em uma causa futura, decidir sobre a utilidade, o conveniente) ou o de espectador (em que analisa a competência do orador)). A partir dessa observação, posições referidas dependem do problema abordado.

Em diálogo com Bordieu sobre o fato de mobilizar a autoridade, Ferreira afirma que há duas maneiras de fazê-lo: pelo autoritarismo (vista como negativa) e da legitimação (autoridade consentida previamente pelos demais, tida como positiva). O poder do orador é medido pela paixão que consegue despertar no pathos.

Com isso, deve-se ressaltar que o auditório, mesmo sendo universal, possui traços peculiares (e considerar também, o auditório particular). Esses fatores direcionam a argumentação.

A argumentação em retórica é estabelecida por fatores verossímeis que abrangem provas não somente lógicas, mas também, as patéticas, ligadas à afetividade e este fato retoma a ideia de paixão. Ferreira, em diálogo discursivo com Bordelois e Meyer sobre a palavra paixão, retoma a visão desses autores: o primeiro (por estudar as línguas indo-europeias) constatou que a palavra não possuía uma definição em tais idiomas e o segundo, a conceituou como algo que ultrapassa o racional.

Assim, a cultura é vista como fator determinante. A este respeito, Ferreira retoma Breton, ao afirmar que a natureza do homem se realiza somente na cultura que o acolhe (1998: 16). A cultura como determinante do homem, direciona seus pensamentos e argumentos (a razão das escolhas do ser). O movimento passional promove o movere (do auditório) vias as escolhas semânticas feitas pelo orador (estas consoantes com a formação cultural, os motivos morais, éticos, ou seja: a paixão).

A noção de efeitos de paternização é apontada como o despertar de paixões no auditório (via ações e escolhas do orador) e ao remeter a Amossy (2006) e Parret (1986) para quem o pensamento é passional e a racionalidade é, necessariamente, afetiva, Ferreira observa que o orador competente move o auditório, reconhece que o pathos se exercita no discurso argumentativo.

Perelman também é mencionado pelo fato deste autor defender que a argumentação deve ser realizada por meio de observação das possibilidades de todas as opiniões que possam ser provadas (razoável).

Na intencionalidade argumentativa, a eficácia do discurso do orador depende do seu grau de conhecimento do auditório. O ethos é a dimensão em que se organizam a emoção e o orador. Em retórica, é percebido de formas sutis, seu papel é o de responder a um auditório.

Na pragmática moderna, o orador deve conservar a face; assim, o ethos possui duas: a positiva e a negativa e elas asseguram a paixão, desencadeada pelo orador, no auditório. Assim, o poder da retórica se traduz no poder do orador, que utiliza o discurso (no qual, a natureza retórica dos enunciados é valorizada pelo significado e pelas sensações que despertam).

Na visão de Américo de Sousa, no artigo *Retórica e Discussão Política* (2010), a discussão versa sobre o objetivo de Ampliar a ideia do uso da retórica como referência crítica e metodológica para a discussão política. Para isso, discute a vocação da retórica (buscar consensos).

Ao considerar a pluralidade do uso da palavra, a retórica lida com valores e preferências. O meio propício para a retórica é a pluralidade de soluções que respondam a uma questão que necessita de demonstração das possibilidades de resposta, o que acarreta argumentação (considerando que é ligada a uma liberdade de pensamento e assim, gera a retórica).

A lei essencial da retórica se faz presente no universo da doxa e se firma como “justificar para convencer”, segundo o autor. No entanto, ele ressalta que tal uso está submetido ao problema da verdade.

Retoma Meyer, ao tratar do “quantum” de interrogatividade, ou seja: a dúvida é inerente ao próprio objeto, obrigando-o a passar pela discussão, para atestá-lo como verdadeiro. No debate retórico, é valorizada a subjetividade, visto que ao pretender sustentar ou refutar uma tese, os oradores (trabalham a liberdade de invenção e de adesão).

No ato retórico é relevante a negociação de identificações e de diferenças para a promoção da retórica; assim, a tolerância é o meio para manutenção da retórica, em um debate.

O autor reflete sobre a opinião e discute sobre o fato de se identificar a retórica no domínio da opinião não a deprecia no tocante à criação de novos conhecimentos. Para explicar tal questionamento, remete a algumas razões: a primeira é o fato da retórica não pertencer às ciências exatas (o que não lhe permite uma *validade lógico-matemática*); a segunda razão é a não aplicabilidade da retórica à religião (pelo fato dela não admitir o indiscutível) e a terceira tem por base a ideia de Breton de que a opinião não produz conhecimento.

Em desacordo com Breton, Sousa defende a opinião como identidade social, formada a partir do conhecimento (vale-se de Perelman, por este criticar o racionalismo clássico). O estudioso defendia que a evidência só poderia conduzir à verdade por meio da prova da dúvida metódica (que desconsidera as opiniões sobre as quais prevalece alguma questão). Nessa visão, as opiniões eram vistas como incertezas.

Para Américo de Sousa, é pela opinião que se pode alcançar a verdade. Assim, a verdade pode ser adquirida por analogias e não apenas pela lógica e apresenta razões para legitimar a importância das opiniões no alcance do conhecimento: a primeira, é que antes do conhecimento científico se constituir como tal, foi uma opinião; a segunda: a opinião possui dois momentos (enquanto último recurso e quando não admite resposta científica); a terceira é o parecer individual (tratado como advindo da relação entre pessoa e com os outros que a circundam). A quarta razão é o caráter que não é científico dos valores.

O autor ressalta a importância da opinião para a argumentação, ao se estabelecer o que é preferível (*lugar do preferível*) e por esse aspecto discute a racionalidade emocional da retórica a partir de Aristóteles (que discutiu para cada caso, o argumento mais adequado ou convincente). Esse aspecto somado à contribuição de Chaim Perelman (pela teoria geral do discurso persuasivo, cujo objetivo é a adesão do auditório) levou Américo de Sousa a observar que a racionalidade da retórica não exclui a emoção, sendo a negociação da distância entre sujeitos, possível, pela persuasão.

Para o autor o debate político aproxima a retórica da vida por se organizar pela discussão (na qual, há expectativas). Para atender a elas (tanto dos eleitores, quanto do próprio candidato, visto como orador), o *saber-fazer político* (capacidade de solucionar problemas) é à base da persuasão.

No texto de Américo de Sousa, são citados os políticos que ao defenderem suas opiniões desconsideram as dos adversários e as razões para isto (além da ignorância, da falta de ética, há o confronto político, como polêmica, dependente de uma avaliação do ser humano). Ao discutir sobre polêmica, recorre ao estudo feito por Fernando Gil (Universidade de Tel Aviv, sobre a prática científica) com estudo sobre

a tipologia geral das polêmicas, em que distingue três tipos (discussão, disputa e controvérsia).

O primeiro tipo é descrito como mecanismo que se serve da prova por ter o objetivo de determinar a verdade. No segundo, a disputa, o objetivo é o de vencer, valendo-se do estratagema (calar o adversário e derrotá-lo). O terceiro é a controvérsia (cujo objetivo é o de convencer, vale-se do argumento e assim, se aproxima da retórica).

Sousa conclui com a afirmação de que a retórica é indispensável ao debate político por promover a competência crítica e argumentativa para o debate democrático.

Pelas contribuições de Ferreira e Sousa se observa que a retórica e a política, historicamente, evoluem unidas por suas próprias características comuns: as duas usam o debate, a argumentação, dependem de oradores, de plateia e de problemas (questões para as quais se tenha mais de uma solução). A política usa a retórica e a retórica usa a política, os limites entre as duas são tênues.

É interessante ressaltar que em *A Retórica do Poder e o Poder da Retórica* (Ferreira e Bacarense: 2010) e em Souza (*Retórica e discussão Política*) artigos em que se analisam as relações entre retórica e política serve também para outros discursos de cunho persuasivo, como o jornalístico. Nesse, também se busca um acordo com o leitor, também se buscam docere, delectare e movere em relação ao leitor e essas ações são alcançadas pela argumentação.

O discurso jornalístico tem uma função social, a de bem informar; em contrapartida, existem acordos entre os meios formadores de opinião e as instituições políticas. Nesse jogo persuasivo, encontra-se, no centro de interesses, o leitor, metáfora do acordo desejado pelo orador.

CAPÍTULO III

3 ANÁLISE DE ARTIGO DE OPINIÃO

3.1 APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE

O presente capítulo tem por objetivo analisar os artigos de opinião e tem por corpus os dez textos de gênero artigo de opinião, de temática econômica, escritos pelo jornalista Celso Ming, no jornal O Estado de São Paulo, no período de 01/01/2011 a 11/01/2011.

A leitura retórica será a base para o capítulo, tendo por fundamento quatro estudiosos: Chaim Perelman e Lucie Olbrecht-Tyteca (2005), Olivier Reboul (2004) e Luiz Antonio Ferreira (2010) com a intenção de cumprir os objetivos geral e específicos dessa pesquisa, que em síntese são: realizar uma análise retórica dos processos de construção dos argumentos nos textos de opinião em questão, identificar os argumentos da autoridade e aqueles com base na estrutura do real nos artigos; relacionar, a partir dos argumentos, a configuração do real e do verossímil no processo argumentativo usado por Ming. Assim, a análise será qualitativa e a base metodológica é a análise de cada texto sob perspectiva da retórica.

Dados os objetivos, remete-se a Ferreira (2010) para quem a leitura retórica respeita os limites do próprio objeto, ou seja: os do texto. Este aspecto revela as sutilezas da análise retórica no sentido de dispor ou não de elementos comuns nos textos discutidos, mesmo que estes sejam de mesma temática. Para Ferreira (2010): “É fundamental dizer que em retórica, o mais importante é *deixar o texto falar*, pois é dele que emanam as características passíveis de serem analisadas...”

Desse modo, cada texto exige uma leitura. As percepções particulares do leitor, entretanto, devem também respeitar os limites do texto e por tal razão, se estabelece uma espécie de guia de leitura retórica que, segundo o estudioso, pautam-se pelos elementos: “*quem*” (representado no discurso pelos *ethos* e *pathos*), o “*como*” (equivalente ao *logos* e aos gêneros retóricos), o “*para quê*” que representa os valores: o útil, o justo, o verossímil, o honrável.

A leitura retórica de acordo com Ferreira (2010) considera as circunstâncias *intra e extratextuais* que compõem o contexto do texto e o exterior a ele. Desse modo, as questões internas do texto (as referentes à temática, ao público-leitor, ao orador, a razão de seu discurso, se defende ou não uma opinião, o modo de discutir o assunto) são equivalentes às perguntas: “*Quem fala? A quem fala? Quando fala? Por que fala? Contra o quê? Como fala?*” (Ferreira: 2010).

A leitura retórica não tem por objetivo afirmar se o texto possui ou não razão em seu posicionamento; busca, entretanto, analisar os elementos que constituem um determinado discurso como persuasivo, como os argumentos surgem nas circunstâncias textuais e quais são os recursos de convencimento do discurso.

A leitura não se esgota no texto, ultrapassa as linhas do discurso e converge para uma realidade que será base para entendimento do objeto. É relevante, segundo o autor, entender o contexto e o problema retóricos. Para constituir o contexto é necessário, segundo o autor, verificar os antecedentes que auxiliaram na construção do fato retórico: fatos anteriores, de natureza histórica, política; observar o elemento factual que desencadeou o fato retórico e depois, analisar a questão retórica, vista pelo estudioso como uma *imperfeição, percebida pelo autor que precisa ser modificada, corrigida*, (Ferreira: 2010). Além de se verificar o gênero retórico que o texto pertence.

Na visão de Olivier Reboul (2004) a leitura retórica, defendida em sua obra *Introdução à Retórica* tem como base as seguintes perguntas sobre o texto: *Em que ele é persuasivo? Portanto, quais são seus elementos argumentativos e oratórios?*

A leitura retórica também abrange a vida do autor e sua doutrina, o quando é relevante, pois permite o conhecimento sobre a época do discurso. O “contra” remete a quem representa a pressuposição da orientação da argumentação; “o porquê” é objetivo do texto, entendido aqui como a temática; a forma, como é feita a manifestação do autor no discurso; o “quem”, o auditório a ser presumido pelo orador para garantir o sucesso do discurso. A ideia de auditório considera a caracterização desse público, ou seja: profissão, competência, ideologias. A este respeito, é preciso observar que o auditório na própria análise do orador (ao presumi-lo) estabelece um acordo prévio.

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE OS TEXTOS FORAM ESCRITOS

Em 2011, completavam-se três anos de uma crise que trouxe desequilíbrio às economias, tanto de países do grupo do euro, quanto dos emergentes. Nesse ano, as nações ainda lutavam para se recuperar ou amenizar os impactos na política econômica provocados pela crise americana. De acordo com José Luiz Oreiros (professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília) a considera como a maior do regime capitalista, desde a de 1929.

Em 2008, a crise iniciada nos Estados Unidos, espalhou-se pelo mundo. Segundo o estudioso:

“Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo em poucos meses...” (Oreiros: Origem, causas e impacto da crise (Valor Econômico, 13/09/2011)

Na época, o banco Lehman Brothers foi à falência e não recebeu ajuda do Fed (Federal Reserve: o banco central americano). Com isso, houve pânico nas instituições financeiras com consequentes quedas da produção industrial e do comércio internacional.

Para amenizar os efeitos negativos da crise sob a economia, o *Federal Reserve*, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco Central do Japão baixaram juros com o intuito de aumentar a liquidez (ou seja, a facilidade de se converter mercadoria ou título em dinheiro, venda). Outra medida adotada na época, segundo Oreiros, foi o grupo do euro ser liberado de cumprir as regras do Tratado de Maastricht. Vale ressaltar que o grupo da zona do euro é formado pelos seguintes países: Alemanha, Bélgica, Áustria, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Malta, Portugal. Ressalta-se que nem todos os países europeus adotaram a moeda.

Esse grupo teve suas bases de política monetária no Tratado de Maastricht, assinado na Holanda, em 1992, e estabelecia as regras da moeda comum. No entanto, essas regras de política monetária perderam a rigidez em 2008, quanto aos déficits fiscais dos países do bloco (déficits fiscais são as despesas do governo maiores do que sua arrecadação).

No ano de 2009, a economia americana apresentou melhorias; assim como as da França e da Alemanha que saíram da recessão técnica, ou seja: os países durante certo período produziram menos riquezas do que em períodos anteriores.

Ao tratar da situação do Brasil na época da crise americana, o professor da Universidade de Brasília (2011) afirmou que em 2008, o país também sofreu uma queda na produção industrial de 30% e no produto interno bruto (PIB) de até 14% ao ano. Em 2009, o PIB declinou 0,7% devido à conjuntura da economia mundial e também às medidas adotadas pelo governo: mais investimento público, redução de impostos e aumento do salário mínimo e do seguro desemprego, de acordo com Oreiros (2011). Nesse período, o país cresceu 5,1%. No entanto, após esta fase de refração econômica, em 2010 ocorreu o retorno ao crescimento que foi superior a 7%.

O professor Oreiros (2001) ressaltava que se criou uma “sabedoria convencional” (grifo dele) a respeito da crise. A ideia de que ela foi provocada pela regulação financeira inadequada e pela política monetária muito frouxa comandada pelo banco central americano (Fed). Para ele, a crise teve como causa principal o “capitalismo neoliberal” (grifo do autor).

O professor explicou a causa fundamental da crise: o padrão de capitalismo adotado nos Estados Unidos e na Europa, no final dos anos 70 e afirmou que:

Entre 1950 a 1973, as economias capitalistas avançadas vivenciaram uma “época de ouro” (grifo do autor) de crescimento econômico, no qual a distribuição pessoal e funcional da renda era progressivamente mais equitativa, a taxa de acumulação de capital era mantida em patamares elevados devido à existência de um ambiente macroeconômico estável (inflação baixa, juros baixos, taxas de câmbio estáveis) e forte expansão da demanda agregada (Oeiros: Origem, causas e impacto da crise (VALOR ECONÔMICO, 13/09/2011).

Ou seja, a economia seguia em um curso equilibrado. Sobre isto, o professor acrescentou os exemplos: mercados financeiros rigidamente regulados, movimentação de capitais em fronteiras nacionais restrita, salários em ritmo aproximado à produtividade de trabalho. A estabilidade econômica agregada a outros fatores levava a déficits baixos e a uma dívida pública reduzida.

Na época, com o regime econômico vigente houve um aumento no consumo, o que provocou mais investimento de firmas na capacidade produtiva. Anos depois, o colapso do sistema *Breton Woods* (um acordo entre países para estabelecerem um novo padrão financeiro para alcançarem a estabilidade da economia após a Primeira Guerra Mundial) e o choque do petróleo em 1973 e 1979 mudaram o ambiente macroeconômico. Assim, surgiu o fenômeno da “estagflação” (grifo de Oreiros); ou seja: em termos simples: uma recessão acompanhada por inflação. Além desses fatores, o professor da UNB ressaltou que com os governos de Margareth Thatcher (no Reino Unido) e Ronald Reagan (nos EUA) as políticas econômicas foram caracterizadas por motes de desregulação, privatização e redução de impostos.

Como resultados dessa nova política econômica, o autor observou a desigualdade na distribuição de renda (pessoal e funcional), crescimento dos salários inferior ao ritmo da produtividade do trabalho. Com isso, o consumo diminuiu principalmente nos EUA que passaram a depender do aumento do endividamento das famílias. Este endividamento foi alimentado, segundo Oreiros, pela maior oferta de crédito às famílias endividadas.

Com essa conjectura, seguiu-se para o “capitalismo neoliberal”, em que bolhas e fragilidade financeira foram aspectos constitutivos do próprio sistema econômico. Dessa forma, o autor considera que ao contrário do que se defendia na “sabedoria convencional”, a crise não foi um “desvio temporário”, visto que houve uma elevação significativa do endividamento do setor privado nos anos anteriores a 2008.

A respeito dos países da área do euro, constatou-se que entre 1997 e 2008, houve aumento na dívida das empresas, dos bancos e das famílias, respectivamente; de: 250% para 280% do produto interno bruto (PIB), de 190% para 250% e um aumento de quase 50%.

O autor volta aos efeitos da crise nos EUA e afirmou que após o colapso do banco *Lehman Brothers*, o setor privado iniciou um processo de “deflação de dívidas” (assim: uma redução nos preços de produtos em um período de tempo) para diminuir o endividamento dos agentes privados. Com isso, segundo o autor, parcela considerável da dívida foi transferida para o setor público, o que também auxiliou na crise da área do euro.

O professor finaliza a sua explanação com a seguinte reafirmação: “..., a crise financeira de 2008 foi o resultado do *modus operandi* do “capitalismo neoliberal” implantado no final da década de 1970 e seus efeitos sobre o nível de produção e de emprego nos países desenvolvidos serão duradouros...” (Oreiros, 2011).

Após essa explanação sobre os efeitos da crise americana para diversos países, para traçar um panorama histórico-econômico do Brasil nos anos de 2011, 2012 serão abordados aspectos discutidos no artigo: *A gestão macroeconômica do governo Dilma Rousseff*,² publicado em 2013, cujos autores são: Rafael Fagundes Cagnin, Daniela Magalhães Prates, Maria Cristina P. de Freitas e Luís Fernando Novais, respectivamente: economista da Fundap, mestre em teoria econômica da Unicamp; economista e professora doutora do Instituto de Economia da Unicamp; economista e doutora pela Universidade Paris III e ex-consultora do Grupo de Economia da Fundap- SP e economista e coordenador do Grupo de Economia da Fundap- SP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

O artigo *A gestão macroeconômica do governo Dilma nos anos 2011 e 2012* discute aspectos da política econômica e os divide em três tópicos: o primeiro semestre de 2011, em que políticas monetária e fiscal tiveram um caráter restritivo para conter a inflação do momento; o segundo semestre que foi condicionado pelo aprofundamento da crise na área do euro e o primeiro semestre de 2012 _ que foi marcado pelo aprofundamento da desaceleração da atividade econômica.

² Disponível em: <<http://novo.fundap.sp.gov.br/arquivos/pdf/Boletim-de-economia%207-Conjuntura-Economica-Regime-dePolítica-Macroeconomica-no-Governo-Dilma.pdf>>.

Medidas tomadas pelo governo merecem ser citadas: manteve o regime de política macroeconômica, com base na manutenção da meta da inflação e do superávit fiscal (em termos simples, o que resta após o governo pagar as contas de credores internos e externos). Segundo *A gestão macroeconômica do governo Dilma nos anos 2011 e 2012*, a recuperação da indústria foi o foco nos anos de 2011, 2012 e o diálogo maior entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central auxiliaram para cumprir as determinações governamentais.

O estudo abordou três períodos: primeiro semestre de 2011, em que políticas monetária e fiscal foram de caráter restritivo para conter a inflação; o segundo período, delimitado pelos estudiosos em agosto de 2011 a junho de 2012, marcado pela crise do euro, levou o governo a reduzir a taxa básica de juros, a estimular créditos (crédito) e à desoneração tributária (não ser obrigado a pagar impostos e outros); o terceiro período foi marcado pela desaceleração da atividade econômica.

Em 2012, houve a aceleração inflacionária (até o primeiro semestre de 2013) acompanhada do baixo crescimento econômico. No ano seguinte, o governo adotou o combate à inflação como prioridade.

Após esses fatos observados pelos estudiosos, é perceptível que a economia conviveu com a instabilidade e a constante busca de meios para manter a inflação. Em síntese, se reproduzirá a explicação dos autores sobre o contexto da economia brasileira.

Ao longo dos dois anos de mandato, caracterizados por um contexto internacional adverso, o governo da presidente Dilma obteve resultados econômicos positivos e negativos. No que diz respeito aos resultados positivos, destacam-se: a redução do diferencial entre as taxas de juros doméstica e internacional, a diminuição da dívida líquida do setor público, a obtenção de uma taxa de câmbio mais competitiva e a queda da taxa de desemprego. Em relação aos resultados negativos, a atividade econômica continuou apresentando desempenho insatisfatório, condicionado, especialmente, pelo desempenho decepcionante da indústria do lado da oferta e dos investimentos (sobretudo de infraestrutura) do lado da demanda (SCIELO. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300011&script=sci_arttext&tlng=p>.)

A partir dos dados mencionados no artigo, pretende-se, deste modo, esclarecer o cenário da época e exemplificar como as incertezas desse período levaram os especialistas na área econômica a discutirem, discordarem, avaliarem ou mesmo, sugerirem ações aos representantes do poder. Além disso, deve-se considerar o esclarecimento sobre a postura do jornalista (orador) para levantar a *quaestio retórica* (as imperfeições que exigiam mudança) em seus artigos. O momento de incertezas promoveu um “diálogo” entre orador e seu público-leitor (auditório) e a constante busca pela adesão à tese pelo orador, a partir da persuasão ou de elementos que a constituíam, dessa forma, a arte e técnica retóricas permearam o processo de discussão.

3.3 - ANÁLISE DO CORPUS:

Em janeiro de 2011 iniciou-se um novo governo na presidência da República. Na época, no contexto internacional, a crise americana de 2008 e as consequências nos anos que a seguiram: desemprego, alta dos juros, inflação, produto interno bruto (PIB) comprometido e um mercado financeiro incerto. Nessa conjectura, as expectativas a respeito da forma de administrar o mercado financeiro interno foi razão para discussão e apostas. Esse fato moveu pessoas comuns, cuja opinião era restrita a conversas casuais, mas também, representantes de instituições que faziam uso da opinião divulgada como informação, como as instituições midiáticas.

O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, que pode ser visto como formador de opinião, disseminador de ideologias, acompanhou os fatos, e para cumprir seu dever como jornal _ discutiu assuntos elencados por sua equipe como relevantes ou mesmo, necessários para a conjectura que se instaurava.

Entre as diversas áreas do conhecimento abordadas no jornal (como: política, entretenimento, entre outras), a Economia recebeu atenção: com o caderno *Economia e Negócios* avaliava, sugeria, observava as medidas econômicas tomadas por dirigentes políticos, assim como, por diretores de grandes empresas, enfim, as autoridades que definiam a política econômica, nos âmbitos nacional e internacional.

O caderno de Economia _ formado por um número de mais ou menos sete páginas trazia textos de gênero editorial e os de gênero artigo de opinião_ que ocupavam mais ou menos sete páginas (da B1 a B8.), era escrito em uma linguagem formal, com expressões características (jargões) da área econômica. A temática era um recorte de problemas da economia ou de consequências oriundas de medidas tomadas por governantes (chefes de Estado, ministros, presidentes de bancos centrais) e também, por pessoas de grande representação no mercado, mesmo que não pertencentes à esfera política, como presidentes de companhias multinacionais, diretores dessas empresas, entre outros. Assim, o caderno de economia era um espaço direcionado a uma elite de leitores e servia como um guia para orientá-los. No entanto, os leitores desse segmento do jornal não eram apenas conhecedores ou especialistas da área econômica, os leigos também se somavam ao grupo.

Nessa breve descrição, deve-se considerar que O Caderno de Economia constitui um instrumento de reflexão e também de direcionamento, visto que o jornal presta serviços aos leitores no tocante às ideias sobre a política econômica e se instaura um “debate” sobre os caminhos para dirigir a economia do país. Tal diálogo entre instituição jornalística, o jornalista que produziu o texto e os leitores retoma a retórica, visto que o texto se torna um ato retórico, ou seja: uma ação motivada por uma questão retórica. Dessa forma, em termos simples, pode-se deduzir que o texto é motivado por uma imperfeição ou algo que necessita de mudança na observação feita pelo jornalista (no caso, as ações de governos e representantes do mercado financeiro que não foram aprovadas pelo jornalista).

O jornal assume um papel de “juiz” das medidas tomadas pelos dirigentes da área econômica e registra seus argumentos por meio dos artigos de opinião, escritos pelo jornalista e especialista em economia, Celso Ming. A partir das observações sobre o texto artigo de opinião de temática econômica, a observação do posicionamento do jornalista-redator e a finalidade do texto (se era de direcionar, ou de convencer, ou verificar se a medida tomada foi correta, útil ou não) observou-se ser possível a leitura retórica dos artigos do jornalista em questão.

Serão analisados os escritos na semana do dia 1º de janeiro de 2011 a 11 de janeiro do mesmo ano, com o objetivo de verificar: aspetos do discurso retórico, o gênero retórico (deliberativo, judiciário ou laudatório) assim como, o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Ademais, como a retórica estuda textos que buscam persuadir: o contexto retórico, o elemento factual que desencadeou o ato retórico, a *quaestio* retórica, os argumentos utilizados (os com base na estrutura do real e o da autoridade) e como esses argumentos serviram para construir o verossímil serão analisados.

Os textos analisados: Calote na área do euro? (publicado em 01/01/2011), *Como domar a inflação?* (publicado em 02/01/2011), *Raras e cobiçadas* (publicado em 04/01/2011), *Ainda falta muito* (publicado em 05/01/2011), *Austeridade e juros* (publicado em 06/01/2011), *Não é só o que parece* (publicado em 07/01/2011), *A inflação mostra força* (publicado em 08/01/2011) *Pouco progresso* (publicado em 09/01/2011), *Guerra é guerra* (publicado em 11/01/2011).

3.4 CORPUS

“Sábado, 01 de janeiro de 2011.

Celso Ming

Calote na área do euro?

Uma das razões que justificaram a criação do euro pelo Tratado de Maastricht, em 1999, foi a de que a moeda única blindaria os países do bloco contra situações de default (incapacidade de honrar seus compromissos).

No entanto, 2010 foi o ano em que a área do euro se deu conta de que terá de lidar com a quebra de Estados soberanos. E, nesse processo, há os que entendem como inevitável que os bancos assumam certos calotes da dívida europeia e há aqueles que pensam que tal calote seria um desastre maior do que aquele que está em curso.

A primeira autoridade a reivindicar a reestruturação da dívida dos países da área do euro incapazes de honrar seus compromissos foi a chanceler da Alemanha, Angela Merkel. Reestruturação significa empurrar para os credores pelo menos parte da encrenca.

Essas declarações procuram atender a dois problemas. O primeiro é o de que não se pode deixar a maior parte do ajuste para os contribuintes dos países responsáveis com as contas públicas (Alemanha, Áustria e Holanda). E o segundo, o de que não vai haver recursos suficientes para transferir países de tamanho médio, se forem obrigados a pedir socorro. A Grécia consumiu € 110 bilhões e a Irlanda, € 85 bilhões. Imagine-se o que não acontecerá se a Espanha e Itália também sucumbirem.

O especialista Kenneth Rogoff, da Universidade de Harvard, escreveu artigo no dia 5 de dezembro avisando que a reestruturação é inevitável. Ele lembrou que foi o Plano Brady que salvou a América Latina do naufrágio geral nos anos 80.

Na outra ponta do espectro há os que pedem que se pare de falar nisso. O ministro de Finanças da Irlanda, Brian Lenihan, por exemplo, advertiu que essas pressões, elevam os custos de financiamento das dívidas e tudo fica muito mais difícil.

Pode-se argumentar que o aumento dos juros cobrados na colocação dos títulos dos países excessivamente endividados tem de ser visto como uma espécie de seguros contra quebras e que, portanto, já embute a aceitação dessa eventualidade. Mas, o problema não para aí. Está em também aumentar o risco do sistema.

O caso da Irlanda é a demonstração de que é preciso ir mais devagar com essa exigência. A dívida irlandesa só saltou em dois anos de 25 % para 65,5% do PIB porque seu Tesouro foi obrigado a socorrer seus bancos. O naufrágio do seu sistema financeiro provocaria não só uma quebradeira geral, mas colocaria em risco a rede bancária e as finanças dos países vizinhos. Só a Inglaterra detém cerca de 100 bilhões de libras em empréstimos a bancos irlandeses. E, como relata o comentarista do Financial Times Martim Wolf, em 2009 os bancos da Alemanha eram credores dos países mais complicados em cerca de 16% do seu PIB. E, os da França, em 15%.

Ou seja, no momento em que for deflagrado um processo de reestruturação de alguma dívida soberana, aumentará a rejeição dos títulos dos países mais enfraquecidos porque o risco de reestruturação em cadeia aumentará. E, a partir do momento em que as finanças dos bancos estiverem ainda mais ameaçadas, serão inevitáveis novas injeções de recursos públicos para evitar o colapso. Essas injeções, porém, tenderão a provocar a deterioração das finanças públicas.

São essas razões que levam à conclusão de que está muito distante uma solução para a crise. A Europa ainda vai sangrar muito até conseguir a cura. E, é claro, a doença do euro terá lá seu impacto na economia mundial, inclusive na do Brasil.

Confira:

Risco medido em CDS de 5 anos

No gráfico, você tem o acréscimo que os países em crise na Europa têm de pagar para rolar sua dívida.

O décimo sétimo sócio

Em meio à maior crise da área do euro, quando se discute inclusive a possibilidade de dissolução da moeda única, eis que o bloco recebe hoje o mais novo membro (17º), a pequena Estônia com 1,3 milhão de habitantes e PIB de USS 19 bilhões.

Ela chega tinindo, ostentando as melhores condições físicas de toda a área: um déficit orçamentário de apenas 1,7 % do PIB e uma dívida pública só de 7,2% do PIB.

3.4.1 Leitura retórica de *Calote na área do euro*?

Com a intenção de se observar como o verossímil ocorre no artigo de opinião de Celso Ming, a análise irá centrar-se, como já afirmamos acima, nos elementos persuasivos que o próprio texto aponta. Assim, ressaltaremos o gênero, a questão retórica, o contexto retórico, os elementos que evidenciam o problema e a possível solução, as partes do discurso (*inventio, elocutio, dispositio, actio*) e os argumentos: com base na estrutura do real e o argumento da autoridade.

No texto *Calote na área do euro*? Observa-se que há um jornalista com a função de analisar a atitude do mercado internacional no tocante à reestruturação da dívida de países do bloco que não conseguiram honrar seus compromissos financeiros. A questão central enfatiza o justo e o injusto, o útil e o inútil, o poder e a fraqueza, o desejo de atuação num contexto e o contexto propriamente dito e poderia ser resumida num quiasmo: subordinar o forte ao (supostamente) útil e justo ou o (supostamente) justo e útil ao forte? Evidentemente, essa questão situa a tensividade retórica, pois enfatiza as discordâncias relativas aos conceitos, valores e diferentes visões de mundo.

Ming, em seu texto de opinião, pratica uma ação que atua sobre o entendimento e a vontade ao discutir teses e argumentos por um viés tanto econômico, quanto político.

A tensividade retórica retoma a ideia de Aristóteles em *Arte Retórica*, sobre a utilidade dessa técnica:

A retórica é útil, porque o verdadeiro e o justo são, por natureza, melhores que seus contrários. Donde se segue que, se as decisões não forem

proferidas como convém, o verdadeiro e o justo serão necessariamente sacrificados: resultado este digno de censura. (ARISTÓTELES, 2005, p. 20).

A sentença ocorre pela negociação do orador com o auditório e neste processo, ele parte de fatos reais, como Tratado de Maastricht que tinha por intuito a criação de uma moeda única para auxiliar países em risco de dívidas, dentre outros objetivos. Além desse fato, há a quebra de Estados soberanos e o consequente endividamento dos bancos. Esses três fatores provocam a construção do verossímil e a adesão do auditório torna-se mais fácil, a distância é negociada pelos fatos explorados pelo orador.

O gênero do texto também é fator que merece atenção: a discussão no artigo de Ming levou ao gênero deliberativo por razão de o orador aconselhar ou desaconselhar uma assembleia a respeito da utilidade ou não da medida tomada pelo grupo do euro, o orador analisa as consequências dessa ação para o futuro. No artigo, o conselho do orador é apontar a inutilidade da reestruturação. Dessa forma, esta medida não se constituirá uma solução porque acarretará problemas, ou seja, a injustiça para com os países responsáveis em cumprir o pagamento de tributos e também, a falta de recursos para socorrer países de tamanho médio, em possível necessidade. Com isso, verifica-se uma preocupação do orador com a coletividade.

A preocupação do orador com a coletividade promove uma mudança na consideração do auditório. Este deixa de ser universal e passa a ser particular: de países a bancos a serem injustiçados pela medida “reestruturação da dívida” volta-se para os cidadãos comuns, os contribuintes. A relação entre poder e justiça surge.

O orador, para fazer valer seu intuito persuasivo, precisa analisar a natureza do auditório. Nesse aspecto, podem-se deduzir duas questões: quem fala? A quem? Para responder à primeira questão, recordemo-nos do fato de que o jornalista Celso Ming faz uso do texto (ato retórico) e se posiciona como um “juiz”, que delibera se a medida é útil ou não, justa ou não; assim, o orador se manifesta. A segunda questão pode ser respondida em uma estimativa de um público-leitor (de classe média a alta) leigo ou especializado, na área econômica.

Para discutir o *ethos* de Ming, nesse artigo, se faz necessário recordar as palavras de Aristóteles sobre esta prova retórica.

Muito errônea é a afirmação de certos autores de artes oratórias, segundo o qual a probidade do orador em nada contribuiria para a persuasão do discurso. Muito pelo contrário, o caráter moral deste constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência (ARISTÓTELES. 2005, p. 23).

A imagem do orador o auxilia no objetivo de persuadir o auditório por transmitir confiança. Dessa maneira, torna-se digno de credibilidade por ser ponderado, sincero e agradável ao auditório (respectivamente: “*phrónesis, areté e eúnoia*”). Celso Ming é digno de confiança por ser uma personalidade representativa da sociedade, por ser especialista na área econômica, além de falar em nome de uma coletividade, ou seja: os contribuintes, cidadãos. Assim, é agradável e se aproxima do auditório particular por representá-lo. Seu *ethos* pois, está assegurado para dizer o que diz.

O orador cria uma expectativa de dúvida no auditório pela desconfiança que instaura pela conjuntura econômica (de crise) em relação à medida reestruturação, ele também prevê as dúvidas do auditório: *Reestruturação significa empurrar para os credores pelo menos parte da encrência.* Assim como, ações futuras, ou seja, as consequências da medida reestruturação da dívida dos Estados soberanos, que, na análise desse orador são negativas: “não se pode deixar a maior parte do ajuste para os contribuintes dos países responsáveis com as contas públicas [...]” O segundo problema é “o de que não vai haver recursos suficientes para transferir países de tamanho médio, se forem obrigados a pedir socorro”.

A previsão dos problemas leva à quaestio retórica: a reestruturação da dívida não é adequada como solução para o bloco do euro e isto requer mudança, assim,

outra medida. O valor discutido nessa passagem é o da justiça, é justo ou não deixar a conta de vários países endividados para outros pagarem? Ao seguir esse valor, o orador se remete ao auditório universal. Ao delimitar o segundo problema e prevê-lo, o orador novamente se posiciona como um “juiz”.

No que se refere às marcas linguísticas, pode-se deduzir que palavras mais coloquiais, como *calote* que aparece no título e no segundo parágrafo, além de: *aqueles que pensam*, expressões: *o problema não para por aí; uma quebradeira geral; sangrar, doença do euro*, podem ser vistas como recursos para uma aproximação do orador com seu auditório (*pathos*).

Essas marcas linguísticas além de causarem uma aproximação entre orador e *pathos*, pelo registro linguístico, também funcionam como elementos persuasivos. O uso das expressões denota o lugar da qualidade, que segundo Ferreira (2010): “consiste na afirmação de que algo se impõe sobre os demais de sua espécie por ter mais qualidade, porque é único ou raro, original”. As marcas linguísticas referidas são recursos para afirmar a crise em que se encontram os países da área do euro, o orador valorizou expressões que podem ser vistas como metáfora de guerra e de medicina. A exemplo das primeiras há: *quebradeira, risco, blindaria, naufrágio, sucumbiram, desastre, emperrar, encrenca, pedir socorro, ameaça, impacto*. Os exemplos da segunda são: *socorrer, enfraquecidos, injeção, colapso, deterioração, sangrar, cura, doença*.

Vale ressaltar que essas metáforas também exaltam o lugar da qualidade por valorizarem, em contrapartida, a paz, a saúde financeira. Desse modo, essas metáforas se constituem como figuras de comunhão. Na visão de Ferreira (2010) esse recurso promove a participação do auditório na explanação do orador e estabelecem o acordo. “Figuras de comunhão: oferecem um conjunto de caracteres referentes ao acordo, à comunhão com as hierarquias e valores do auditório. Pretendem a participação ativa do auditório na exposição”. (Ferreira: 2010. p. 127).

Na tarefa de convencer o auditório (*pathos*), o orador também utiliza o valor da quantidade por apontar índices: “Grécia consumiu € 110 bilhões e Irlanda, € 85 bilhões[...]” “A dívida irlandesa só saltou em 2 anos de 25% para 65,5% do PIB...” “os bancos da Alemanha eram credores dos países mais complicados em cerca de 16%” No quadro Confira: “Estônia com 1,3 milhão”, “US\$ 19 bilhões”, “1,7% do PIB”, “7,2% do PIB.”

As observações referentes às marcas linguísticas e aos índices citados serviram para o orador alcançar a eficácia retórica em seu discurso, pelo uso de um “jogo” de raciocínio duplo. Assim, simultaneamente, prepara o espírito do auditório para aceitar sua explicação e serve como instrumento para o orador alcançar seu objetivo: a adesão do *pathos*. As figuras e os índices foram elementos persuasivos.

Para acentuar o valor persuasivo, o orador vale-se ora de argumento de autoridade ora de argumentos com base na estrutura do real. O argumento de autoridade foi observado nas seguintes passagens:

O especialista Kenneth Rogoff, da Universidade de Harvard, escreveu artigo no dia 5 de dezembro avisando que salvou a América Latina do naufrágio geral nos anos 80.

O ministro das Finanças da Irlanda, Brian Lenihan, por exemplo, advertiu que essas pressões, elevam os custos de financiamento das dívidas e tudo fica muito mais difícil.

E, como relata o comentarista do Financial Times, Martim Wolf, em 2009.

Nesses excertos, se justifica o argumento da autoridade pela explicação de Ferreira (2010): “O prestígio, o caráter, o *ethos* da pessoa citada é fator crucial para validação das intenções. Os discursos dos competentes sustentam esse argumento, muito comum: *Se é Bayer, é bom*”.

Os argumentos com base na estrutura do real são observados nas passagens: “a Grécia consumiu €110 bilhões e a Irlanda, € 85 bilhões”. Em outro trecho, “os bancos da Alemanha eram credores dos países mais complicados em cerca de 16% do seu PIB, os da França, em 15%”.

O fragmento acima se constitui como argumento baseado na estrutura do real pelo valor persuasivo e por ligar coisas e fatos. No excerto, verificou-se uma ligação de sucessão pela citação dos índices (da Grécia, em seguida, da Irlanda). É uma sucessão relativa à causa da reestruturação e se observa uma hierarquização: Grécia com o maior consumo e a Irlanda em seguida. Além disto, os índices citados do PIB também são exemplos de hierarquização: 16% e 15%.

Outro argumento com base na estrutura do real é o pragmático que conduz a análise do fato a partir de consequências favoráveis ou não. Como exemplo: *“Mas, o problema não para por aí, está em também aumentar o risco do sistema...”*

Na construção do verossímil por Ming também foi usado o argumento da direção, por haver posicionamentos diferentes abordados no texto. Assim: os que defendiam a reestruturação, os que não a defendiam e o orador (ou juiz) que a questionava mesmo sendo uma imposição. Ferreira (2010) explica esse recurso persuasivo: “Aparece comumente nas negociações, quando, por exemplo, padrões e empregados têm suas causas diferentes, quando não se quer ceder à força”

Pelo posicionamento do orador, se observa que a questão tratada por ele é tida como uma imperfeição. Deste modo, a questão retórica ou imperfeição que exige mudança é observada pela pergunta: Contra o quê o orador fala? No caso desse artigo, o orador é contrário à reestruturação da dívida dos países endividados por julgar injusta a ação de se determinar que países arquem com parte dessa dívida, uma ação que se torna inviável na possibilidade de algum país de tamanho médio necessitar de auxílio. Há outras partes do artigo que denotam esse posicionamento: *“Mas, o problema não para por aí, está em também aumentar o risco do sistema”*. *“Imagine-se se a Espanha e a Itália também sucumbirem”*. *“Reestruturação significa empurrar para os credores pelo menos parte da encrenca”*.

Como uma estratégia retórica que salienta o argumento, o orador ressalta ainda os problemas da medida de reestruturação de dívida dos países, mas não apresenta solução. A este respeito, seu parecer como uma ação inútil, injusta, como se pode observar nos dois últimos parágrafos:

Ou seja, no momento em que for deflagrado um processo de reestruturação de alguma dívida soberana aumentará a rejeição dos títulos dos países mais enfraquecidos porque o risco de reestruturação em cadeia aumentará. E, a partir do momento em que as finanças dos bancos estiverem ainda mais ameaçadas, serão inevitáveis novas injeções de recursos públicos para evitar o colapso. Essas injeções, porém, tenderão a provocar a deterioração das finanças públicas.

São essas razões que levam à conclusão de que está muito distante uma solução para a crise. A Europa ainda vai sangrar muito até conseguir a cura. E, é claro, a doença do euro terá lá seu impacto na economia mundial, inclusive na do Brasil.

No que diz respeito ao gênero, é possível classificá-lo como deliberativo por razão do orador julgar a utilidade ou não, a justiça ou não da medida adotada pelo grupo do euro, no que tange à ação da reestruturação da dívida pública.

Nas partes componentes do discurso retórico se observou que na introdução (*exórdio*) o orador reafirma o motivo da criação da moeda única para o grupo do euro, ou seja, o intuito de proteger os países contra a possibilidade de não honrar compromissos, no entanto, com a crise do euro, o chamado “calote” ocorreu e a possível solução (reestruturar a dívida) é avaliada como inviável pelo orador.

Na *inventio*, observam-se as provas que serviram para formar os argumentos: cita índices, retoma fatos históricos (Tratado de Maastricht), nome de presidentes (Angela Merkel) e esta exemplificação dá base para a inclusão de mais um mecanismo persuasivo, o uso do argumento base na estrutura do real, que parte do conhecido, do factual ou aparentemente factual (os índices que algumas vezes não são explicados e que também representam o valor da quantidade), auxiliado pelo argumento de autoridade. A esse respeito vale ressaltar que o próprio *ethos* de Ming o autoriza a opinar sobre a economia (é um jornalista reconhecido, a trabalho para uma empresa reconhecida, além de especialista na área econômica). No texto, aparecem outros dados que servem como argumento de autoridade, como: “O especialista Kenneth Rogoff, da Universidade de Harvard,...” “E, como relata o comentarista do Financial Times”.

Nesse texto, na *elocutio*, observaram-se tentativas de aproximação entre orador e público pelas marcas linguísticas de oralidade: “calote”, “quebradeira geral”; na peroração, a sugestão como componente de ação retórica, fica implícita, mas o autor retoma sua tese: a reestruturação traria mais problema do que solução, ou seja, não seria a melhor saída para países endividados do grupo do euro. Por fim, aproxima-se do auditório que o lê por meio de um argumento de amplificação e inclusão de uma metáfora ligada à medicina para infundir o medo como forma de persuasão:

São essas razões que levam à conclusão de que está muito distante uma solução para a crise. A Europa ainda vai sangrar muito até conseguir a cura. E, é claro, a doença do euro terá lá seu impacto na economia mundial, inclusive na do Brasil.

3.5 CORPUS

B2/ Economia/domingo, 2 de janeiro de 2011

Celso Ming

Como domar a inflação?

O governo Dilma começou enfrentando o risco de não conseguir derrubar os juros básicos (selic) a 2% ao ano em termos reais (descontada a inflação). No entanto, esta foi uma das poucas promessas eleitorais.

Para os dias 18 e 19 de janeiro está agendada a primeira decisão sobre a calibragem dos juros da nova administração do Banco Central comandada pelo economista Alexandre Tombini. E parece inevitável uma alta dos juros, possivelmente 0,5 ponto percentual, não só como indicou o Relatório de Inflação, mas também conforme aponta a maioria das apostas do mercado no momento. É uma estocada necessária para empurrar a inflação para o centro da meta de 4,5%, em 2011.

Quando um ciclo de alta começa, dificilmente para no primeiro aperto monetário. Segue-se que o volume de moeda na economia tende a se estreitar ainda mais nos meses seguintes.

Se isso se confirmar, a gritaria contra a elevação dos juros vai se intensificar. O problema é que, mais uma vez, o governo federal deixa o Banco Central sozinho na sua tarefa de combater a inflação.

Como consta no último Relatório de Inflação, o Banco Central dá como favas contadas a observância de um superávit primário de 3,0 % ao longo de 2011. Mas, apesar das promessas renovadas de aumento da austeridade, ninguém acredita que o governo vai fazer a sua parte. Se o novo governo não der demonstrações inequívocas de que vai cumprir o prometido, a inflação continuará sendo alimentada pelos recursos liberados pelo setor público.

Para reverter as expectativas, será necessário que o Banco Central redobre a dosagem dos juros para alcançar a meta a que está comprometido, sob pena de deixar que a inflação decole demais.

O novo governo enfrenta enorme desvantagem em relação aos últimos quatro anos da administração Lula. Terá de atacar a inflação sem contar com o efeito achatador que a valorização do câmbio (baixa do dólar_ veja o gráfico) exerce sobre os preços nem com a persistência de baixíssimos índices de inflação nos países ricos. Primeiramente, uma observação e, depois, duas explicações.

A observação: não está sendo dito que o Banco Central ao longo da administração Lula tenha trabalhado com âncora cambial, ou seja, que tenha trabalhado para derrubar as cotações do dólar para obter ou uma redução ou uma alta bem mais moderada de preços. Pode-se dizer o contrário: que, ao elevar de US\$ 52,9 bilhões (em dezembro de 2004) para US\$ 287,4 bilhões (em dezembro de 2010) o volume de reservas, o Banco Central impediu uma valorização ainda maior do real. De todo o modo, durante a gestão Lula, a trajetória do câmbio não teve, em nenhum momento, o objetivo direto de segurar os preços com um dólar barato. No entanto, a valorização do real teve o efeito colateral de ajudar a política monetária no controle da inflação.

Agora a primeira explicação: é que no nível de R\$ 1,70 por dólar não há mais espaço para novas valorizações importantes do real. Daqui para frente, nem o Banco Central nem o governo federal podem contar com o efeito da ancoragem cambial sobre os preços.

A segunda explicação: a crise global derrubou os preços nos países industrializados. A partir de 2011 ou, no mais tardar, em 2012, deve começar a recuperação e algum impacto inflacionário vai aparecer. Afora isso, a própria evolução dos preços das commodities tende a pressionar os preços. Ou seja, os produtos importados não concorrerão mais para manter a inflação sobre controle.

A principal consequência disso é a de que o combate à inflação tem de ser preponderantemente realizado com apenas dois instrumentos: pela política fiscal (achatamento das despesas públicas) e pela política monetária (política de juros). Quanto maior for a resistência do governo em garantir a austeridade das contas públicas, mais o Banco Central será levado a aumentar os juros básicos. A opção a esse quadro é permitir a escalada da inflação, o que parece politicamente inviável.”

3.5.1 Leitura retórica de *Como domar a Inflação?*

Nesse artigo, manter-se-ão as mesmas categorias analíticas feitas no texto anterior, com o objetivo de verificar aspectos comuns ou não ao longo da análise. Assim: o gênero, a questão retórica, o contexto retórico, os elementos que evidenciam o problema e se o orador apresentou ou não uma solução e partes do discurso: *inventio, elocutio, dispositio, actio* e os argumentos: com base na estrutura do real e o da autoridade e o verossímil.

Como domar a inflação? O governo Dilma começou enfrentando o risco de não conseguir derrubar os juros básicos (selic) a 2% ao ano em termos reais (descontada a inflação). No entanto, esta foi uma das poucas promessas eleitorais.

O orador parte de uma metáfora de guerra para lançar um raciocínio com base em encadeamento de fatos, dessa forma, um acontecimento provoca um efeito ou consequência. Esse argumento da causalidade é um recurso persuasivo visto que dentre fatores, o orador pode vir a escolher o que lhe favorecerá na argumentação. O orador escolhe o fato inflação como para promover sua desconfiança no novo governo e este aspecto será explorado por ele ao longo do artigo. Em síntese, ressalta a ideia de que o novo governo corre o risco de não cumprir uma promessa eleitoral: a de manter a inflação estabilizada e essa desconfiança se justifica, na visão do orador, a partir de uma relação sucessiva de fatos anteriores: a inevitável alta dos juros, a desvantagem do novo governo em relação à conjuntura econômica do seu antecessor.

As marcas linguísticas se constituem como elementos persuasivos e a metáfora da guerra surge como um fator relevante. Desse modo, o novo governo está em guerra com a inflação, deve domá-la, mas, isto pode não ocorrer. As expressões: “domar, enfrentando risco, comandada, empurrar, gritaria, intensificar, desvantagens, derrubar, pressionar, escalada” estabelecem as relações de instabilidade, de risco para o governo atual.

Simultaneamente, essas mesmas marcas linguísticas somadas aos índices que são valorizados no artigo, pelo uso do valor da quantidade criam o verossímil favorável ao orador. Os índices são: “2%, dias 18 e 19, 0,5 ponto percentual, 4,5% em 2011, US\$ 52,9 bilhões, US\$ 287,4 bilhões, R\$ 1,70”. Esses mesmos números também proporcionam um direcionamento do orador para conduzir o auditório a crer na sua visão sobre a política que se iniciava.

Os índices apontados, dessa maneira, criam uma relação causal entre meios e fins, o argumento de estrutura do real da direção. Os meios e fins, em resumo, são: o governo Dilma possivelmente não cumprirá sua promessa sobre a inflação por problemas de conjuntura econômica que a desfavorece.

O *ethos*: o jornalista mais uma vez se posiciona como um “juiz” e isto é observado de no início do artigo, ele já prever o desafio do novo governo e avisar o auditório (a coletividade) sobre este aspecto. Ao prever a impossibilidade de se cumprir uma promessa eleitoral, principalmente para um governo que iniciava o mandato, já se promovia uma desconfiança. Essa desconfiança correspondeu à questão retórica (uma imperfeição observada pelo orador que exigia mudança). No caso, a desconfiança também é o valor retórico trabalhado pelo orador para alcançar a adesão de seus leitores e este valor foi o que o motivou a realizar o ato retórico: o artigo de opinião.

Ao longo de sua justificativa, na posição de “juiz”, o orador buscou elementos para servir como base à sua argumentação, tais como: o argumento da autoridade, o da estrutura do real, além de estabelecer hipótese do que poderia ocorrer, ou seja, ele previu o futuro.

Os argumentos com base na estrutura do real podem ser exemplificados na passagem: “O novo governo enfrenta enorme desvantagem em relação aos últimos quatro anos do governo Lula . . .” Assim, é do conhecimento de todos que o antecessor ao governo Dilma foi Lula e essa afirmação pretende funcionar retoricamente como um fato incontestável. A passagem também pode se vista como argumento baseado na estrutura do real pela ligação de sucessão que trata do vínculo causal entre acontecimentos sucessivos. Ming parte do conhecido (o governo antecessor), prossegue numa relação de comparação entre a conjuntura da época do presidente Lula e a da época da presidente Dilma.

Outros aspectos, como os exemplos: “alta dos juros em 0,5 ponto percentual, meta da inflação de 45%, US\$ 52,9 bilhões, US\$ 287,4 bilhões, nível de R\$ 1,70 por dólar.” O cálculo ou como se chegou ao número não é mencionado, há apenas o resultado pronto e instituído com base em dados extraídos do raciocínio do orador ou de instituições.

O argumento da autoridade é observável nas passagens: “... calibragem dos juros da nova administração do Banco Central comandada pelo economista Alexandre Tombini.” “... não só como indicou o Relatório de Inflação...”, “O Banco Central será levado a aumentar os juros...” A instituição “Banco Central” e o seu representante Alexandre Tombini (autoridade e especialista, por ser economista) são representantes do discurso autorizado, incontestáveis. Ao mesmo tempo, se constituem como argumento da causalidade. A causa imediata é a razão próxima pela qual um dado é produzido.

O contexto retórico era de instabilidade e apostas na economia visto que já se completavam três anos da crise de 2008 e as consequências deste fato permaneciam. Dessa forma, um novo governo gerava expectativa sobre o porvir e o cenário da economia mundial auxiliou neste aspecto. Isto também justificou o posicionamento do orador, jornalista Celso Ming, e foi também observado que como uma “autoridade” (por ser especialista em economia e escrever artigos para um veículo de comunicação respeitado pelo público-leitor) coube ao especialista julgar o cenário econômico que se iniciava; dessa forma. Cabe ressaltar que o orador presumiu o futuro e para obter a adesão à sua tese, usou os argumentos já mencionados no parágrafo anterior.

Ao estabelecer a incerteza a respeito do novo governo, o posicionamento do orador (“juiz”) se apoiou na identificação de um problema, que pode ser observado nas passagens:

O governo Dilma começou **enfrentando** o risco de não conseguir derrubar os juros básicos (selic) a 2% ao ano em termos reais (descontada a inflação). No entanto, esta foi uma das poucas promessas eleitorais.”, “E parece inevitável uma alta dos juros, possivelmente 0,5 ponto percentual, não só como indicou o Relatório de Inflação, mas também conforme aponta a maioria das apostas do mercado no momento.”, “Como consta no último Relatório de Inflação, o Banco Central dá como favas contadas a observância de um superávit primário de 3,0 % ao longo de 2011.”, “O novo governo **enfrenta** enorme desvantagem em relação aos últimos quatro anos da administração Lula. Terá de **atacar** a inflação sem contar com o efeito achatador que a valorização do câmbio (baixa do dólar_ veja o gráfico) exerce sobre os preços nem com a persistência de baixíssimos índices de inflação nos países ricos.”, “A observação: não está sendo dito (????) que o Banco Central ao longo da administração Lula tenha trabalhado com âncora cambial, ou seja, que tenha trabalhado para **derrubar** as cotações do dólar para obter ou uma redução ou uma alta bem mais moderada de preços.”, “Agora a primeira explicação: é que no nível de R\$ 1,70 por dólar não há mais espaço para novas valorizações importantes do real.”, “A segunda explicação: a crise global derrubou os preços nos países industrializados.”

A dúvida sobre o cumprimento da promessa sobre inflação motivou o ato retórico (texto) e as hipóteses do orador (“juiz”) serviram como base para se construir o verossímil, em termos simples, a possibilidade de “verdade” a respeito do fato discutido.

As passagens seguintes exemplificam: *“Se isso se confirmar, a gritaria contra a elevação dos juros vai se intensificar. O problema é que, mais uma vez, o governo federal deixa o Banco Central sozinho na sua tarefa de combater a inflação.”*, *“Se o novo governo não der demonstrações inequívocas de que vai cumprir o prometido, a inflação continuará sendo alimentada pelos recursos liberados pelo setor público.”*, *“A partir de 2011 ou, no mais tardar, em 2012, deve começar a recuperação e algum impacto inflacionário vai aparecer. Afora isso, a própria evolução dos preços das commodities tende a pressionar os preços. Ou seja, os produtos importados não concorrerão mais para manter a inflação sobre controle. ...”*, *“Quanto maior for a resistência do governo em garantir a austeridade das contas públicas, mais o Banco Central será levado a aumentar os juros básicos. A opção a esse quadro é permitir a escalada da inflação, o que parece politicamente inviável.”*

É interessante observar que a última passagem transcrita no parágrafo anterior também reflete o julgamento final do orador: não se espera que a promessa eleitoral de manter a inflação estabilizada seja cumprida e termina o texto com a afirmação de não haver outra opção, além do aumento da inflação e isto é politicamente inviável.

Nesse artigo, o auditório é o leitor do jornal O Estado de São Paulo, o orador é o jornalista especialista em economia, o gênero é o deliberativo, visto que se julga o novo cenário político e econômico; os argumentos da autoridade e de base na estrutura do real servem para convencer o *pathos* de que a promessa eleitoral não será cumprida pelo governo e também para o verossímil: o governo tem um desafio, em uma conjuntura econômica que não lhe é favorável para baixar ou manter a taxa de inflação. Para justificar essa possível “verdade”, o verossímil se constrói pelos argumentos e pelas suposições, baseadas em exemplos, índices e análise do orador.

A construção do artigo merece atenção: a criação da expectativa na população e a sedução exercida pelo jornalista. Para discutir esses fatores, considera-se também, os fatores: o papel da imprensa, o papel do jornalista, ou o colaborador, a sedução do leitor para obter a credibilidade.

A expectativa é presente nesse artigo pelo contexto em que este se insere: mudança de governo, promessa eleitoral, três anos pós Crise Americana. Ao jornalista cabe a função de descrever, explicar, analisar acontecimentos, tanto por sua função social, quanto por seus interesses ideológicos e também mercadológicos. O profissional em questão passa a ser um “agente” de uma negociação entre a empresa jornalística e o público-leitor.

Por razão de o jornalista buscar e criar o que deve ser noticiado, a ideia de “verdade” é questionável e é representada pelo que pode ser possível, o verossímil, visto que, ao se escrever uma notícia ou artigo de opinião, trabalha-se a construção do texto de acordo com intenção do jornalista, ele “filtra” a realidade.

No processo de produção da notícia, o jornalista também considera o seu “consumidor” (o leitor) e o presume. Usa estratégias para convencê-lo ou persuadi-lo. Para isto, a sedução do leitor ocorre pelo discurso. Este como fato jornalístico deve atender à atualidade, à expectativa do leitor e ao social. A atualidade pode ser vista como a apreensão dos acontecimentos, a expectativa como os meios persuasivos para transformar o leitor em fiel ao veículo de informação e ao jornalista que escreveu a notícia ou artigo. O social pode ser entendido como o tratamento dado à notícia para que esta seja acessível ao leitor. Esses fatores garantem uma negociação da distância entre meio midiático, jornalista e público.

A respeito das partes componentes do discurso retórico, observa-se que no *exórdio*, o orador promove uma desconfiança no tocante à promessa eleitoral da então presidente Dilma Roussef sobre a diminuição da taxa de juros. Na *inventio*, enumera provas para justificar seu posicionamento, como: “E parece inevitável uma alta dos juros, possivelmente 0,5 ponto percentual,...”, segue com hipóteses: “se isso se confirmar...”, Para reverter as expectativas,...”, estabelece uma relação de causalidade entre as hipóteses e se justifica, com uma observação e duas explicações.

Na *elocutio*, aproxima-se do leitor pelas marcas linguísticas de oralidade, tais como: “*calibragem dos juros, aperto monetário, gritaria contra a inflação, efeito colateral*”. Além do próprio posicionamento do *ethos* de Celso Ming por ser um conhecedor do assunto, à disposição para ajudar o leitor. Na *peroração*, há uma reafirmação da tese.

3.6 CORPUS

“B2 Economia / Terça-feira, 4 de Janeiro de 2011

Celso Ming

Raras e cobiçadas

A notícia correu o mundo: em setembro, a China, usando como pretexto um incidente de soberania territorial, suspendeu as exportações de terras raras para o Japão. O governo de Pequim negou o embargo.

Independentemente dos vaivéns diplomáticos, o fato é que a China tem reduzido a exportação desse material estratégico e isso levanta no resto do mundo preocupações de todo o tipo.

Terras raras são um conjunto de 17 minerais não ferrosos cujos nomes esquisitos estão nos manuais de química: gadolínio, térbio, disprósio, lutécio... Até há pouco tempo eram usados apenas nos laboratórios de pesquisa.

Hoje, são essenciais na fabricação de produtos de alta tecnologia, como mísseis ou em artigo de uso cada vez mais intensivo, como lâmpadas fluorescentes, telefones, celulares, notebooks, painéis de energia solar e turbinas eólicas.

Apesar de o nome sugerir escassez, há jazidas em vários países, mas o seu processamento é caro e altamente poluidor. Isso explica o predomínio da China na mineração e no refino das últimas décadas. Em 2009, por exemplo, respondeu por nada menos que 97% da produção mundial.

Depois de ter reduzido em 40% as exportações de 2010 em comparação com as de 2009, dia 28 o governo da China avisou que vai restringir ainda mais os fornecimentos a partir do primeiro semestre deste ano. A informação chega num momento em que a demanda mundial já ultrapassa a oferta. Um relatório do Congresso americano a atual produção mundial em 124 mil toneladas por ano, enquanto o consumo já é de 134 mil toneladas, e deverá alcançar as 200 mil toneladas em 2014. Como se vê, a reciclagem vai ficar cada vez mais importante.

O maior prejudicado pelas decisões da China, o Japão (um dos principais importadores), começa a se mexer. Tóquio planeja investir 100 bilhões de ienes (US\$ 1,2 bilhão) para garantir o suprimento. Outros países estão nesta rota. No dia 15 de dezembro, o Departamento de Energia dos Estados Unidos divulgou documento que adverte sobre a necessidade de reduzir nos próximos 15 anos a dependência de metais raros de origem chinesa.

E como está o Brasil? Há terras raras a serem exploradas aqui?

Estimativas dão conta de que as reservas brasileiras somam algo em torno de 48 mil toneladas, quantia suficiente para abastecer uma futura demanda interna e, se houver excedente, exportá-lo. Mas hoje não há nenhuma jazida de exportação.

Fernando Antônio Freitas Lins, diretor do Departamento de Tecnologia e Transformação Mineral do ministério de Minas e Energia, conta que as reservas que recentemente serviam à demanda do Brasil estão exauridas há anos.

De novo houve apenas a constituição, em junho passado, de um grupo interministerial integrado por especialistas do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Está encarregado de fazer um mapeamento dos minerais estratégicos no Brasil. O estudo inclui desde o levantamento geológico em áreas potenciais até o apoio à pesquisa para definição de jazidas e o incentivo ao desenvolvimento de produtos de alta tecnologia. Os trabalhos estão em fase final, mas o diretor Freitas Lins avisa: “Os resultados só parecerão a médio e a longo prazo.”/Colaborou Isadora Peron.

Onde estão elas	CONFIRA	Balança Comercial
Reservas de terras raras (em 2009)	Em bilhões de dólares	_ Exportações_ Importações
País toneldas	22	20,8
1° China 36,0 milhões	20	
2° Comunidade dos Estados Independentes (CEI) 19,0 milhões	18	
3° Estados Unidos 13,0 milhões	16	
4° Austrália 5,4 milhões	14	SALDO 15,5
5° Índia 3,1 milhões	12	
6° Brasil 48,0 mil	10	
7° Malásia 30,0 mil	Nov 2009	DEZ 2010
Outros países 22, 4 milhões		
Fonte: Departamento de Pesquisas Geológicas dos EUA	Fonte Ministério do Desenvolvimento	
CONFIRA	Primeiro lugar	
Grande avanço	É, sim, um desempenho obtido com forte apoio das vendas de commodities. No entanto, deve apontar o Brasil como o país com o maior crescimento das exportações em 2010.	
Não é o saldo comercial positivo, em 2010, de US\$ 20,3 bilhões, bem acima do projetado, que merece mais comemoração. Mais importante foi o avanço das exportações, de nada menos de 31,4 %, num ano em que as encomendas dos países ricos (os maiores compradores) estiveram travadas pelo baixo crescimento econômico.		

3.6.1 Leitura retórica de *Raras e cobiçadas*

No artigo, se observou que o contexto retórico é construído a partir de dados sobre a economia mundial e após, sobre a consequência do fato discutido para o Brasil. O objeto de discussão são as terras raras, muito cobiçadas por países, que foram motivo de embargo pela China ao Japão.

A questão retórica que leva o orador, no caso, o jornalista, ao ato retórico (escrever o texto) são as consequências do embargo chinês que promoveram preocupação de vários países pelo fato das terras raras constituírem um minério de relevante importância para fabricação de materiais de alta tecnologia (a exemplo: mísseis). Como a questão retórica em termos simplificados, é uma imperfeição que exige uma modificação, o orador ressalta que muitos países dependem da China e chama a atenção para as reservas brasileiras, vistas por ele como moderadas, pois 48 mil toneladas são suficientes para uma reserva interna, mas há o problema de que as reservas brasileiras estão exauridas há anos. Este último fato levou o Ministério de Minas e Energia e o de Ciência e Tecnologia a criarem um grupo para estudar meios para aumentar a produção de terras raras brasileiras.

No entanto, mesmo com a criação de um grupo para pesquisa sobre as terras raras, o resultado das pesquisas é de médio a longo prazo. É interessante observar que o orador, se posiciona como um “juiz” para analisar as atitudes de autoridades do meio político; nesse texto, o foco da análise do orador é mais político do que econômico e ele não apresenta uma solução para o problema das terras raras (no sentido de dependência da China), mas deixa nas entrelinhas uma possibilidade de se interpretar uma imperfeição: o Brasil produz pouco, possui poucas reservas e as terras raras, formadas por minérios, são um produto disputado por muitos países.

Dessa forma, o orador evidenciou o problema a partir dos seguintes elementos: embargo chinês, a preocupação despertada em vários países, mesmo não havendo escassez das jazidas, as terras raras têm um processamento caro e altamente poluidor; quem depende da China ficou com receio de sofrer também restrições, visto que as terras raras, por servirem para produção de materiais de alta tecnologia, seu embargo poderia provocar também, a diminuição da fabricação de arsenal bélico e da produção de energia. A solução para o problema parte dos países que dependem da China; estes buscaram meios para amenizar a dependência e o Brasil criou um grupo para estudar meios de também aumentar a produção. O orador não apresenta solução.

Os argumentos da autoridade e os com base na estrutura do real também foram observados. O da autoridade ao citar: “Fernando Antonio Lins , diretor do Departamento de Tecnologia e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, conta que...” “O governo de Pequim...”

Vale lembrar que o argumento da autoridade se vale do *ethos* da pessoa citada. No caso desse artigo, esse *ethos* é ressaltado pela instituição que a autoridade representa. Assim, Fernando Antonio Lins se constitui como autoridade por ser representante de um departamento inserido em um órgão público. Sobre o segundo exemplo, a palavra “governo” já traz a significação de uma autoridade máxima de um país.

Os com base na estrutura na estrutura do real são percebidos por elementos dentro do texto e de apoio: “Depois de ter reduzido em 40% as exportações de 2010 em comparação com as de 2009...”, “Um relatório do Congresso americano avalia a atual produção mundial em 124 mil toneladas por ano, enquanto o consumo já é de 134 mil toneladas e deverão alcançar 200 mil toneladas em 2014...”, “Tóquio planeja investir 100 bilhões de ienes (US\$ 1,2 bilhão) para garantir o suprimento.”, “No dia 15 de dezembro, o Departamento de Energia dos Estados Unidos divulgou documento que adverte sobre a necessidade de redução nos próximos 15 anos a dependência de metais raros de origem chinesa.”

Observou-se também que o orador utilizou o argumento baseado na estrutura do real pela ligação de sucessão, aquele pressupõe um vínculo causal nos acontecimentos citados. Na sequência dos trechos acima, é percebida a ligação de sucessão porque todos os fatos (a redução nas exportações, os dados do relatório do Congresso, o investimento a ser feito por Tóquio, a divulgação do documento do Departamento de Energia americano (se interligam de um modo ou outro). Enfim, esses dados levam à causa da preocupação de muitos países sobre a dependência da China, no tocante ao minério terras raras.

Também foi observado que o orador fez uso do valor da quantidade ao explorar os índices apontados. Além dos índices, o título, a utilização desses minérios para a fabricação de produtos de alta tecnologia leva ao valor da qualidade.

O gênero retórico foi constatado a partir da posição do orador (“juiz”) que analisa as ações na economia; nesse texto é o deliberativo, visto que o orador julga as possibilidades como favoráveis e desfavoráveis. O orador utiliza dos argumentos de base na estrutura do real e de autoridade. O primeiro argumento tem base em elementos da realidade e os argumentos por sucessão nas relações de causa e efeito. Já o argumento da autoridade vale-se do caráter e imagem da pessoa citada.

Na semelhança com o discurso retórico, no exórdio, o orador problematizou o fato do embargo chinês pela análise das consequências para os mercados internacional e nacional. Na *inventio*, usou provas para endossar sua tese, a partir de exemplificação com índices, nomes de autoridades, de instituições e estabelece uma sucessão de fatos. Na *dispositivo*, verificou-se uma gradação para aproximar o orador do leitor, assim: aquele utilizou a definição de terras raras, exemplificou em quais aparelhos domésticos elas foram encontradas e seguiu com uma explanação mais técnica. Na *peroração*, reiterou a tese mais restrita ao mercado nacional, assim, para o orador, o Brasil que produzia poucas terras raras sofreria com o embargo chinês, futuramente.

3.7 CORPUS

B2, ECONOMIA / 5 DE JANEIRO DE 2011

Celso Ming

Ainda falta muito

O carro elétrico está sendo apresentado ao mundo como um ser dotado de excelência.

“É o veículo do futuro”, garante o presidente da Renault e Nissan, o brasileiro Carlos Ghosn. É o carro ecologicamente correto, de manutenção mais barata, silencioso... e por aí vai acumulando atributos.

Mas nada assegura nenhuma dessas qualidades. Nem que será necessariamente o veículo do futuro. E, mais do que isso, são tantos os problemas que hoje o projeto do carro elétrico é uma grande interrogação.

A primeira dúvida é se realmente se trata de uma resposta mais adequada à qualidade do meio ambiente. Para isso, não basta deixar de emitir poluentes pelo escapamento. Essas mesmas emulsões podem sair por chaminés. Na matriz energética global, a energia elétrica produzida por meios de baixo impacto ambiental corresponde a apenas 32%. Ou seja, 68% da energia é produzida por termoeletricas que queimam carvão ou derivados de petróleo. Como não há nenhuma possibilidade imediata de que essa proporção seja revertida, o risco é o de que, por via indireta, o carro elétrico seja tão ou quase tão poluente quanto ao movido a gasolina.

Mesmo países como o Brasil, que obtém mais de 60% de sua eletricidade por fonte hídrica, poderão ter graves problemas com o abastecimento elétrico. Se apenas 30% da frota brasileira de veículos (hoje cerca de 30 milhões de unidades) rodasse a eletricidade, seria preciso, garantir energia para esses carros, construir mais de 13 usinas do tamanho de Itaipu. E, é bom lembrar, usina hidrelétrica não é essa maravilha ambiental que alguns imaginam. Basta levar em conta o comprometimento ecológico produzido pela destruição de florestas e pela agressão produzida pela construção de barragens de milhões de metros cúbicos de água.

Outro grave problema do carro elétrico é sua baixa autonomia. Até agora as baterias construídas pela indústria oferecem, em média, autonomia para cerca de 100 km. A recarga demora, no mínimo, meia hora. Mas pode levar mais de seis horas, se for feita em tomada convencional de 240 volts.

A troca de baterias, como antigamente se trocavam os cavalos nas estalagens ao longo das estradas, parece uma possibilidade remota. Cada montadora vai desenvolvendo o seu próprio modelo não substituível pelo da outra. Além disso, como a bateria corresponde a 34% do valor do veículo, parece improvável que o proprietário se sujeite a trocas de baterias do seu veículo sem conhecer o estado de conservação e as condições de durabilidade da que será incorporada. Nem mesmo as companhias de seguro deverão aceitar algo desse tipo.

Há mais problemas e riscos associados à bateria. Ela é um componente muito pesado (cerca de 500 kg), o que compromete o desempenho do veículo. Há quem argumente que, dentro de mais alguns anos, os engenheiros terão conseguido desenvolver baterias menores, mais baratas e mais duráveis. Mas esse é apenas um palpite ou, talvez, uma aposta. O fato é que as montadoras vêm desenvolvendo o carro elétrico há pelo menos 15 anos e, até agora, não conseguiram grandes progressos nessa questão.

Enfim, Carlos Ghosn pode estar carregado de razão. O veículo elétrico tem tudo para ser o carro do futuro. Mas esse futuro parece estar muito distante.

CONFIRA

Insatisfação demais

Na sua edição do dia 26, uma das mais respeitadas publicações da Europa, a revista alemã Der Spiegel, publicou matéria sobre o carro elétrico. Lá ficou dito que os projetos apresentados pelas montadoras vêm desembocando em produtos pesados demais, complicados demais e insatisfatórias demais.

Mudança de padrão

E avisa que o carro do futuro, movido a eletricidade, não pode ser um modelo qualquer de hoje dotado de uma superbateria. Tem de partir de padrões completamente novos.

Leve mas caro

A única montadora que projeta um carro elétrico com essa filosofia é a BMW. A ideia é substituir a carcaça de aço pela de um polímero reforçado com fibra de carbono (PRFC), um material, que apresenta a metade do peso do aço, mas cujo custo é 50 vezes maior. Por aí já se pode conferir qual é o problema dessa solução. Mas há outro. Se o PRFC for a solução para o carro elétrico, é mais ainda para o carro convencional.

3.7.1 Leitura retórica de *Ainda falta muito*

A questão retórica (imperfeição presumida ou constatada pelo orador) a respeito do carro elétrico ser o “carro do futuro” como prometeu o presidente da Renault e Nissan, Carlos Ghosn. A desconfiança novamente aparece no artigo de Ming como o valor a ser trabalhado por esse orador para conseguir a adesão dos leitores (auditório).

O processo de criação da persuasão do orador ocorre pela valorização do carro elétrico (“carro do futuro”), seguida pela desconstrução dessa imagem. Há um procedimento de dissociação. Na visão de Ferreira (2010), esse procedimento concerne na depreciação de um valor aceito.

Os argumentos por dissociação são aqueles que procuram solucionar uma incompatibilidade do discurso para restabelecer uma visão coerente da realidade. A dissociação resulta da depreciação do que era até então um valor aceito (FERREIRA, 2010, p. 167).

“Ad hominem: é o argumento que serve à opinião particular ou do grupo. Uma subdivisão do argumento ad hominem está no argumento ad personam, notadamente um ataque à pessoa do adversário para desqualificá-lo (FERREIRA, 2010, p. 167).

O orador analisa as desvantagens do carro elétrico e usa a ironia para criticar e depreciar não somente o carro em questão, como também, a fala do presidente da Renault e Nissan do Brasil, Carlos Ghosn. “Na passagem, isto pode ser observado: *“É o carro do futuro”, garante o presidente...*” *“Enfim, Carlos Ghosn pode estar coberto de razão. O veículo elétrico tem tudo para ser o carro do futuro. Mas esse futuro parece estar muito distante”.*

O contexto retórico desse artigo envolve fatores como poluição, meio ambiente e compromisso ético de empresas com o meio ambiente. O chamado de “politicamente correto” pelo orador remete a esses fatores. Para haver uma questão retórica, o orador (no artigo, na posição de “juiz”) analisa e justifica o que o levou a desconfiar da garantia do “carro do futuro”. Assim, os elementos evidenciaram o problema foram: *“Mas nada assegura nenhuma dessas qualidades. Nem que será necessariamente o veículo do futuro. E, mais do que isso, são tantos os problemas que hoje o projeto do carro elétrico é uma grande interrogação.”* Em seguida, o orador continua sua justificativa apontando problemas do meio ambiente que o levaram à desconfiança sobre o carro elétrico: *“A primeira dúvida é se realmente se trata de uma resposta mais adequada à qualidade do meio ambiente... Na matriz energética global, a energia elétrica produzida por meios de baixo impacto ambiental corresponde a apenas 32%... Como não há nenhuma possibilidade dessa imediata de que essa proporção seja revertida, o risco é de que ,... o carro elétrico seja tão ou quase tão poluente quanto o movido a gasolina.”*

No decorrer do texto, o orador continuou a apontar elementos que justificaram sua desconfiança, a exemplo: “ Mesmo países como o Brasil, que obtém mais de 60% de sua eletricidade”, “ E, é bom lembrar, usina hidrelétrica não é essa maravilha ambiental”, “o comprometimento ecológico produzido pela destruição de florestas e

pela agressão produzida pela construção de barragens de milhões de metros cúbicos de água.”

Voltando sua explanação para o carro elétrico, afirma: *“Outro grave problema do carro elétrico é sua baixa autonomia.”* As imperfeições do carro elétrico são retratadas pelo orador na descrição dos problemas da bateria, assim: *“Até agora, as baterias construídas pela indústria oferecem, em média, autonomia para cerca de 100 km, a recarga demora, no mínimo, meia hora...”* *“a troca das baterias, como antigamente se trocavam...parece uma possibilidade remota...”* *“Além disso, como a bateria corresponde a 34% do valor do veículo, parece improvável que o proprietário...”* *“Há mais problemas e riscos associados à bateria. Ela é um componente muito pesado...”* *“...O fato é que as montadoras vêm desenvolvendo carro elétrico há pelo menos 15 anos e, até agora, não conseguiram grandes progressos nesse quesito.”*

O orador cria uma ligação de sucessão de fatores para desqualificar a ideia de “carro do futuro”. O vínculo causal é explorado: o carro possui baixa autonomia por razão dos problemas da bateria. Este componente exige tempo considerável de recarga, é pesado, é caro e não houve progresso na sua fabricação. Logo, a autonomia é comprometida.

O orador (“juiz”) desenvolve um raciocínio *apodíctico* para justificar sua posição contrária à promessa de Carlos Ghosn. Os argumentos da autoridade e com base na estrutura do real foram usados por ele. Assim, o primeiro pode ser exemplificado na passagem com uso do discurso direto: “É o carro do futuro” (fala do presidente da Renault e Nissan).

Os índices serviram para o argumento de estrutura do real, como: “32%, 68%, 13 usinas, 100km, 240 volts, 34% do valor, 15 anos...” (esses resultados prontos são usados e legitimam o raciocínio do orador, sem possibilitar um questionamento por parte do auditório). O valor da quantidade é exaltado nos índices e a sequência que eles aparecem no texto, vinculados aos respectivos fatores: meio ambiente, eletricidade, as usinas, os problemas da bateria: a autonomia medida em quilometragem e volts, o percentual da bateria em relação ao valor pago no carro, pelo consumidor. Deste modo, há uma sucessão que provocam a ideia contrária sobre o “carro do futuro”.

O segundo argumento (de autoridade) é verificado pela citação: “... garante o presidente da Renault e Nissan, o brasileiro Carlos Ghosn...”

Pelo raciocínio do “juiz” e pela sua avaliação, o gênero é o deliberativo, pois o orador julga como verdadeira ou falsa a sentença que, no caso, é falsa promessa. Termina o discurso, com afirmação do próprio Ghosn e o ironiza: “*Enfim, Carlos Ghosn pode estar carregado de razão. O veículo elétrico tem tudo para ser o carro do futuro. Mas esse futuro parece estar muito distante.*”

No texto, foi explorado pelo orador o argumento baseado na estrutura do real estabeleceu conexões entre orador e auditório, foi usado o argumento de ligação por sucessão que pressupõe um vínculo causal entre os fatos escolhidos pelo orador. A imagem do presidente da Renault e Nissan, Carlos Ghosn, serviu como exemplo do argumento de autoridade que usa a imagem da pessoa em referência para validar as intenções do orador.

Na analogia do artigo de opinião com o discurso retórico, verifica-se que no *exórdio*, o orador questiona a promessa de o carro elétrico ser o “carro do futuro” e desde já, usa o valor da desconfiança. Na *inventio* cria hipóteses a partir de uma relação com fatores ambientais e traz índices para confirmar sua tese. Dentre os dados mencionados por Ming citam-se: o Brasil pode ter problemas com o abastecimento hídrico, gerador de energia para manter o carro em questão, o carro elétrico possui uma baixa autonomia e para encerrar os motivos que levaram o orador a desconfiar da promessa de um *carro extraordinário*, o orador elenca problemas com a bateria. Na *elocutio*, a diminuição da distância entre orador e leitor é realizada pela posição do *ethos* como conhecedor do assunto, especialista que é amável e preocupado com os consumidores do carro elétrico. Na *peroração*, o orador mantém o valor da desconfiança e reafirma sua tese.

3.8 CORPUS

B2 Economia/ Quinta-feira, 6 de janeiro de 2011.

Celso Ming

Austeridade e juros

A entrevista do ministro da Fazenda, Guido Mantega, concedida terça-feira, não foi apenas a tentativa de segurar o coração do dólar no grito. Deu novas indicações de como a administração Dilma pretende reorganizar a economia. O problema será colocar em prática projetos as vezes confusos e nem sempre conciliáveis.

A primeira questão é, naturalmente, a do câmbio, que teima em provocar valorização ainda maior do real, movimento que tira a competitividade da indústria. Mantega interpreta a derribada do dólar das últimas duas semanas como consequência da retomada dos negócios lá nos Estados Unidos. Ou seja, para ele são os investidores internacionais que se sentem mais confiantes, tiram a cabeça da toca e enfrentam mais risco e, com isso, mais dólares rumam para o Brasil.

Se for isso e se for confirmada a recuperação da economia americana, é preciso estar preparado para mais duas consequências. A primeira delas é o inevitável aumento do consumo por lá e, com ele, mais pressão inflacionária, especialmente, sobre alimentos e os combustíveis. Se, de um lado, a inevitável alta dos juros nos Estados Unidos, que se seguirá à recuperação, produzirá valorização do dólar no câmbio interno (o que Mantega festejaria), de outro, puxará a inflação aqui no Brasil.

De todo modo, uma boa reação do mercado americano não colocará ponto final na crise global. O risco de uma nova rodada de naufrágios na área do euro ainda não foi eliminado. E, se algo de grave acontecer, a economia dos Estados Unidos, mesmo em fase de recuperação, não será poupada.

Afora isso, o aumento das posições de risco continuará a despachar mais recursos para o Brasil e, dessa forma, pressionará para ainda maior valorização do real. Mantega avisa que combaterá a entrada de capitais especulativos. Esse não é um bom caminho. Se o capital é especulativo e, portanto, de curto prazo, o tanto de valorização do real que causará na entrada no País provocará de desvalorização na saída que virá, como se entende, logo em seguida. Para que, então, combater com providências complicadas e de efeito duvidoso o que não vai durar?

Mantega disse mais: "Vamos cortar os gastos para abrir espaço para a redução dos juros." É a primeira vez que o ministro põe a política fiscal como aliada da política monetária. É, também, o reconhecimento de que o excesso de despesas públicas produziu elevação do consumo, e, portanto, inflação. Na medida em que a austeridade for colocando o consumo no seu tamanho certo, o Banco Central não terá o mesmo tanto de inflação a combater e poderá derrubar os juros. Juros mais baixos, por sua vez, contribuirão para impedir valorização excessiva do real porque desestimularão a entrada de capitais com o objetivo de tirar proveito dos juros mais altos aqui dentro.

O problema é que a inflação vai escapando da meta (de 45% neste ano) e o primeiro movimento do Banco Central neste início de administração não será reduzir os juros. Será aumentá-los. Ou o governo federal derrubará para valer as despesas públicas e os juros poderão cair algum tempo depois ou não levará tão a sério essa orientação e eles continuarão lá em cima. Nesse caso, a política cambial perderá um forte aliado contra novas valorizações do real (baixa do dólar). Mas vá saber até que ponto o governo fará o que diz.

Passaram Longe

Apostas do mercado para o Índice Bovespa no final de 2010

Banco/Corretora	Projeção	Variação ao ano
Ágora	85 mil	23,9%
Ativa	82 mil	19,6%
Banco do Brasil	83 mil	21,0%
Banrisul	83 mil	21,0%
Bofa Merrill Lynch	87 mil	26,8%
Bradesco BBI	81 mil	18,1%
Fator	80 mil	16,6%
Geração Futuro	85 mil	23,9%
Gradual	81 mil	18,1%
HSBC Asset	85 mil	23,9%
Intra (Citi)	80 mil	16,6%
Link	85 mil	23,9%
Planner	85 mil	23,9%
Santander	80 mil	16,6%
Votorantim Asset	87 mil	26,8%

EM RELAÇÃO A 30/12/ 2009

Fontes: BANCOS E CORRETORAS

A tabela acima, publicada pela Coluna dia 31 de dezembro de 2009, mostra como os analistas de mercado dos principais bancos e corretoras projetavam o comportamento da bolsa em 2010. Eles erraram demais. O Índice Bovespa fechou o ano passado com 69.304.81 pontos. 16,6% abaixo dos 83. 133.33 pontos, que foi a média das previsões. Vá saber porque erraram tanto.

3.8.1 Leitura retórica de austeridade e juros

No ato retórico, ou seja: no texto que moveu o orador (por uma imperfeição prevista ou constatada por ele) observou-se que a desconfiança no novo governo que se instaurava foi novamente objeto de discussão pelo orador. Neste texto, o valor da desconfiança foi atribuído às atitudes de uma autoridade poderosa do governo: o ministro da Fazenda. É interessante recordar a função deste ministro: ele trabalha com a política econômica (formulação e execução). O ministro da Fazenda é a autoridade máxima da política econômica do país.

A questão retórica que promoveu a desconfiança do orador foi a entrevista concedida por Mantega na terça, dia 05 de janeiro de 2011 e vista pelo orador como uma forma de segurar a cotação do dólar de qualquer forma e o problema foi o fato dos projetos mencionados serem vistos pelo orador como confusos e nem sempre conciliáveis.

Os elementos que evidenciaram o problema foram resumidos na questão do câmbio (em termos simples, câmbio é a troca de uma moeda por outra estrangeira, realizada esta operação por um agente financeiro autorizado pelo Banco Central). Para o orador, o câmbio teimava em valorizar ainda mais o real, a derrubada do dólar vista por Mantega como positiva para o Brasil, a recuperação da economia americana levaria a duas consequências: pressão inflacionária provocada pelo aumento do consumo nos EUA, alta dos juros nos Estados Unidos que acarretaria a valorização do dólar no câmbio interno e promoveria a inflação no Brasil.

O orador segue sua explanação com o objetivo de justificar seu posicionamento de “juiz” sobre as ações do ministro da Fazenda. Desse modo, ele as julga como justas ou não, úteis ou não. Assim o gênero usado foi o deliberativo. Um exemplo desse posicionamento é o quinto parágrafo que afirma: *“Afora isso, o aumento das posições de risco continuará a despachar mais recursos para o Brasil e, dessa forma, pressionará para ainda maior valorização do real. Mantega avisa que combaterá a entrada de capitais especulativos. Esse não é um bom caminho...”*

Faz uso do argumento da autoridade ao citar: “Mantega diz ou entrevista do ministro da Fazenda, Guido Mantega,... “. A autoridade conferida ao ministro de um órgão importante para o país é pelo fato do próprio Mantega representar a instituição. Assim: “O prestígio, o caráter, o *ethos* da pessoa é fator crucial para a validação das intenções..” (Ferreira: 2010).

O argumento com base na estrutura do real ao citar: índices (45% neste ano), ao mencionar fatos: derrubada do dólar há duas semanas, a própria entrevista do ministro. Parte do conhecido, aspectos noticiados para construir a relação de sucessão. Ou seja: na entrevista do ministro, o orador avaliou as medidas como descabidas para a política econômica do país.

Para trabalhar o argumento com base na estrutura do real, de sucessão, o orador usa o raciocínio, *apodíctico* e estabelece hipóteses: “*Deu novas indicações de como a administração Dilma pretende reorganizar a economia...*”, “*Se for isso e se for confirmada a recuperação da economia americana, é preciso estar preparado para mais duas consequências. ...*”, “*E, se algo de grave acontecer, a economia dos Estados Unidos, mesmo em fase de recuperação, não será poupada.*”, “*Se o capital é especulativo e, portanto, de curto prazo, o tanto de valorização do real que causará na entrada no País provocará de desvalorização na saída que virá, como se entende, logo em seguida. Para que, então, combater com providências complicadas e de efeito duvidoso o que não vai durar?*”, “*...o Banco Central não terá o mesmo tanto de inflação a combater e poderá derrubar os juros. Juros mais baixos, por sua vez, contribuirão para impedir valorização excessiva do real porque desestimularão a entrada de capitais com o objetivo de tirar proveito dos juros mais altos aqui dentro.*”

Além de avaliar as ações do ministro, o orador (“juiz”) prevê o que ocorrerá e apresenta uma solução ao final do discurso: “... Ou o governo federal derrubará para valer as despesas públicas e os juros poderão cair algum tempo depois ou não levará tão a sério essa orientação e eles continuarão lá em cima...”

Ao final do discurso é observado o posicionamento do orador (“juiz”) sobre a ação do ministro e do governo: a de desconfiança: “Mas vá saber até que ponto o governo fará o que diz.”

Em uma relação do artigo de Ming com o discurso retórico há no *exórdio*, a referência à entrevista do ministro da Fazenda, Guido Mantega, na qual discute

estratégias para segurar a cotação do dólar. Entretanto, na visão do orador, esses planos são inviáveis. Na *inventio*, o orador elenca provas para justificar seu parecer: faz uma reflexão sobre o câmbio, seguida de hipótese, prossegue com uma previsão sobre o aumento das posições de risco e da consequente valorização do real, usa trechos da fala do próprio ministro Mantega. O orador avança o seu raciocínio ao explicar que a inflação escapa da meta de 45%. Na *peroração*, ele reafirma a tese de que o ministro não merece confiança visto que, pela previsão do próprio Ming, os juros não reduzirão e a inflação continuará.

3.9 CORPUS

B2 Economia / sexta-feira, 7 de janeiro de 2011.

Celso Ming

Não é só o que parece

Em política, o que parece é _ dizia em sem tempo o ditador de Portugal, Antônio de Oliveira Salazar.

O Banco Central está vendendo a decisão como “providência macroprudencial”. Ou seja, destina-se a evitar que lá pelas tantas, se fosse deflagrada nova crise global como a que foi detonada pela quebra do Lehman Brothers, um banco ou um punhado deles fossem pegos no contrapé, com forte posição vendida em dólares e, assim, obrigados a comprar moeda estrangeira a novo preço, arcando com fortes prejuízos. Ou seja, o Banco Central parece disposto a evitar que aconteça com os bancos o mesmo colapso cambial que, em 2008, atingiu grandes grupos empresariais brasileiros como Sadia, Aracruz e Votorantim.

No entanto, a instituição de uma retenção compulsória de 60% sobre as posições vendidas em moeda estrangeira, não constituiu apenas um seguro contra eventuais descasamentos de curto prazo no câmbio. Produz o inequívoco efeito colateral de conter a queda do dólar.

Até agora, o Banco Central avisava que as intervenções no câmbio se destinavam tão somente a neutralizar a excessiva volatilidade no câmbio. Neste momento, pelo menos está vendo o risco de excessiva exposição dos bancos a trancos cambiais.

A cada posição vendida, há sempre uma posição comprada. Por que, então, o Banco Central está restringindo suas medidas macroprudenciais apenas a posições vendidas dos bancos e não também às compradas? Aparentemente porque o quase único comprador é ele próprio. Porque conta com a permanente disposição do Banco Central em adquirir moeda estrangeira é que o mercado interno de câmbio não vinha temendo o aumento de suas posições vendidas em dólares. A decisão de ontem desmancha em parte esse jogo.

De todo modo, não dá para dizer que seja um devastador tiro de canhão. Ao contrário, é uma decisão de baixo calibre, preocupada em vir marcada pelo gradualismo. O diretor de Política Monetária, Aldo Mendes, avisou que a posição vendida pelos bancos ao final do ano passado era de US\$ 16,8 bilhões. O volume a ser submetido ao compulsório de 60% é o que exceder os US\$ 3 bilhões em cada banco (ou o nível do patrimônio de Referência no caso das instituições pequenas). Ou seja, se dez grandes bancos tiverem, cada um, US\$ 2,9 bilhões em posições vendidas, o total será de US\$ 29 bilhões e, no entanto, nesse caso, nenhum deles será obrigado a recolher depósito compulsório.

A entrada em vigor da nova decisão será apenas no dia 4 de abril. É o Banco Central mostrando flexibilidade no processo de ajuste bancário.

Alguém poderá perguntar se essa também não seria uma medida preventiva no sentido de que precede o novo aumento dos juros que inevitavelmente atrairá mais dólares. Esse tipo de consideração resvala para terrenos excessivamente conspiratórios e, por isso, não merece atenção demais. Não é tão seguro assim que nova alta dos juros atraia muito mais dólares do que os que já estão chegando e estão sendo coibidos pelo forte IOF.

E, mesmo que a decisão mesmo a de iniciar um novo ciclo de alta dos juros, não parece que apenas a instituição desse compulsório sobre posições vendidas em dólares seja suficiente para neutralizar o efeito provocado por novas entradas de capital.

CONFIRA

Cotação do dólar

Aí vai a trajetória da cotação do dólar nos últimos 31 dias. Tanto o ministério da Fazenda como o Banco Central foram suficientemente claros. Não vão tolerar cotações abaixo de R\$ 1,65 por dólar. A subida do dólar nos dois últimos dias já é consequência da ação do governo.

Repeteco?

Esse tipo de reação já aconteceu no passado. As autoridades também avisaram que não tolerariam o dólar abaixo de R\$ 1,80 e, depois, de R\$ 1,70. E, no entanto, as cotações vieram para níveis inferiores a esses aí. A conferir.

3.9.1 Leitura retórica de *Não é só o que parece*

No artigo, o orador inicia sua tese com uma máxima do ditador Salazar a respeito de política. Para este, ao afirmar: “Em política, o que parece, é...” reflete sobre o que é verdade em política, ou seja, a verdade é o que parece ser, o verossímil. Este início de texto também explica o título *Não é só o que parece*. Após isto, o orador estabelece um vínculo com o segundo parágrafo em que ele afirma que o Banco Central “vende” uma determinada decisão como se fosse “providência macroprudencial”; Desta forma, pode-se interpretar que a ideia defendida por este órgão não é verdadeira.

A questão retórica (uma imperfeição observada ou presumida pelo orador) foi o fato do Banco Central ter o objetivo de criar medidas para evitar um colapso dos bancos brasileiros, tal como ocorreu com o banco americano Lehman Brothers; no entanto, as ações adotadas não são viáveis e isto promoveu o ato retórico do orador: o texto.

Os elementos que evidenciaram se ressaltam em: *“No entanto, a instituição de uma retenção compulsória de 60% sobre as posições vendidas em moeda estrangeira, não constituiu apenas um seguro contra eventuais descasamentos de curto prazo no câmbio. Produz o inequívoco efeito colateral de conter a queda do dólar.”* *“A cada posição vendida, há sempre uma posição comprada. Por que, então, o Banco Central está restringindo suas medidas macroprudenciais apenas a posições vendidas dos bancos e não também às compradas? Aparentemente porque o quase único comprador é ele próprio. Porque conta com a permanente disposição do Banco Central em adquirir moeda estrangeira é que o mercado interno de câmbio não vinha temendo o aumento de suas posições vendidas em dólares. A decisão de ontem desmancha em parte esse jogo.”* *“De todo modo, não dá para dizer que seja um devastador tiro de canhão. Ao contrário, é uma decisão de baixo calibre, preocupada em vir marcada pelo gradualismo...”*

Para justificar a inviabilidade das ações do Banco Central, o orador usou o argumento da autoridade, a exemplo: *“O diretor de Política Monetária, Aldo Mendes, avisou que a posição vendida pelos bancos ao final do ano passado era de US\$ 16,8 bilhões.”* “dizia em sem tempo o ditador de Portugal, Antônio de Oliveira Salazar.” Também foi utilizado o argumento com base na estrutura do real: *“... a instituição de uma retenção compulsória de 60% sobre as posições vendidas em moeda estrangeira,...”, “O volume a ser submetido ao compulsório de 60% é o que exceder os US\$ 3 bilhões em cada banco (ou o nível do patrimônio de Referência no caso das instituições pequenas). Ou seja, se dez grandes bancos tiverem, cada um, US\$ 2,9 bilhões em posições vendidas, o total será de US\$ 29 bilhões e, no entanto, nesse caso, nenhum deles será obrigado a recolher depósito compulsório.”*

O orador posicionado como um “juiz” que avalia a sentença como justa ou não, útil ou não, verdadeira ou não. Além de utilizar o raciocínio *apodíctico*, utiliza o gênero deliberativo. Também faz uso de hipóteses em que ele mesmo explica a possibilidade do que pode ocorrer como no exemplo: *“Alguém poderá perguntar se essa também não seria uma medida preventiva no sentido de que precede o novo aumento dos juros que inevitavelmente atrairá mais dólares. Esse tipo de consideração resvala para terrenos excessivamente conspiratórios e, por isso, não merece atenção demais...”*

Apesar da crítica ao Banco Central, o orador não sugere uma solução para o problema. O artigo de Ming explana os equívocos realizados pelo Banco Central e se posiciona contrário à ideia “vendida” por este órgão, ou seja, o Banco Central não apresentou a verdade e o valor é o da desconfiança.

A relação desse artigo de Celso Ming com o discurso retórico é observada no *exórdio*, em que o orador utiliza a máxima do ex-ditador Salazar para produzir uma analogia com a ação do Banco Central para evitar o colapso dos bancos brasileiros. Entretanto, na concepção de Ming a medida dessa instituição é equivocada. Na *inventio* e *dispositivo*, analisa os atos do Banco Central, faz uso de argumentos com base na estrutura do real e da autoridade. Na *peroração* cria uma hipótese e a partir desta, reafirma a sua desconfiança no Banco Central.

4 CORPUS

B2 Economia / 8 de janeiro de 2011.

Celso Ming

A inflação mostra força

Por duas vezes, no seu discurso de posse, a presidente Dilma Roussef reafirmou seu compromisso com a derrubada da inflação. Os números de dezembro mostram que o governo precisa agir com vigor para evitar que os preços disparem em 2011.

Ao longo do ano passado, o ministro Guido Mantega tudo fez para tirar importância da alta dos preços. Seu objetivo foi evitar que o Banco Central engatilhasse o trabuço da elevação dos juros. Mantega insistiu no diagnóstico de que a disparada de preços teve como causa choques de oferta de alimentos. Foi, dizia ele, excesso de chuva que prejudicou a produção de tomate e a surpreendente quebra de safra que produziu “a inflação do feijãozinho”. O que Mantega pretendia dizer é que não seria nova subida dos juros que garantiria mais tomates ou mais feijão na mesa do consumidor. Tudo o que teria de ser feito era esperar para que a oferta se restaurasse e os preços voltassem ao normal.

Ao ministro não se pode negar certa dose de razão. Toda a esticada de preços dos alimentos teve um componente de choque de oferta. Além dos casos mencionados, a alta internacional do trigo, acompanhada pela da soja e do milho, teve a ver com a estiagem nos países produtores, como Rússia e Argentina. E a alta dos preços da carne foi também causada pela excessiva liquidação de matrizes há dois anos.

No entanto, em nenhum país importante do mundo houve esticão tão forte como o que houve por aqui. Os dados do IBGE mostram que 3,18 pontos percentuais da inflação, que em 2010 foi de 5,91%, deveu-se ao salto dos alimentos. O feijão subiu 51,5% e a carne, 29,6%. Essa disparada foi também responsável pelo reajuste de 10,6% nos preços das refeições fora de casa.

É que o sujeito não tropeçou apenas porque havia uma pedra no seu caminho; tropeçou, principalmente, porque estava bêbado. Ou seja, os preços dos alimentos subiram tudo o que subiram em 2010, também e especialmente porque as despesas públicas aumentaram demais, criaram renda demais e puxaram o consumo demais. Um forte componente dessa inflação tem a ver com a frouxidão da política fiscal adotada pelo governo com o objetivo de lubrificar a máquina eleitoral.

Isso significa que é preciso, sim, combater a inflação de demanda que está minando o poder aquisitivo do trabalhador, como admitiu a presidente Dilma. O governo não pode contar mais com a queda da cotação do dólar, que barateia o produto importado. Nem com a persistência de uma baixa inflação nos países ricos. Ao contrário, a retomada da atividade econômica nos Estados Unidos e o forte consumo nos países asiáticos indicam que 2011 será um ano de mais pressão sobre os preços dos alimentos e matérias-primas. O combate à alta dos preços terá de se concentrar no uso de dois instrumentos de política econômica: austeridade na administração dos gastos públicos e aperto monetário (elevação dos juros).

As notícias de que o governo já admite reajuste do salário mínimo acima do nível anteriormente definido mostra que a disposição de apertar os cintos não é tão firme como pareciam indicar as declarações oficiais. Quanto aos juros, saberemos qual será a determinação do Banco Central na próxima reunião do Copom, dia 19.

CONFIRA

Desempenho das bolsas ontem

Ontem, as bolsas tiveram um dia ruim, como mostra o gráfico. O comportamento do mercado de trabalho nos Estados Unidos (payroll) continua insatisfatório. "A esse ritmo serão necessários cinco anos para normatização do mercado de trabalho", disse Ben Bernanke, presidente do Fed (o banco central americano).

Cada vez pior

Mas não foram apenas os problemas com o desemprego nos Estados Unidos que puxaram os mercados para baixo. Foi, também, a percepção de que a situação fiscal da área do euro continua em deterioração.

4.1 LEITURA RETÓRICA DE A INFLAÇÃO MOSTRA FORÇA

No artigo, o orador partiu de uma imperfeição (questão retórica) que foi a desconfiança no tocante à promessa da presidente, em seu discurso de posse, de derrubar a inflação. Essa desconfiança o motivou a realizar o ato retórico: o artigo de opinião.

Para justificar seu posicionamento, o orador, que atuou como um “juiz” a avaliar as medidas governamentais sobre a economia, a partir do segundo parágrafo descreveu as ações realizadas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega; é interessante ressaltar que o Ministério da Fazenda é a instituição governamental que estabelece a política econômica do país. Na descrição, o orador usou o discurso indireto para as medidas tomadas por Mantega, como no exemplo: *“Ao longo do ano passado, o ministro Guido Mantega tudo fez para tirar importância da alta dos preços. Seu objetivo foi evitar que o Banco Central engatilhasse o trabuco da elevação dos juros. Mantega insistiu no diagnóstico de que a disparada de preços teve como causa choques de oferta de alimentos. Foi, dizia ele, excesso de chuva que prejudicou a produção de tomate e a surpreendente quebra de safra que produziu “a inflação do feijãozinho”.*

Em seguida, o orador iniciou uma avaliação na qual procurou demonstrar as razões de não confiar na promessa feita no discurso de posse da presidente, a partir das medidas de seu ministro. A exemplo: *“Ao ministro não se pode negar certa dose de razão. Toda a esticada de preços dos alimentos teve um componente de choque de oferta...”, “No entanto, em nenhum país importante do mundo houve esticão tão forte como o que houve por aqui...”*

Assim, estabeleceu uma justificativa para sua posição contrária ao governo e usou os argumentos de autoridade e com base na estrutura do real. “O primeiro tipo pode ser exemplificado nas passagens: *“ministro Guido Mantega..”, “Os dados do IBGE mostram”, “a determinação do Banco Central...”, “reunião do Copom, dia 19.”* O argumento com base na estrutura do real é observado nas passagens: *“Os dados do IBGE mostram que 3,18 pontos percentuais da inflação, que em 2010 foi de 5,91%, deveu-se ao salto dos alimentos. O feijão subiu 51,5% e a carne, 29,6%. Essa*

disparada foi também responsável pelo reajuste de 10,6% nos preços das refeições fora de casa.”

Ainda para justificar sua tese e alcançar a adesão do auditório, o orador (ou “juiz”) estabeleceu um raciocínio *apodíctico* em que promoveu a desconfiança dos leitores sobre o ministro e explica a razão de essa autoridade se equivocar. Desta forma, o orador também elencou os elementos que denotaram a verificação de um problema. As passagens a seguir, demonstrarão esse fato: *“Ao ministro não se pode negar certa dose de razão...”, “No entanto, em nenhum país importante do mundo houve esticção tão forte como o que houve por aqui...”*, *“É que o sujeito não tropeçou apenas porque havia uma pedra no seu caminho; tropeçou, principalmente, porque estava bêbado. Ou seja, os preços dos alimentos subiram tudo o que subiram em 2010, também e especialmente porque as despesas públicas aumentaram demais, criaram renda demais e puxaram o consumo demais...”*, *“As notícias de que o governo já admite reajuste do salário mínimo acima do nível anteriormente definido mostra que a disposição de apertar os cintos não é tão firme como pareciam indicar as declarações oficiais...”*

Os valores também auxiliaram na constituição do posicionamento do orador, desta forma, foram observados os valores: da qualidade (discurso de posse), valor da quantidade (índices), o valor da desconfiança trabalhado ao longo do artigo.

No que se refere à sugestão de solução, em alguns trechos, o orador concordou parcialmente com o governo em ideia mais abstratas (combate à inflação, diminuição dos juros), mas usou desse parecer para estabelecer o posicionamento em que prevaleceu: o de ser contrário às medidas econômicas de Mantega e a sua desconfiança na promessa da presidente sobre a inflação. Fez uso do raciocínio *apodíctico* e do gênero deliberativo. Ele apontou uma sugestão no sétimo parágrafo: *“O combate à alta de preços terá de se concentrar em no uso de dois instrumentos de política econômica: austeridade e na administração dos gastos públicos e aperto monetário (elevação dos juros).”*

As partes do discurso retórico observadas foram: *exórdio*, em que o orador desconfiou do cumprimento da promessa eleitoral da presidente Dilma Roussef de exterminar a inflação. Na *inventio* e *dispositivo*, o orador avaliou as medidas exercidas pelo Banco Central e do então ministro da Fazenda, Guido Mantega. Fez uso de argumentos para justificar sua desconfiança. Na *peroração*, reiterou seu posicionamento.

5 CORPUS

B2 Economia / 9 de janeiro de 2011.

Celso Ming

Pouco progresso

Há mais a levar em conta na evolução da economia dos Estados Unidos do que apenas a trajetória do índice de desemprego. E os Estados Unidos ainda são a principal locomotiva da economia global.

Sexta-feira, o Departamento do Trabalho americano anunciou o que, em princípio, poderiam ser boas notícias: a criação de 103 mil postos de trabalho em dezembro e o mergulho do índice de desemprego de 9,8% em novembro para 9,4% em dezembro.

No entanto, uma leitura mais atenta dos levantamentos mostrou duas coisas. Primeira, que as novas contratações ficaram aquém do esperado, abaixo de 150 mil vagas. E, segunda, houve uma forte redução da força de trabalho, aparentemente, por fatores também negativos.

É preciso explicar melhor esse segundo ponto. Para que alguém integre as estatísticas de desemprego, precisa estar à procura de emprego, nos últimos meses nos Estados Unidos, um enorme contingente da população ativa desistiu de procurar trabalho. Não há levantamentos que mostrem o que está acontecendo, mas dá para imaginar: muitos se aposentaram, outros mais estão vivendo de reservas pessoais e sabe-se lá quantos estão vivendo ao deus-dará.

Uma hora depois do anúncio feito pelo Departamento de Trabalho, o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Ben Bernanke, em depoimento no Comitê Orçamentário do Senado, lamentou o ritmo tartaruga da criação de empregos. “A essa velocidade, podem ser necessários cinco anos para normalizar o mercado de trabalho”, disse. E, no entanto, outros indicadores demonstraram que há uma expressiva recuperação da atividade econômica dos Estados Unidos.

Reforça-se, assim, a hipótese de que a produção nos países ricos será retornada sem contrapartida de criação de emprego. Ou seja, há um forte aumento da

produtividade do trabalho ou porque, por meio do desemprego, o empregado está trabalhando mais com o mesmo salário, ou porque, cresceu a utilização de tecnologia da informação, que é poupadora de mão de obra.

Do ponto de vista imediato, de grande interesse para o Brasil, define-se que o Fed não terá nenhuma razão especial para adiar ou rever o chamado afrouxamento quantitativo. Trata-se do compromisso de recomprar US\$ 600 bilhões em títulos do Tesouro, a um ritmo de US\$ 75 bilhões por mês, com simples emissão de moeda, para estimular o crédito e irrigar a economia americana.

É uma operação que vai contribuir para desvalorizar ainda mais o dólar nos mercados de câmbio e para inundar com mais recursos os países emergentes, entre os quais o Brasil. O resultado será a valorização do real e a perda de competitividade do setor produtivo nacional. Enfim, reforçam-se as condições para a guerra de câmbio que vem sendo denunciada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Como essa operação monetária acontecerá em clima de recuperação da economia americana, não dá para desprezar outro efeito: elevação da demanda por matérias-primas, petróleo e alimentos. Esse aumento de procura mais a desvalorização do dólar estão montando um cenário de novas escaladas de preços das commodities. De um lado, reforçarão as exportações do Brasil; de outro, contribuirão para a esticada da inflação.

CONFIRA

- **Olhem o rombo**

Ben Bernanke, o presidente do Fed (banco central dos estados Unidos), advertiu no Senado que as “autoridades americanas não podem ignorar os elevados déficits dos Estados Unidos e seus efeitos negativos sobre a economia no futuro. (...) quanto mais esperarmos para agir, maiores os riscos e mais dolorosa será a inevitável no orçamento.”

- **Não cubro irresponsabilidade**

Pouco antes, Jean-Claude Trichet, presidente do Banco Central Europeu (BCE), avisou as autoridades dos países da área do euro que “a responsabilidade na política monetária não pode ser substituto para a irresponsabilidade dos governos”.

Como alguns países estão fazendo reformas e outros estão atrasados, Trichet observou que as diferenças de competitividade entre países da área do euro estão se ampliando.

5.1 LEITURA RETÓRICA DE *POUCO PROGRESSO*

No texto, o orador discute a consequência da crise americana de 2008: o desemprego. A questão retórica (a imperfeição constatada ou presumida pelo orador), no caso: o desemprego para uma economia que é tida como “a locomotiva da economia mundial” gerou o ato retórico: o artigo de opinião..

Para justificar seu posicionamento, ele utiliza os argumentos: da autoridade e com base na estrutura do real e estabelece um raciocínio. A exemplo do primeiro argumento há: *“Sexta-feira, o Departamento do Trabalho americano anunciou o que, em princípio, poderiam ser boas notícias..”, “Uma hora depois do anúncio feito pelo Departamento de Trabalho, o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Ben Bernanke, em depoimento no Comitê Orçamentário do Senado, lamentou o ritmo tartaruga da criação de empregos...”, “Enfim, reforçam-se as condições para a guerra de câmbio que vem sendo denunciado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.”*

Cita órgãos públicos: Departamento do Trabalho, Federal Reserve, Comitê Orçamentário do Senado, Fazenda. Além dos nomes de representantes desses órgãos: Bem Bernanke, Guido Mantega. As autoridades e instituições são metáforas de poder.

O segundo tipo, o argumento com base na estrutura do real pode ser observado pela máxima tida como valor universal usada pelo orador na tese e os dados apresentados ao longo do texto: *“E os Estados Unidos ainda são a principal locomotiva da economia global.”* Parte do conhecido por ser uma máxima, usa a metáfora para valorizar a economia americana e esta metáfora também pode ser vista como valor da qualidade expresso na palavra “locomotiva”.

Outros exemplos do argumento com base na estrutura do real é a relação entre os índices apresentados, relação esta de sucessão, por razão do vínculo causal entre os fatores apontados: *“...a criação de 103 mil postos de trabalho em dezembro e o mergulho do índice de desemprego de 9,8% em novembro para 9,4% em dezembro...”*, *“Primeira, que as novas contratações ficaram aquém do esperado, abaixo de 150 mil vagas...”*, *“...Trata-se do compromisso de recomprar US\$ 600 bilhões em títulos do Tesouro, a um ritmo de US\$ 75 bilhões por mês, com simples emissão de moeda, para estimular o crédito e irrigar a economia americana...”*

Além de demonstrar pelos argumentos a justificativa para o seu posicionamento (o de julgar como incoerente o fato de uma “locomotiva” da economia mundial estar em crise e que a crise apenas amenizou seus efeitos, mas ainda não foi solucionada), o orador utiliza o raciocínio *apodíctico* e o explica ao auditório, inclusive, presumindo as dúvidas dos leitores, conforme pode se observar nas passagens: *“No entanto, uma leitura mais atenta dos levantamentos mostrou duas coisas. Primeira, que as novas contratações ficaram aquém do esperado, abaixo de 150 mil vagas. E, segunda, houve uma forte redução da força de trabalho, aparentemente, por fatores também negativos E, segunda, houve uma forte redução da força de trabalho, aparentemente, por fatores também negativos.”*, *“É preciso explicar melhor esse segundo ponto... muitos se aposentaram, outros mais estão vivendo de reservas pessoais e sabe-se lá quantos estão vivendo ao deus-dará.”*, *“Do ponto de vista imediato, de grande interesse para o Brasil, define-se que o Fed não terá nenhuma razão especial para adiar ou rever o chamado afrouxamento quantitativo.”* A hipótese aparece na passagem: *“Reforça-se, assim, a hipótese de que a produção nos países ricos será retornada sem contrapartida de criação de emprego. Ou seja, há um forte aumento da produtividade do trabalho ou porque, por meio do desemprego, o empregado está trabalhando mais com o mesmo salário, ou porque, cresceu a utilização de tecnologia da informação, que é poupadora de mão de obra.”*

As medidas contra a crise são avaliadas pelo orador (na posição de “juiz”) que as julga pelo valor da utilidade: *“É uma operação que vai contribuir para desvalorizar ainda mais o dólar nos mercados de câmbio e para inundar com mais recursos os países emergentes, entre os quais o Brasil. O resultado será a valorização do real e a perda de competitividade do setor produtivo nacional. Enfim, reforçam-se as condições para a guerra de câmbio que vem sendo denunciada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.”*

No raciocínio, ele também estabelece o reflexo da crise para o Brasil e determina se a ação do ministro Guido Mantega (da Fazenda) é justa ou não, útil ou não. No mesmo trecho, isso é exemplificado: *“É uma operação entre os quais o Brasil. O resultado será a valorização... denunciada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.”*

O orador, ao apresentar o seu raciocínio e julgar as medidas discutidas por ele, estabelece o raciocínio *apodíctico* e o gênero deliberativo. Não apresenta uma solução para o problema e isto é evidenciado no final do discurso: *“Como essa operação monetária acontecerá em clima de recuperação da economia americana, não dá para desprezar outro efeito: elevação da demanda por matérias-primas, petróleo e alimentos. Esse aumento de procura mais a desvalorização do dólar estão montando um cenário de novas escaladas de preços das commodities. De um lado, reforçarão as exportações do Brasil; de outro, contribuirão para a esticada da inflação.”*

Sobre as partes componentes do discurso retórico, observa-se que no *exórdio*, o orador discute o fato do índice sobre o emprego nos Estados Unidos pós- crise de 2008. Na *inventio* e *dispositio*, cita índice de criação de emprego nos EUA e faz uma reflexão sobre as estatísticas de emprego e cria hipótese. Na *peroração*, amplia a tese ao prever consequência para a economia brasileira, ou seja, a inflação.

5.2 CORPUS

B2 Economia / 11 de janeiro de 2011.

Celso Ming

Guerra é guerra

Ontem, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, e o ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, falaram do mesmo animal e, no entanto, cada um tem dele um entendimento diferente.

O animal, no caso, é o forte influxo de moeda estrangeira nos países emergentes, que outra coisa não é senão a manifestação do fenômeno que o ministro Mantega vem chamando, com enorme repercussão internacional, de guerra cambial.

Trichet advertiu ontem, na Basileia, no encontro de presidentes de bancos centrais, para o problema da excessiva entrada de capitais nos países emergentes, como se os bancos centrais dos países ricos, inclusive o que ele próprio dirige, não tivessem nada a ver com essa aterrissagem de dólares e de euros. Ela só está acontecendo porque os bancos centrais dos Estados Unidos e da área do euro estão despejando quantidades recordes de moeda no mercado, alegadamente para irrigar economias estagnadas, ignorando que o resultado disso é a desestabilização denunciada pelo próprio Trichet.

E Mantega denunciou em entrevista ao Financial Times, de Londres, a forte entrada de capitais e o estrago que provoca na competitividade das empresas brasileiras, como se a política que ele próprio põe em prática não tivesse nada a ver com isso. O ministro ignora o fato de que boa parte dessa enxurrada só acontece porque o governo federal gasta demais, despeja recursos no mercado, cria renda e consumo acima da capacidade de oferta da economia. E esquece também o fato de que, por não cumprir sua parte na austeridade das finanças públicas, o Banco Central do Brasil não tem outra saída senão puxar a alavanca dos juros. E, assim, os capitais chegam (ou deixam de sair) para tirar proveito dos juros altos aqui dentro.

Mantega foi além. Avisou que vai denunciar no Grupo dos 20 (G-20) a manipulação cambial. E quer que a Organização Mundial do Comércio (OMC) defina

manipulação cambial como forma velada de subsídio comercial o que, portanto, caracteriza jogo inadmissível no comércio exterior.

Não dá para saber o que o ministro Mantega define exatamente como “manipulação cambial”. Ele provavelmente não está pensando apenas na política adotada pela China, que mantém o yuan, a moeda nacional, atrelado ao dólar. Está pensando também na operação de afrouxamento monetário quantitativo do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), que está despejando US\$ 75 bilhões por mês em moeda emitida na recompra de títulos do Tesouro americano.

Mantega está reforçando suas próprias denúncias sobre a tal guerra cambial. Só que fica muito difícil sustentar o argumento da manipulação cambial quando o Banco Central e agora o Tesouro Nacional não param de intervir no câmbio e anunciam ainda mais medidas.

Ninguém está dizendo que o jogo do Brasil está errado. O que está sendo lembrado é que quem cospe para cima na cara lhe cai, como diz o ditado, a menos que a manipulação cambial defensiva, seja aceitável enquanto a ativa, não.

Como em toda guerra, nessa guerra cambial a primeira vítima é a verdade. No mais, nesse imenso diálogo de surdos, cada um fala o que lhe convém.

Confira

- **Esquizofrenia**

A política cambial do Brasil está ficando esquizofrênica. O Banco Central continua dizendo que não tem meta de câmbio. Reafirma que apenas atua no mercado com o objetivo de reduzir volatilidades.

- **Meta cambial**

Ontem, o ministro Guido Mantega divulgou as novas atribuições do Fundo Soberano do Brasil. Ele agora vai atuar no mercado de derivativos (mercado futuro de moeda estrangeira) com o objetivo declarado de impedir nova valorização do real. E quem vai atuar em nome do fundo é o Banco Central.

- **Contradição**

Já estava difícil entender que o Ministério da Fazenda atue no câmbio com objetivos diferentes do Banco Central. Mas agora fica mais difícil entender que o Banco Central possa atuar de maneira contraditória. Vai continuar nas compras de dólares no mercado à vista apenas para impedir volatilidades. Mas, em nome d Fundo, vai atuar nos derivativos para defender um piso cambial.

5.2.1 Leitura retórica de *Guerra é guerra*

O título do artigo é uma metáfora de guerra e é uma máxima muito difundida (recurso persuasivo para aproximar o orador do auditório). Esse título serve para o orador explicar a ideia de guerra e é um raciocínio a ser usado por ele para se referir à “guerra cambial”, termo usado pelo ministro Guido Mantega para se nomear o afluxo da moeda estrangeira em países emergentes.

No texto, o orador parte de uma comparação entre as visões do presidente do Banco Central Europeu (BCE): Jean-Claude Trichet e a visão o ministro da Fazenda Guido Mantega a respeito do afluxo da moeda estrangeira (resumida na metáfora: “animal” pelo orador).

Para o orador, a tese foi que mesmo as duas autoridades se referindo ao afluxo da moeda estrangeira (em termos simples: um grande contingente de dinheiro estrangeiro) elas tinham visões diferentes sobre o mesmo tema. Para Mantega, o afluxo é a guerra cambial; para o presidente do BCE é um problema de excessiva entrada de capitais estrangeiros nos países emergentes, o que provoca alta da inflação.

A questão retórica (a imperfeição observada pelo orador) é o fato do presidente do BCE se contradizer sobre o problema do afluxo de moeda estrangeira, ou seja, ele afirma que este se constitui como um problema, mas, em sua política, junto à dos Estados Unidos continua mandando excesso de dinheiro para os países emergentes e isto é exemplificado na passagem: *“Trichet advertiu ontem, na Basileia, no encontro de presidentes de bancos centrais, para o problema da excessiva entrada de capitais nos países emergentes, como se os bancos centrais dos países ricos, inclusive o que ele próprio dirige, não tivessem nada a ver com essa aterrissagem de dólares e de euros. Ela só está acontecendo porque os bancos centrais dos Estados Unidos e da área do euro estão despejando quantidades recordes de moeda no mercado, alegadamente para irrigar economias estagnadas, ignorando que o resultado disso é a desestabilização denunciada pelo próprio Trichet.”*

Nessa passagem, há o argumento da estrutura do real por ligação de sucessão, estabelece vínculos entre os fatos.

Sobre a visão de Mantega, o orador questiona a atuação do ministro e a coloca como incoerente, a exemplo da passagem: *“E Mantega denunciou em entrevista ao Financial Times, de Londres, a forte entrada de capitais e o estrago que provoca na competitividade das empresas brasileiras, como se a política que ele próprio põe em prática não tivesse nada a ver com isso. O ministro ignora o fato de que boa parte dessa enxurrada só acontece porque o governo federal gasta demais, despeja recursos no mercado, cria renda e consumo acima da capacidade de oferta da economia. E esquece também o fato de que, por não cumprir sua parte na austeridade das finanças públicas, o Banco Central do Brasil não tem outra saída senão puxar a alavanca dos juros. E, assim, os capitais chegam (ou deixam de sair) para tirar proveito dos juros altos aqui dentro.”*

Em seguida, o orador justifica seu posicionamento contrário à política econômica do ministro brasileiro, nas passagens: *“Mantega foi além. Avisou que vai denunciar no Grupo dos 20 (G-20) a manipulação cambial...”* *“Não dá para saber o que o ministro Mantega define exatamente como “manipulação cambial”. Ele provavelmente não está pensando apenas na política adotada pela China, que mantém o yuan, a moeda nacional, atrelado ao dólar. Está pensando também na operação de afrouxamento monetário quantitativo do Federal Reserve...”* Dessa forma, o orador estabelece um raciocínio para demonstrar as inadequações da atuação do ministro em questão e também, os elementos que evidenciaram o problema que o motivou ao ato retórico de escrever o artigo de opinião.

Além disso, observa-se a presença de argumentos da autoridade por citar nomes instituições e também de seus representantes. O ethos é a imagem, o caráter constituído desses senhores, caráter este que se confunde com a própria instituição: *“...o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, e o ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega...”*, *“...encontro de presidentes de bancos centrais...”*, *“... em entrevista ao Financial Times, de Londres...”*, *“Grupo dos 20 (G-20)...”* *“...Organização Mundial do Comércio (OMC)...”*, *“...Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos),...”*, *“... títulos do Tesouro americano.”*, *“... Banco Central e agora o Tesouro Nacional...”*.

O argumento com base na estrutura do real ocorre por uma relação de sucessão entre os fatos apontados: encontro dos presidentes dos bancos centrais na

Basileia para discutirem o problema da entrada excessiva de capitais nos países emergentes. Em seguida, há a entrevista do ministro brasileiro. Depois, o orador avalia a explicação dada pelo ministro para a política econômica adotada por ele e o problema da guerra cambial. Na avaliação, o orador aponta os equívocos feitos pelo ministro. É observado também o uso do valor da quantidade, a exemplo: “... despejando US\$ 75 bilhões por mês em moeda emitida na recompra de títulos do Tesouro americano.”.

Pelo raciocínio *apodíctico* e as demonstrações, exemplos, justificativas e pelo posicionamento do orador (“juiz”) a deliberar se as ações eram úteis ou não, adequadas ou não, o gênero do artigo foi o deliberativo. Outro aspecto a ser considerado é o auditório que é a coletividade, o cidadão. Isto se justifica por razão da preocupação do orador com a economia, fator importante para toda a sociedade.

Na finalização do artigo, ele ressalta que não estava totalmente equivocada a atitude do ministro da Fazenda: “*Ninguém está dizendo que o jogo do Brasil está errado...*” é interessante salientar que mesmo afirmando esta ideia, o orador já deixou claro, pela explanação que fez ao longo do discurso, que o ministro não agiu adequadamente e usou de uma “verdade” que lhe convinha para justificar sua política monetária e o orador, mesmo discordando dele, não apresentou uma sugestão de solução.

Em relação às partes do discurso retórico se observa que no *exórdio*, o orador discute a divergência de conceitos de duas autoridades da economia (o presidente do Banco Central Europeu: Jean-Claude Trichet e o ministro da Fazenda do Brasil: Guido Mantega) referente ao afluxo de moeda estrangeira. Deste modo, a primeira autoridade o concebia como afluxo de moeda e a segunda, como guerra cambial.

Na *elocutio* e *dispositio*, as provas são organizadas a partir de fatos como discussões, o encontro dos presidentes de bancos centrais na Basileia, dentre outros. Há também, a descrição dos discursos dessas autoridades e enfatiza o posicionamento do ministro brasileiro e faz questionamentos e demonstrações do valor da desconfiança na autoridade brasileira. Na *peroração*, o orador mantém sua tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisamos os argumentos com base na estrutura do real e os argumentos de autoridade e a construção do verossímil, estudados no âmbito da retórica, presentes em artigos de opinião, em particular, os de temática econômica, escritos pelo jornalista Celso Ming.

A metodologia de análise foi a denominada qualitativa e o método adotado para análise foi o de coleta de textos, artigos do autor em questão, foi a análise documental que permitiu uma leitura retórica em dez artigos escritos pelo jornalista Celso Ming, publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, no período de 1º/01/2011 a 11/01/2011.

A base teórica fundamentou-se nos estudos retóricos de Aristóteles (2005), Chaim Perelman e Lucie Olrechts-Tyteca (2005), Olivier Reboul (2004), Michel Meyer (2007) e Luiz Antonio Ferreira (2010) permitiu-nos realizar uma leitura retórica e a partir destas, selecionar as categorias de análise.

Para desenvolver o estudo, norteamo-nos pelas seguintes perguntas sobre o ato de comunicar pelo jornal impresso, ou seja: a quem atende? O quê se divulga? Quais as consequências desse ato retórico (o texto)? Estes questionamentos nos direcionaram a observação das estratégias argumentativas do orador para responder às intenções do veículo de comunicação e dessa forma, à leitura retórica que contribuiu, inclusive, para uma visão mais consciente do artigo opinativo de temática econômica, ao se considerar as condições de argumentação e o auditório.

Com base nessa reflexão, estabelecemos os objetivos:

- c) Geral:** analisar, pela perspectiva da retórica, os artigos de opinião escritos pelo jornalista Celso Ming.
- d) Específicos:** identificar nos artigos os argumentos: com base na estrutura do real e de autoridade.

Relacionar a configuração do real e do verossímil.

Guiados por tais objetivos, elencaram-se as categorias de análise: I) identificação do gênero retórico e da questão retórica. II) identificação do contexto retórico, III) dos elementos que evidenciam o problema e da solução do problema, IV) A identificação com a estrutura do discurso retórico: *inventio*, *dispositivo*, *elocutio* e *peroração*.

Os resultados obtidos: os artigos foram escritos no período de dez dias, de 1º de janeiro de 2011 a 11 de janeiro deste mesmo ano. A justificativa para escolha dos textos neste período foi o contexto pós-crise americana de 2008 e a expectativa promovida por este referente a um novo governo que se instaurava no Brasil, assim, os atos retóricos (os textos disseminados em jornais de grande credibilidade, como *O Estado de São Paulo*, formador de ideologias), fez dos artigos de opinião se constituir em mecanismos de influência dos leitores.

Ademais, observamos que o gênero que prevalece é o deliberativo em todos os artigos analisados, por motivo de se fazer uso do conselho e da preocupação do orador com o coletivo, uma preocupação com a economia, que pode ser vista também como uma preocupação política. O auditório considerado pelo orador variou em consonância com cada artigo entre o universal e o particular.

No primeiro texto *Calote na área do euro*: há uma reflexão que envolve dois tipos de auditório: este, de universal, transforma-se em particular, visto que o orador, inicialmente, considera bancos e depois, volta-se para os cidadãos comuns. No artigo *Como domar a inflação?* O gênero também é deliberativo, o auditório considerado é o leitor do jornal OESP, visto que a temática abordada, ou seja, a de mudança de governo e de instabilidade econômica (que se constitui como um desafio para a nova gestão). Por motivo de aconselhar, o gênero também é deliberativo.

Raras e cobiçadas discute a respeito das terras raras, minérios de grande relevância econômica, o artigo aborda a temática econômica, a considerar o mercado nacional e internacional. Novamente o gênero é o deliberativo por sua preocupação com o mercado, a economia do país e conseqüentemente, se ateve a um auditório universal.

Em *Ainda falta muito* o gênero constatado é o deliberativo, visto que o orador julga como verdadeira ou falsa a sentença, no caso, a promessa de *carro do futuro, promessa*, da Nissan aos consumidores. O auditório particular, pois além sua preocupação a uma avaliação de promessa da Nissan, aos consumidores.

Em *Austeridade e juros*, o gênero também é o deliberativo por demonstrar uma preocupação com as medidas tomadas pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega, portanto, a preocupação é política por se ater à coletividade e avaliar como corretas ou não, justas ou não, as ações tomadas pela autoridade política. O auditório é o universal por razão da preocupação se considerar todos os brasileiros.

No texto *Não é só o que parece*, o gênero é o deliberativo, por haver um “julgamento” das ações do Banco Central. O auditório é o universal por se preocupar com todos os brasileiros.

Em *A inflação mostra força*, o gênero também é o deliberativo, novamente, o jornalista-redator, Celso Ming, avalia a sentença de aniquilar a inflação, como verdadeira ou não. O gênero assim constatado se justifica pelo orador demonstrar preocupação política e o auditório é o universal por se ater aos cidadãos brasileiros.

No texto *Pouco progresso*, o tema é a reflexão sobre a economia americana, vista como uma forte economia mundial, embora em recessão. O gênero foi o deliberativo e a preocupação com a economia americana revela um auditório universal.

O texto *Guerra é guerra* trata da guerra cambial na visão de duas autoridades da política econômica: Jean-Claude Trichet presidente do Banco Central Europeu e o ministro da Fazenda Guido Mantega. Nesse artigo, o gênero é o deliberativo e o auditório é o universal, a preocupação com as consequências da política econômica para os cidadãos brasileiros, visto que o orador, embora tenha analisado o posicionamento do presidente do Banco Central Europeu, relaciona o fato de esta autoridade agir de forma incoerente em relação ao fluxo de moeda estrangeira e continuar a fornecer este excedente ao Brasil e conseqüentemente, isto provocar inflação.

Os argumentos de base na estrutura do real em parte dos artigos estudados revelam uma tendência de sucessão, como observado nos seguintes textos: *Calote na área do euro?*, *Raras e cobiçadas*, *Ainda falta muito*, *Austeridade e juros*, *Pouco progresso*, *Guerra é guerra*. O argumento da estrutura do real de direção foi observado no artigo *Como domar a inflação?*.

Foi verificada a não apresentação de solução para os seguintes artigos: *Calote na área do euro?*, *Como domar a inflação?*, *Raras e cobiçadas*, *Ainda falta muito*, *austeridade e juros*, *Não é só o que parece*, *Pouco progresso*, *guerra é guerra*. No entanto, no artigo em que se percebeu uma solução parcial sugerida pelo orador foi *A inflação mostra força*.

Dentre os valores observados nos artigos, prevalece o da quantidade e em alguns se observam o da qualidade, da desconfiança e da utilidade. Dessa forma: **a) da qualidade:** no texto *Austeridade e juros*, **b) da desconfiança:** em *Austeridade e juros*, *Não é só o que parece*, *A inflação mostra força*, **c) da utilidade:** em *Pouco progresso*, **d) da quantidade:** em todos os textos analisados.

Observa-se também que em todos os artigos de opinião analisados, o raciocínio utilizado pelo orador é o apodíctico e o uso de exemplos, com base em índices constituem o argumento de base na estrutura do real. O argumento da autoridade é percebido pelo uso de nomes de autoridades ou de instituições a elas vinculadas. A construção do verossímil se realiza pelo uso de índices, de valores, de marcas linguísticas, utilizadas para promover a aproximação com o leitor e, portanto, se constituem como elementos persuasivos.

Devemos destacar que a leitura retórica permite a relação entre as áreas do conhecimento retórica, economia e língua portuguesa. Dessa forma, entendemos que esta investigação sobre os artigos de opinião de temática econômica, pode contribuir para uma melhor compreensão dos artigos desta última área.

Ressaltamos que o corpus pode proporcionar outras possibilidades de interpretação, visto que uma leitura retórica se atém aos discursos que se enquadram como persuasivos e os estudos de Aristóteles (2005), de Perelman-Tyteca (2005), Olivier Reboul (2004), Michel Meyer (2007) e Ferreira (2010) possibilitarão outras percepções e outras categorias analíticas para novas pesquisas. Vale lembrar que a argumentação é um recurso a favor dos que possuem o poder de bem sabê-la e é presente na linguagem, como já explica o professor Fiorin, na obra *Argumentação* (2015):

O senso comum tem a concepção de que a argumentação é uma questão de conceitos, servindo a linguagem para revesti-los. No entanto, essa concepção é errônea, pois os conceitos são significados criados pela linguagem humana. Portanto, a argumentação é uma questão de linguagem.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth (Org). **Imagens de si no discurso, a Construção do Ethos**. São Paulo: contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro. 2005.

BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. **ReVEL**, vol. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <www.revel.inf.br>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CAGNIN, Rafael Fagundes et. al. **A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300011&script=sci_arttext&lng=p>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CASTRO, Kátia Castro; BRUCK, Salomão Mozahir. **Radiojornalismo: retórica e vinculação social**. Prefácio de Sonia Virgínia Moreira. São Paulo: Intermeios: 2012.

COSTA, Hipólito José da Costa. **1774-1823**. Hipólito José da Costa; organização e introdução Sergio Goes de Paula. São Paulo: Ed. 34, 2001 (Coleção Formadores do Brasil)

FERREIRA, Luiz Antonio; BACARENSE, Luciana. **A Retórica do Poder e o Poder da Retórica**. A Retórica do Opressor. 1ª ed. São Paulo: LPB, 2010.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e Persuasão: princípios de análise retórica**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Figuras de Retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

GUIMARÃES. Elisa. Figuras de Retórica e Argumentação. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org). **Retórica do Ontem e do Hoje**. São Paulo: Humanitas, 1997.

GUIMARÃES, Elisa. A Dimensão Figurativa na Retórica. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org). **Retórica do Ontem e do Hoje**. São Paulo: Humanitas, 1997.

IBGE. **Cidades**. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2ª ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, José Marques de. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: Ed. FTD, 1987.

MELO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. rev. ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MEYER, Michel. **A Retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo Estadão**. Disponível em:
<[www.http://acervo.estadao.com.br/](http://acervo.estadao.com.br/)>.

O ESTADO DE SÃO PAULO: **Histórico Grupo Estado**. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/cont1.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

PERELMAN, Chaim; TYTECA, Lucie Olbrechts. **Tratado de Argumentação: a nova retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SOUSA, Américo de. **Retórica e discussão política**. Universidade da Beira Interior, 2010. Disponível em: <www.boc.ubi.pt>.

UBER, Terezinha de Jesus Bauer Uber. **Artigo de opinião: estudos sobre um gênero discursivo (2007-2008)**. Disponível em:
<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_terezinha_jesus_bauer_uber.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

VALOR ECONÔMICO. **Origem, causas e impacto da crise, 13/09/2011.** Disponível em: <<https://jlcoreiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico13092011/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – CALOTE NA ÁREA DO EURO?



B2 | Economia | SÁBADO, 1 DE JANEIRO DE 2011

ESTADO DE S. PAULO

CELSO MING
celso.ming@globo.com.br

Calote na área do euro?

Uma das razões que justificam a criação do euro pelo Tratado de Maastricht, em 1999, foi a de que a moeda única blindaria os países do bloco contra situações de default (incapacidade de honrar seus compromissos).

No entanto, 2010 foi o ano em que a área do euro se deu conta de que terá de lidar com a quebra de Estados soberanos. E, nesse processo, há os que entendem como inevitável que os bancos assumam certo calote da dívida europeia e há aqueles que pensam que tal calote seria um desastre maior do que aquele que está em curso.

A primeira autoridade a reivindicar a reestruturação da dívida dos países da área do euro incapazes de honrar seus compromissos foi o chanceler da Alemanha, Angela Merkel. Reestruturação significa empurrar para os credito-

res pelo menos parte da encrência.

Essas declarações procuram atender a dois problemas. O primeiro é o de que não se pode deixar a maior parte do ajuste para o contribuinte dos países responsáveis com as contas públicas (Alemanha, Áustria e Holanda). E o segundo, o de que não vai haver recursos suficientes para transferir a países de tamanho médio se forem obrigados a pedir socorro. A Grécia consumiu € 110 bilhões e a Irlanda, € 85 bilhões. Imagine-se o que não acontecerá se Espanha e Itália também sucumbirem.

O especialista Kenneth Rogoff, da Universidade Harvard, escreveu artigo no dia 5 de dezembro avisando que a reestruturação é inevitável. Ele lembrou que foi o FMI no Brady que salvou a América Latina do naufrágio geral nos anos 80.

Na outra ponta do espectro há os que pedem que se pare de falar nisso. O ministro de Finanças da Irlanda, Brian Lenihan,



Merkel. Reestruturar a dívida

por exemplo, advertiu que essas pressões elevam os custos de financiamento das famílias e tudo fica muito mais difícil. Pode-se argumentar que o aumento dos juros cobrados na colocação dos títulos dos países excessivamente endividados tem de ser visto como uma espécie de seguro contra quebras e que, portanto, já embute a aceitação dessa eventualidade. Mas o problema não para aí. Está em tam-

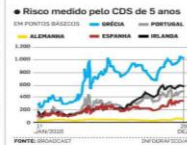
bém aumentar o risco do sistema.

O caso da Irlanda é a demonstração de que é preciso ir mais devagar com essa exigência. A dívida irlandesa só saltou em dois anos de 25% para 65,5% do PIB porque seu Tesouro foi obrigado a socorrer seus bancos. O naufrágio do seu sistema financeiro provocaria não só uma quebra de uma rede bancária em risco a rede bancária e as finanças dos países vizinhos. Sua Inglaterra detém cerca de 120 bilhões de libras em empréstimos a bancos irlandeses. E, como relata o comentarista do Financial Times Martin Wolf, em 2009 os bancos da Alemanha eram credores dos países mais complicados em cerca de 16% do seu PIB. E os da França, em 15%.

Ou seja, no momento em que for deflagrado um processo de reestruturação de alguma dívida soberana, aumentará a rejeição dos títulos dos países mais enfraquecidos porque o risco de reestruturação em cadeia aumentará. E, a partir do momento em que as finanças dos bancos estiverem ainda mais ameaçadas, serão inevitáveis novas injeções de recursos públicos para evitar o colapso. Essas injeções, por sua vez, tenderão a provocar a deterioração das finanças públicas.

São essas razões que levam à conclusão de que está muito distante uma solução para a crise. A Europa ainda vai sangrar muito até conseguir a cura. E é claro, a doença do euro terá lá seu impacto na economia mundial, inclusive no Brasil.

CONFIRA



No gráfico, você tem o acréscimo que os países em crise na Europa têm de pagar para rolar sua dívida.

● O 17º sócio
Em meio à maior crise da área do euro, quando se discute inclusive a possibilidade de dissolução da moeda única, eis que o bloco recebe hoje o mais novo membro (o 17º), a pequena Estônia, com 1,3 milhão de habitantes e PIB de US\$ 19 bilhões. Ela chega tímida, ostentando as melhores condições fiscais de toda a área: um déficit orçamentário de apenas 1,7% do PIB e uma dívida pública só de 7,2% do PIB.



Opinião

Brasil 2011: sob nova direção

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

O primeiro dia de 2011 coincide com a posse da nova presidente Dilma Rousseff. Depois dos dois mandatos do presidente Lula, Dilma herda uma situação econômica dubia, como analisaremos a seguir. Se por um lado a nova gestão será sempre comparada à sua predecessora, sob outro aspecto, há características singulares a serem destacadas. Lula se destacou pelo seu carisma, intuitivo, capacidade de articulação política e comunicação, o que lhe proporcionou terminar o seu segundo mandato com recorde de aprovação popular.

Dilma, por sua vez, dotada de formação técnica em questões econômicas e uma trajetória profissional de gestora bem-sucedida, poderá conduzir avanços para solidificar a posição brasileira. Se o governo anterior se pautava fortemente no personalismo do presidente, o novo precisará de coesão na equipe para fazer os ajustes de sintonia fina, de forma a garantir a continuidade. Contrariamente, neste ponto, é preciso mudar para manter. Isso porque as escolhas de política econômica em

vigor estão esgotadas. Para sustentar o crescimento da economia será preciso uma melhora qualitativa, tanto da combinação das políticas econômicas quanto da gestão. Não se trata de uma tarefa fácil, mas, por outro lado, passível de ser realizada. Para isso, o perfil da presidente e dos principais membros de sua equipe é um fator que joga a favor da mudança.

Garantir as condições para a expansão do investimento continua sendo um dos principais desafios para a economia brasileira. Somente a expansão da capacidade de oferta da economia, em um sentido amplo, eliminando gargalos na infraestrutura e na capacidade de produção das empresas, vai evitar três contratempos estruturais: risco de crescimento da inflação provocado por descompasso entre oferta e procura; o excessivo aumento das importações, provocando desequilíbrios na balança comercial; e, por último, e mais grave, em consequência dos dois primeiros, a necessidade de restringir o consumo e o crescimento econômico.

Nesse sentido, os dados mais recentes de desempenho da economia brasileira denotam um quadro dubio. Aspectos bastante positivos contrastam com outros, preocupantes. O dado positivo é que a economia brasileira deve ter crescido cerca de 8% em 2010, o que representará o melhor desempenho dos últimos 25 anos. Avisa-se, porém, o fato de que o investimento tem crescido bem acima da demanda. A formação bruta de capital fixo, que representa o

total de investimentos em construção civil e máquinas e equipamentos, cresceu 20,4% nos últimos 12 meses acumulados até outubro. Isso é mais de três vezes o crescimento do consumo das famílias, que no mesmo período cresceu 7%, ambos os dados apurados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse quadro reflete uma forte recuperação do investimento, item que mais caiu na crise de 2008/2009 e que, embora ainda aquém do desejável e necessário, mantendo-se esse ritmo, propiciará uma maior sustentabilidade do desempenho futuro da economia.

O perfil da presidente e dos principais membros de sua equipe é um fator que joga a favor da mudança.

Mas há um outro lado, bastante preocupante: o crescimento exponencial das importações, em detrimento da produção local e das exportações. As importações brasileiras vêm crescendo a um ritmo próximo de 40%, comparativamente a 2009, enquanto as exportações, apenas cerca de 10%. Produtos vindos de fora estão roubando parte do crescimento interno. A economia brasileira se transformou em uma fonte geradora de empregos na China, na Coreia do Sul e em outros países dos quais importamos.

Essa é uma trajetória indesejável por nos privar de criar empregos e renda de

qualidade, e insustentável no médio e no longo prazos pelos seus efeitos deletérios sobre o balanço de pagamentos e, consequentemente, para a saúde da economia brasileira.

O déficit em conta corrente do balanço de pagamentos acumulado nos últimos doze meses já se aproxima de US\$ 50 bilhões, o equivalente a aproximadamente 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Embora em números absolutos – e mesmo relativos – ainda não representem um risco para a solvência da economia brasileira, principalmente levando-se em conta o nível atual de reservas cambiais, próximas de US\$ 300 bilhões, há que se ter cautela. O ritmo de crescimento do déficit corrente tem sido muito rápido, o que poderá fazer com que dobre nos próximos dois anos se, nada for feito para corrigir a trajetória.

Os primeiros sinais das mudanças qualitativas da política econômica são, em contrapartida, bastante bem vindas. Há uma percepção clara de que é preciso descentralizar as medidas de política monetária ainda fortemente respaldadas na taxa básica de juros (Selic) elevada e ampliar o leque de instrumentos. Isso evitará a pressão sobre a valorização do real e o aumento do custo de financiamento da dívida pública.

Não se deve, por outro lado, esperar que medidas fiscais e monetárias possam por si só corrigir o desalinhamento do real. É preciso aprimorar a política cambial brasileira, fazendo uso de todos os instrumentos possíveis para

enfrentar os desdobramentos da chamada guerra cambial internacional.

Ao mesmo tempo é preciso garantir que os gastos correntes do governo cresçam abaixo do desempenho médio da economia e da arrecadação. Isso tudo combinado pode propiciar uma importante mudança qualitativa no mix das políticas macroeconômicas em vigor. Há ainda medidas em curso para estimular o crédito e financiamento de longo prazo, algo crucial para suportar a demanda dos novos projetos de investimentos.

Sob o ponto de vista das políticas de competitividade há ainda todo um capítulo de aspectos de políticas industrial, comercial e de tecnologia inovadora que podem ser aperfeiçoados para fomentar o fortalecimento e criação de novas competências da indústria brasileira. Não podemos nos dar ao luxo de correremos o risco da desindustrialização da economia brasileira. Já está mais do que na hora de enfrentarmos o problema com determinação. Os dados sobre a desarticulação de cadeias produtivas denotam um quadro dramático, que carece de ações imediatas.

● ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNICAMP E PROFESSOR DO INSTITUTO DE DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FUSP. COLABORA ENTRE OUTROS LIVROS, DE "ECONOMIA BRASILEIRA" (SARATÁVA) E MAIL: ACLACERDA@FUSP.BR

Panorama Econômico

ANGELA MERKEL
CHANCELEIRA DA ALEMANHA
"A Europa passou por um grande teste. Temos de fortalecer o euro. A Alemanha precisa da Europa e de nossa moeda."

GEORGE PAPANDREOU
PRIMEIRO-MINISTRO DA GRÉCIA
"Estamos travando uma batalha contra as debilidades de um sistema bancário e contra os desequilíbrios na zona do euro."

HU JINTAO
PRESIDENTE DA CHINA
"A China vai implementar uma política monetária prudente e uma política fiscal ativa no próximo ano."

PETROBRÁS NOS EUA
Refinaria é citada por irregularidades
A Administração de Segurança e Saúde Laboral dos Estados Unidos citou a refinaria da petrobrás em Houston, Texas, por 21 violações de segurança que podem ser convertidas em penalidades de até US\$ 115,6 mil, segundo comunicado da agência. A refinaria, que é operada pela Pasadena Refining System Inc.,

subsidiária da Petrobrás, não teria previsto suportes para sustentar os dutos nem construído andaimes de forma apropriada ou assegurado atualização dos procedimentos de operação, entre outras violações, de acordo com o comunicado. Um porta-voz da Petrobrás não comentou o assunto. A estatal brasileira passou em 2009 a deter 100% da refinaria, que tem capacidade de 100 mil barris diários de petróleo. A empresa tem 15 dias para contestar as citações.

"O governo perdeu uma oportunidade muito importante de reverter parte da explosão dos custos da energia para os consumidores."

Paulo Pedrosa
PRESIDENTE EXECUTIVO DA ABRADE
SOBRE A PROLONGAÇÃO DA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO (RGR) ATÉ 2015

METALIS PRECIOSOS
Ouro tem maior alta anual desde 2007
O ouro subiu ontem tendo a maior alta anual desde 2007 e marcando o quinto mês seguido de ganhos em dezembro, impulsionado por um dólar mais fraco e pelas incertezas econômicas mundiais. O complexo de metais preciosos teve avanço estelar em 2010, liderado pela valorização de 95% do paládio, em um amplo rally de com-

Contração
O ano de 2010 termina com números negativos para a indústria frigorífica da Argentina
60,2%
foi o recuo registrado nas exportações de carnes frescas de janeiro a novembro em relação ao mesmo período de 2009

42,5%
foi a queda do faturamento do setor no período

ANEXO B – AUSTRERIDADE E JUROS

ESTADO - BR - 2 - 06/01/11

B2 -

CMYK

B2 | Economia | QUINTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CELSON MING
celso.ming@grupoestado.com.br

Austeridade e juros

A entrevista do ministro da Fazenda, Guido Mantega, não foi apenas a tentativa de segurar a cotação do dólar no chão. Deu novas indicações de como a administração Dilma pretende reorganizar a economia. O problema será colocar em prática projetos às vezes confusos e nem sempre conciliáveis.

A primeira questão é, naturalmente, a do câmbio, que tem a provocar valorização ainda maior do real, movimento que tira competitividade da indústria. Mantega interpreta a derrubada do dólar das últimas duas semanas como consequência da retomada dos negócios lá nos Estados Unidos. Ou seja, para ele são os investidores internacionais que se sentem mais confiantes, tiram a cabeça da toca e enfrentam mais o risco e, com

isso, mais dólares rumam para o Brasil. Se for isso e se for confirmada a recuperação da economia americana, é preciso estar preparado para mais duas consequências. A primeira delas é o inevitável aumento do consumo por lá e, com ele, mais pressão inflacionária, especialmente sobre alimentos e combustíveis. Se, de um lado, a investidor alta os juros nos Estados Unidos, que se seguirá à recuperação, produzirá valorização do dólar no câmbio interno (o que Mantega festeja), de outro, puxará a inflação aqui no Brasil.

Detodo modo, uma boa reação do mercado americano não colocará ponto final na crise global. O risco de uma nova rodada de naufrágios na área do euro ainda não foi eliminado. E, se algo de grave acontecer, a economia dos Estados Unidos, mesmo em fase de recuperação, não será poupada.



Mantega. Caminho para os juros

Afora isso, o aumento das posições de risco continuará a despachar mais recursos para o Brasil e, dessa forma, pressionará para ainda maior valorização do real. Mantega avisa que combaterá a entrada de capitais especulativos. Esse não é um bom caminho. Se o capital é especulativo, e, portanto, de curto prazo, o tanto de valorização do real que causará na entrada no País provocará de desvaloriza-

ção na saída que virá, como se entende, logo em seguida. Para que, então, combater com providências complicadas e de efeito duvidoso o que não vai durar?

Mantega disse mais: "Vamos cortar os gastos para abrir espaço para a redução dos juros." É a primeira vez que o ministro põe a política fiscal como aliada da política monetária. É, também, o reconhecimento de que o excesso de despesas públicas produziu elevação do consumo e, portanto, inflação. Na medida em que a austeridade for colocando o consumo no seu tamanho certo, o Banco Central não terá o mesmo tanto de inflação a combater e poderá derrubar os juros. Juros mais baixos, por sua vez, contribuirão para impedir valorização excessiva do real porque desestimularão a entrada de capitais com o objetivo de tirar proveito dos juros mais altos aqui dentro.

O problema é que a inflação vai escapando da meta (de 4,5% neste ano) e o primeiro movimento do Banco Central neste início de administração não será reduzir os juros. Será aumentá-los. Ou o governo federal derrubará para valer as despesas públicas e os juros poderão cair algum tempo depois ou não levará tão a sério essa orientação e eles continuarão lá em cima. Nesse caso, a política cambial perderá um forte aliado contra novas valorizações do real (baixa do dólar). Mas vai saber até que ponto o governo fará o que diz.

PASSARAM LONGE

● Apostas do mercado para o Índice Bovespa no final de 2010

Banco/Corretora	Previsão	Variação no ano*
Agora	85 mil	23,8%
Amra	82 mil	18,6%
Banco do Brasil	83 mil	21,0%
Bornfeld	83 mil	21,0%
BofA Merrill Lynch	87 mil	26,8%
Bradesco BB	81 mil	18,1%
Fator	80 mil	16,6%
Graciele Futuro	85 mil	23,8%
Itaú	80 mil	16,6%
HSBC Asset	85 mil	23,8%
Itim G&I	80 mil	16,6%
Link	85 mil	23,8%
Planner	85 mil	23,8%
Santander	80 mil	16,6%
Votorantim Asset	87 mil	26,8%

* Em relação a 31/12/2009

Fonte: Bovespa e Corretoras

A tabela acima, publicada pela Coluna dia 31 de dezembro de 2009, mostra como os analistas de mercado dos principais bancos e corretoras projetavam o comportamento da Bolsa em 2010. Eles erraram demais. O Índice Bovespa fechou o ano passado com 89.304,81 pontos, 16,6% abaixo dos 83.133,33 pontos que foi a média das previsões. Já saber por que erraram tanto.



Todo sábado no Estadão.

Editorial econômico

À espera de uma urgente reforma do câmbio



O ministro da Fazenda, Guido Mantega, convocou a imprensa para anunciar medidas relativas à taxa cambial, excessivamente valorizada em relação ao dólar. O anúncio foi que nada mudaria, mas que o governo adotaria medidas caso haja uma deterioração maior da taxa cambial.

O anúncio da convocação da imprensa teve um efeito sobre as cotações do câmbio, num primeiro momento, mas, no fechamento, a alta do dólar limitou-se a 0,78% e não parecia que haveria impacto sobre as cotações que, no meio da tarde, estavam ainda abaixo de R\$ 1,70, o que, desde algumas semanas atrás, parece ser a linha de defesa da moeda nacional.

No entanto, a divulgação pelo Banco Central (BC) dos dados relativos ao fluxo cambial em 2010 mostra a urgência de se tomar medidas nessa área. O fluxo foi positivo em US\$ 24,354 bilhões, com redução de 15,2% em relação ao ano anterior, porém 72,4% inferior ao fluxo cambial de 2007, anterior à crise internacional. A exportação gerou entradas 22,2% maiores do que em 2009, graças a um forte aumento dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC). As importações acusaram crescimento de 140,1%. No caso das operações fi-

nanceiras, o saldo positivo de R\$ 26,024 bilhões resultou de um aumento de 12,8% das compras (isto é, do endividamento) e de 54,7% das vendas de divisas.

Para evitar maior valorização da moeda nacional, o BC comprou US\$ 41,417 bilhões no mercado cambial, 73,3% a mais do que no anterior, compras que responderam pela maior parte da formação de reservas internacionais do BC, que cresceram US\$ 43,8 bilhões no ano passado. Sabe-se que a manutenção dessas reservas tem um custo muito elevado, pois são essencialmente aplicadas na compra de títulos do Tesouro norte-americano, cuja remuneração é muito baixa, mas exigem a colocação de títulos do Tesouro Nacional com remuneração de 10,75%.

A taxa cambial excessivamente valorizada, em razão do bom resultado da economia interna, mas também das entradas de divisas favorecidas pela remuneração que oferecemos aos investidores estrangeiros, está afundando a indústria nacional, que não tem mais um preço competitivo para exportar. Além disso, ao favorecer a entrada de produtos importados, contribui para elevar o déficit das transações correntes do balanço de pagamentos. Assim, aumentamos nossas reservas internacionais, mas quase na mesma proporção do aumento da nossa dívida externa bruta. É uma situação paradoxal.

Opinião

Fazer mais com menos



PAULO PAIVA

A economia brasileira está em expansão acelerada graças ao consumo doméstico, quer das famílias, quer do governo. Aumento do emprego, manutenção do poder aquisitivo dos salários e expansão do crédito são fatores essenciais para a alta do consumo das famílias. A grande transformação no padrão de demanda interna foi o aumento da última década de cerca de 45 milhões de pessoas no mercado consumidor – conquista a ser preservada nos anos vindouros.

Nos últimos anos, a expansão dos gastos públicos foi mais expressiva ainda. O governo ampliou sua atuação criou, por exemplo, mais universidades públicas federais; não deu continuidade a programas de concessões na área de infraestrutura, como de rodovias, de aeroportos e de portos; aumentou o número de servidores públicos; concedeu reajustes acima da média do setor privado na remuneração de várias categorias profissionais; e expandiu a dívida pública bruta para capitalizar o BDES. Aumentos reais do salário mínimo ampliaram o déficit da Previdência Social.

Do aquecimento da demanda resultou inflação acirradamente acima da meta – 5,7% ante 4,5% – com projeção de tendência crescente nos próximos meses de 2011. Assim, neste ano o principal

desafio da política macroeconômica será o controle da inflação. A política fiscal pode ter papel relevante nessa tarefa. Visando a resultados de curto prazo, o equilíbrio do lado fiscal já é conhecido: cortes e contingenciamento do orçamento. Mas, para buscar o equilíbrio de médio e de longo prazos e oferecer maior flexibilidade à ação do Banco Central, é preciso revisar a política fiscal.

De um lado, é fundamental rever o escopo das políticas públicas. É insustentável o crescimento do governo. Por exemplo, a pavimentação de um quilômetro de estrada gera uma despesa corrente permanente em sua manutenção. É hora de perguntar: o que deve o governo fazer e o que pode ser feito ou em parceria com a iniciativa privada? Concentrar a aplicação dos recursos públicos em bens públicos e coordenar as ações das três esferas de governo para se evitar duplicidade ou, muitas vezes, concorrência por programas que, eventualmente, possam gerar dividendos eleitorais, seria um bom começo. De outro lado, vale a pena concentrar esforços na melhoria da gestão, no como fazer. Gestão pública mais eficiente, com planejamento bem definido, metas estabelecidas e cobrança de resultados é o caminho para garantir o equilíbrio entre eficiência na alocação dos recursos e eficácia na ação do governo.

A experiência inovadora do governo Minas Gerais pode ser um exemplo a ser avaliado e adaptado às condições específicas de cada esfera administrativa. Procurar investir mais e gastar menos com essa máquina. Escolher claramen-

te o que fazer, ampliar a parceria com o setor privado e definir metas a serem cumpridas é o princípio. Com planejamento, seguir uma estratégia gerencial que absorva e adapte ao setor público práticas já consolidadas de gestão do setor privado, como cobrança e recompensa pelos resultados, meritocracia na escolha de gerentes e gestores e estímulo ao empenho dos servidores. Ademais, instituir programas de qualificação e requalificação dos servidores para a sua realocação visando a melhor eficiência e qualidade do trabalho.

Outra frente de mudança é a modernização nos processos de compras buscando ampliar a concorrência entre fornecedores e a transparência dos processos licitatórios. Deve-se também avançar na redução de custos e desperdícios. Essa é uma tarefa permanente e até hoje pouco efetiva. Requer rever processos visando a otimizar horas de trabalho e alocação de pessoas. É possível, com ou sem a ajuda de terceiros, fazer mais com menos gastos, ajustando as despesas públicas ao limite da receita para garantir o crescimento econômico e a inclusão de tantos brasileiros ao mundo encantado do consumo. Política fiscal objetivando a geração de superávits primários e o aumento persistente dos investimentos públicos abre caminho para crescimento sustentável com baixa inflação.

* PRESIDENTE DO BEM, FOI VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO BID E MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E DO TRABALHO

Panorama Econômico



ABDOLREZA ABBASSIAN
SECRETÁRIO DA FAO

"Estamos preocupados (com a alta do preço dos grãos), o motivo real da preocupação é a imprevisibilidade."



GERALDO ALCKMIN
GOVERNADOR DE SÃO PAULO

"Oiba, nós defendemos que os Estados produtores (grã-sal) tenham uma participação maior, isso é mais do que justo."



ROBSON BRAGA DE ANDRADE
PRESIDENTE DA CNI

"Às vezes, falar que vai fazer medidas deixa a gente até mais inquieto porque você não sabe que medidas são essas."

INVESTIMENTOS

● Brasil é o quinto no ranking de otimismo

Os empresários brasileiros estão entre os mais otimistas do mundo em relação ao desempenho da economia em 2011. O País ficou em quinto lugar no ranking dos mais otimistas. Segundo levantamento global da consultoria Grant Thornton, 79% dos executivos entrevistados esperam bons resultados para o ano que está começando.

À frente do Brasil no ranking, estão Chile, Índia, Filipinas e Suíça. Pela primeira vez, a América Latina aparece como a região com o maior índice de otimismo empresarial. A pesquisa mostrou também que as companhias brasileiras são as que mais preveem investimentos em máquinas e equipamentos durante 2011: 66% dos entrevistados pretendem aumentar os investimentos. A média mundial é de 35% e na China continental, de 47%.

"75% de nossas minas estão fora de operação por causa das enchentes. Isso tem um enorme impacto nos mercados e na produção internacional de aço."

Anna Bligh
PRIMEIRA-MINISTRA DO ESTADO AUSTRALIANO DE QUEENSLAND

ARGENTINA Governo pressiona empresas de energia

Temendo que novos apêndices ofusquem a recuperação da imagem da presidente da Argentina, Cristina Kirchner em ano eleitoral, o governo argentino pressiona as empresas energéticas para que aumentem seus investimentos no setor. Depois de aplicar uma multa de US\$ 17 milhões às companhias Enxenor, Edelap e Edesur por causa dos

● Energia em alta

A carga de energia medida pelo Operador Nacional do Sistema bateu recorde em 2010. O avanço da carga de energia no País em relação ao ano passado, superando a previsão de aumento do PIB no período, de 7,6% no ano. 56.577 megawatts médios é o recorde

ANEXO C – NÃO É SÓ O QUE PARECE

ESTADO - BR - 2 - 07/01/11

B2 -

CMK

B2 | Economia | SEXTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CELSON MING
celson.ming@grupoestado.com.br

Não é só o que parece

Em política, o que parece é — dizia em seu tempo o ditador de Portugal, António de Oliveira Salazar.

O Banco Central está vendendo a decisão como "providência macroprudencial". Ou seja, destina-se a evitar que, lá pelas tantas, se fosse deflagrada uma crise global como a que foi detonada pela quebra do Lehman Brothers, um banco ou um punhado deles fossem pegos no contrapé, com forte posição vendida em dólares e, assim, obrigados a comprar moeda estrangeira a um novo preço, arcando com fortes prejuízos. Ou seja, o Banco Central parece disposto a evitar que aconteça com os bancos e mesmo colapsos cambiais que, em 2008, atingiu grandes grupos empresariais brasileiros como a Sada, Amarc e Votorantim.

No entanto, a instituição de uma re-

tenção compulsória de 60% sobre as posições vendidas em moeda estrangeira não constitui apenas um seguro contra eventuais descalços de curto prazo no câmbio. Produz o inequívoco efeito colateral de conter a queda do dólar.

Até agora, o Banco Central avisava que as intervenções no câmbio se destinavam tão somente a neutralizar a excessiva volatilidade no câmbio. Neste momento, pelo menos está vendendo o risco de excessiva exposição dos bancos a transações cambiais.

A cada posição vendida, há sempre uma posição comprada. Por que, então, o Banco Central está restringindo suas medidas macroprudenciais apenas a posições vendidas dos bancos e não também as compradas? Aparentemente porque o quase único comprador é ele próprio. Porque conta com a permanente disposição do Banco Central em adquirir



Mendes. 'Vendidos em US\$ 16,8 bi'

moeda estrangeira é que o mercado interno do câmbio não vinha tendo o aumento de suas posições vendidas em dólares. A decisão de ontem desmacha em parte esse jogo.

De todo modo, não dá para dizer que seja um devastador tiro de canhão. Ao contrário, é uma decisão de baixo calibre preocupada em vir marcada pelo gradualismo. O diretor de Política Monetária,

Aldo Mendes, avisou que a posição vendida pelos bancos ao final do ano passado era de US\$ 16,8 bilhões. O volume a ser submetido ao compulsório de 60% é o que exceder os US\$ 3 bilhões em cada banco (ou o nível do Patrimônio de Referência, no caso das instituições pequenas). Ou seja, se dez grandes bancos tiverem, cada um, US\$ 2,9 bilhões em posições vendidas, o total será de US\$ 29 bilhões e, no entanto, nesse caso, nenhum deles seria obrigado a recolher depósito compulsório.

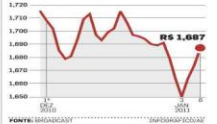
A entrada em vigor da nova decisão será apenas no dia 4 de abril. É o Banco Central mostrando flexibilidade no processo de ajuste bancário.

Alguém poderia perguntar se essa também não seria uma medida preventiva no sentido de que precede o novo aumento dos juros que inevitavelmente atrairá mais dólares. Esse tipo de consideração ressalva para terrenos excessivamente conspiratórios e, por isso, não merece atenção demais. Não é tão seguro assim que nova alta dos juros atraia muito mais dólares do que os que já estão chegando, estando sendo cobidos pelo forte IOF.

E, mesmo que a decisão seja mesmo a de iniciar um novo ciclo de alta de juros, não parece que apenas a instituição desse compulsório sobre posições vendidas em dólares seja suficiente para neutralizar o efeito provocado por novas entradas de capital.

CONFIRA

● Cotação do dólar



Fonte: Banco Central

Al vai a trajetória da cotação do dólar nos últimos 37 dias. Tanto o Ministério da Fazenda como o Banco Central foram suficientemente claros. Não vão tolerar cotações abaixo de R\$ 1,65 por dólar. As subidas do dólar nos dois últimos dias já é consequência da ação do governo.

● Repeteco?

Esse tipo de reação já aconteceu no passado. As autoridades também avisaram que não tolerariam o dólar abaixo de R\$ 1,80 e, depois, de R\$ 1,70. E, no entanto, as subidas do dólar nos dois últimos dias já é consequência da ação do governo.

AVALIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

- Garantia e penhora
- Seguro
- Fusão, cisão e incorporação
- Inventário patrimonial

EMBRAESP
Há 37 anos desenvolvendo avaliações em todo território nacional.

Sabático
Para quem respira literatura e cultura.

Tudo sabendo no Estado.

Sabático

Editorial econômico

A indústria terá bom início com estoque muito baixo



Não se dispõe ainda dos resultados do mês de dezembro, no que se refere à produção industrial do ano passado, mas já se pode perceber que no início do ano

houve um certo fortalecimento, mas depois ela entrou num período de estagnação em grande parte em razão do crescimento das importações. No ano todo, uma demanda doméstica robusta parece ter atingido seu ponto mais alto nas festas de fim de ano. Assim, 2011 está começando com o comércio sem estoques, o que permite pensar que, nos primeiros meses do ano, a indústria será solicitada a reconstituí-los.

Nos 11 primeiros meses do ano passado a produção industrial teve um aumento total acumulado de 11,1%. No entanto, ela se reduziu a cada mês, chegando a ser negativa em novembro, quando comparada com o mesmo período do ano anterior.

Os dados com ajuste sazonal mostram aumentos regulares para os três primeiros meses do ano, com um pico em março de 3,4%, mas exibindo, nos meses seguintes, aumentos sempre abaixo de 1%. Considerando os dados acumulados para os 11 primeiros meses, o setor dos bens de capital destacou-se com 2,2% de aumento. Os equipamentos para a construção,

para a agricultura (tratores) e para transporte (caminhões) são os principais bens de capital. Já os bens de capital para a indústria, que até setembro apresentavam aumentos acima de 20%, nos dois últimos meses caíram para 7,5%. A indústria investiu muito no início do ano para melhorar sua produtividade, mas não manteve essa política diante da concorrência dos produtos importados.

A produção de bens intermediários para os 11 meses cresceu 12,2%, destacando-se os veículos automotores destinados à construção e o subsector de extração mineral. Os bens de consumo duráveis apresentaram uma elevação de 10,6%, com destaque para automóveis e eletrodomésticos no 1.º semestre, graças aos incentivos. A produção de mobiliário continuou firme em razão da demanda para equipar novos apartamentos. Nos semiduráveis, foi a produção de bebidas que aumentou.

As boas vendas no Natal deverão permitir à indústria nacional um início do ano favorável para reconstituir os estoques. A importação exige um prazo mais longo e a capacidade de produção da indústria nacional está pronta para atender à demanda imediata, especialmente nos bens de consumo não duráveis (móveis, produtos têxteis e até aparelhos eletrodomésticos). Estima-se que isso estimule a indústria a investir.

Opinião

O passo e as pernas



ROMÉU CHAP CHAP

É inegável: 2010 foi um bom ano para o setor imobiliário nacional. Em todos os pontos do País, os lançamentos e as vendas registraram bons resultados. Conforme a pesquisa Secovi, de janeiro a outubro, na cidade de São Paulo, a comercialização registrou aumento de 0,3% em comparação com igual período do exercício anterior. Os lançamentos, por sua vez, cresceram 23%.

Suficientemente boa parte dos lançamentos estava reprimida por causa da crise econômica mundial. Portanto, vê-se uma retomada natural, embora apareçam ainda manifestações alarmistas sem fundamentos. O aparentemente exagerado volume de lançamentos relativo às vendas e os problemas pontuais no prazo de entrega de algumas obras (número inexpressivo, considerando a quantidade de empreendimentos entregues no prazo ou antes) fazem indagar se o setor estaria indo com muita sede ao pote. O pote de nova demanda, formada pelas classes emergentes que, apoiadas por linhas de crédito e subsídios do programa Minha Casa, Minha Vida, conquistaram o direito de sonhar com a casa própria — e comprá-la.

Do alto de meus 50 anos de experiência na área, observo que o aquecimento da economia obrigou o setor a cami-

nhar mais rápido e dar passos mais largos. Mas as pernas não cresceram na mesma proporção. E elas não são unicamente as das empresas incorporadoras e construtoras, que sofrem com a falta de obra básica e especializada e com a falta de equipamentos, nunca produzidos em volume adequado para enfrentar retomadas. Afinal, por duas décadas o Brasil não vinha tendo escala na produção de imóveis.

Com isso as empresas deixaram de comprar equipamentos, como guindastes, pesando a local-los. Facilmente que hoje há fila para alugá-los, o que está sendo parcialmente resolvido com importação, assim como a mão de obra é treinada nos próprios canteiros. Além disso, novas tecnologias construtivas começam a ser adotadas. Com escala é possível industrializar a montagem de imóveis. E a indústria imobiliária começando a operar como indústria.

O setor está resolvendo seus problemas. Porém a questão maior é a das pernas de todos aqueles de quem o setor imobiliário depende para fazer entregas. Falo aqui não do complexo processo de aprovação em vários departamentos governamentais. Falo, sim, da dificuldade de se obter documentação necessária para dar as chaves ao comprador, como certidões do INSS, ISS, consequente Habite-se, etc. É que também o setor público não se preparou para dar conta desse volume de solicitações. Os recursos materiais e humanos não aumentaram. A perna ficou curta e, mesmo acelerando o passo, é difícil, se não impossível, acompanhar o ritmo.

Fica a sensação, ou constatação, inevitável: a demanda atropelou-nos a todos, empresários, setor público e mesmo os agentes financeiros, também com suas dificuldades na hora dos repasses. O desenvolvimento econômico, que tirou da miséria milhões de brasileiros, somado às condições de acesso ao crédito imobiliário, gerou esse descompasso. Agora nos cabe acertar o passo. Parece-me que, naturalmente, as coisas começam a se acomodar. Primeiramente, vê-se que aquela pressão de preços dos imóveis (influenciada pela franca elevação dos custos dos terrenos) começou a afrouxar. Faltamente, já se vê o limite, fundamental para que o setor continue crescendo sem fazer o jogo de especuladores de plantão, sem euforias, mas com realismo e foco no resultado.

Presenciei vários ciclos do mercado de imóveis. E as ocasiões em que ele mais perdeu foi justamente quando saiu de um ritmo constante e partiu para o otimismo exagerado. E são sempre duas as consequências de quem dá o passo maior que as pernas: ou caiu ou se esgotou antes de chegar ao destino. A expectativa é que essa consciência sobre o andamento natural das coisas se estenda para todo o mercado, do empreendedor ao comprador. Assim, e somente assim, teremos o desejável desenvolvimento sustentável da indústria imobiliária.

* PRESIDENTE DO CONSELHO CONSULTIVO DO SECOP-SP E DA ROMÉU CHAP CHAP DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA

Panorama Econômico



CLEODORINO BELINI
PRESIDENTE DA ANFAVEA

"O setor (automobilístico) está reagindo muito bem e um termômetro é o grande movimento nas lojas."



TIMOTHY GEITHNER
SECRETÁRIO DO TESOURO DOS EUA

"A não aprovação do limite da dívida do país pode precipitar um default dos EUA, o que teria consequências catastróficas."



GUIDO MANTEGA
MINISTRO DA FAZENDA

"A medida (no câmbio) vai no cerne da questão. Hoje a cotação está se fazendo mais no mercado futuro do que no à vista."

INFRAESTRUTURA

● Consumo de asfalto bate recorde em 2010

As obras de infraestrutura turbinaram o consumo de asfalto e fez a indústria bater recorde de produção. No ano passado, foram usados cerca de 3 milhões de toneladas de asfalto nas inúmeras construções espalhadas pelo País, volume 43% superior ao registrado em 2009. Desse total, a Petrobras produziu 2,763 milhões de toneladas de

asfalto e superou o ano de 2009 em 36%. O restante, cerca de 300 mil toneladas, foi importado.

SECTOR DE SERVIÇOS

Empresário termina ano mais otimista

As vendas de Natal melhoraram o humor do empresário do setor de serviços em 2010. É o que mostrou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ao anunciar alta de 0,3% para o Índice de

"As medidas

(tomadas pelo BC para redimensionar as posições de câmbio das instituições financeiras) são para aumentar o nível de segurança nos mercados."

Alexandre Tombini

PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

Confiança de Serviços em

dezenove meses de queda consecutiva. Em novembro, o indicador caiu 0,3% ante outubro.

MEGALÍQUIDAÇÃO

Magazine Luiza espera vender 10% a mais

Hoje é o dia da queima anual de estoques do Magazine Luiza, que chega ao seu 18.º ano. A previsão da empresa, que abrirá as lojas da capital paulista às 5 da

manhã, é vender 10% a mais do

que no ano passado, quando foram comercializados R\$ 75 milhões em mercadorias. Os

descontos chegam a 70%, segundo a empresa, e as filas começaram a se formar três dias antes.

● Panorama positivo

Número de falências decretadas no Brasil em 2010 foi o menor desde 2005

732 decretos

de falências foram promulgados no ano de 2010

653 decretos

foram as falências entre micro e pequenas empresas; médias foram 64; e grandes, 15

ANEXO D – A INFLAÇÃO MOSTRA FORÇA

B2 | Economia | SÁBADO, 8 DE JANEIRO DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CELSE MING

celse.ming@gupepost.com.br

A inflação mostra força

Por duas vezes, no seu discurso de posse, a presidente Dilma Rousseff reafirmou seu compromisso com a derrubada da inflação. Os números de dezembro mostram que o governo precisa agir com vigor para evitar que os preços disparem em 2011.

Ao longo do ano passado, o ministro Guido Mantega tudo fez para tirar importância da alta de preços. Seu objetivo foi evitar que o Banco Central engatasse o tabuleiro da elevação dos juros. Mantega insistiu no diagnóstico de que a disparada de preços teve como causa choques de oferta de alimentos. Foi, diz ele, excesso de chuva que prejudicou a produção de tomate e a surpreendente quebra de safra que produziu "a inflação do feijãozinho". O que Mantega pretendia dizer é que não seria nova subida dos juros que garantiria

mais tomates ou mais feijão na mesa do consumidor. Tudo o que teria de ser feito era esperar para que a oferta se restaurasse e os preços voltassem ao normal.

Ao ministro não se pode negar certo dose de razão. Toda a estacada de preços dos alimentos teve um componente de choque de oferta. Além dos casos mencionados, a alta internacional do trigo, acompanhada pela da soja e do milho, teve a ver com estiagens nos países produtores, como Rússia e Argentina. E a alta dos preços da carne foi também causada pela excessiva liquidação de matrizes há dois anos.

No entanto, em nenhum país importante do mundo houve estacão tão forte como a que houve por aqui. Os dados do IBGE mostram que 3,18 pontos percentuais da inflação, que em 2010 foi de 5,91%, deveu-se ao salto dos preços dos alimentos. O feijão subiu 51,5% e a carne, 29,6%. Essa disparada foi também respon-

O RASTRO DA INFLAÇÃO

• Evolução do IPCA



Fonte: IBGE. Tabela: S&P. O gráfico mostra a evolução do IPCA em percentagem de 2004 a 2010. Os dados são: 2004: 7,60; 2005: 5,69; 2006: 3,14; 2007: 4,46; 2008: 4,31; 2009: 5,91.

bêdo. Ou seja, os preços dos alimentos subiram tudo o que subiram em 2010 também e especialmente porque as despesas públicas aumentaram demais, criaram renda demais e puxaram o consumo demais. Um forte componente dessa inflação tem a ver com a frotação da política fiscal adotada pelo governo com objetivo de lubrificar a máquina eleitoral.

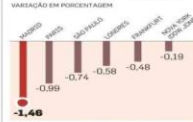
Isso significa que é preciso, sim, combater inflação de demanda que está minando o poder aquisitivo do trabalhador, como admitiu a presidente Dilma. O governo não pode contar mais com a queda da cotação do dólar, que barateia o produto importado. Nem com a persistência de uma baixa inflação nos países ricos. Ao contrário, a retomada da atividade econômica nos Estados Unidos e o forte consumo nos países asiáticos indicam que 2011 será um ano de mais pressões sobre os preços dos alimentos e matérias-primas.

O combate à alta de preços terá de se concentrar no uso de dois instrumentos de política econômica: austeridade na administração dos gastos públicos e aperto monetário (elevação dos juros).

As notícias de que o governo já admite reajuste do salário mínimo acima do nível anteriormente definido mostra que a disposição de apertar os cintos não é tão firme como pareciam indicar as declarações oficiais. Quanto aos juros, saberemos qual será a determinação do Banco Central na próxima reunião do Copom, dia 19.

CONFIRA

• Desempenho das bolsas ontem



Ontem, as bolsas tiveram um dia ruim, como mostra o gráfico. O comportamento do mercado de trabalho nos Estados Unidos (payroll) continua insatisfatório. "A esse ritmo serão necessários cinco anos para normalização do mercado de trabalho", disse Ben Bernanke, presidente do Fed (o banco central americano).

• Cada vez pior. Mas não foram apenas os problemas com o desemprego nos Estados Unidos que puxaram os mercados para baixo. Foi, também, a percepção de que a situação fiscal da área do euro continua em deterioração.

palanar

Toda quinta no Estadão.

Editorial econômico

A tolerância com a inflação explica o índice de 2010



A taxa oficial de inflação, o IPCA (Índice Nacional ao Consumidor Amplo), apresentou no ano passado um crescimento de 5,91%, o maior desde 2004.

É uma herança pesada, pois a inflação tem seu traço de que dificulta o retorno à normalidade.

O ex-presidente Lula reconheceu que a inflação afeta mais os mais pobres, mas não foi capaz de controlá-la. E as famílias de menor renda foram mais atingidas, com um aumento de 10,39% nas despesas de alimentação, que, pelo IPCA, representam 33,3% do orçamento familiar, e um aumento de 6,62% em relação ao ano anterior.

Não se pode atribuir ao governo a responsabilidade pelo encarecimento dos alimentos, mesmo com a política social tendo o efeito (positivo) de aumentar a demanda interna. O paradoxo maior, no caso, é um dos países que mais produzem alimentos no mundo não dispor de estoques regulares e ser vítima da especulação do mercado internacional, num mundo que teve problemas de abastecimento. É ainda estranho que, tendo o BNDIS contribuído para que possamos dispor dos maiores frigoríficos do mundo, a carne tenha sofrido um au-

mento de 29,64% nos acougues. Entre os itens não alimentícios tiveram o maior aumento salarial (11,82%), fruto da repercussão da elevação do mínimo. De uma maneira geral, os serviços tiveram os maiores aumentos e dificilmente terão preços menores nos próximos meses.

As despesas de vestuários e pessoais cresceram bastante (em torno de 7,5%) refletindo as melhorias da renda familiar. A educação, que pesa no orçamento, sofreu uma elevação de preços de 6,23%.

Podemos perguntar se a atitude do Banco Central (BC), que nos últimos meses do ano adotou uma política monetária mais frouxa, tem alguma responsabilidade nessa retomada da inflação, mas, por outro lado, não é possível ignorar a responsabilidade da elevada taxa de juros na evolução dos preços.

O novo presidente do BC se declarou em favor de uma meta de inflação menor, o que parece um paradoxo quando se verifica que a meta central de 4,5% foi ultrapassada. No entanto, ele tem alguma razão ao defender essa tese. Nós nos acostumamos a uma taxa que, em relação às de outros países, é certamente pouco ambiciosa e favorece um custo do dinheiro muito elevado. Nessa inflação é muito elevada no contexto internacional e não podemos nos habituar a conviver com ela.

Opinião

Nova estratégia brasileira para a China?

SANDRA POLÔNIA RIOS

Em sua viagem à China, prevista para acontecer nos próximos meses, a presidente Dilma Rousseff levará a preocupação com os efeitos da guerra cambial sobre as contas externas e os danos causados pela concorrência chinesa na indústria. A informação teria sido dada pelo novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, de acordo com matéria publicada em *Globo.com* de 3 de janeiro de 2011.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 28 de novembro de 2010, o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que "precisamos repensar nossa relação com a China". A percepção de que o Brasil carece de uma estratégia para lidar com a China tem sido recorrente nos debates sobre política externa e sobre inserção internacional no País.

Em 2010, a China absorveu 15,2% do total das exportações brasileiras, consolidando-se como principal mercado de destino para as vendas externas do País. A balança comercial bilateral foi amplamente superavitária para o Brasil, tendo o saldo positivo alcançado de US\$ 3,3 bilhões – com um crescimento de 21,5% em relação ao elevado superávit bilateral registrado em 2009.

Mas prevalece no Brasil a percepção de que não aproveitamos as oportunidades que o mercado chinês oferece e não nos defendemos com suficiente vigor dos prejuízos que as importações de produtos chineses trazem para a indústria nacional. Essa visão é alimentada pela diferença entre a participação de produtos chineses no total das importações brasileiras – de 14,1% em 2010 – e a participação do Brasil nas importações chinesas – inferior a 3%.

Muitos advogam que o governo brasileiro não é suficientemente ativo na adoção de instrumentos de defesa comercial. Isso não é exatamente verdade. A participação da China no total das investigações de dumping abertas no biênio 2008/2010 é de 24% (dados até outubro), muito superior à participação do País no total das importações brasileiras. Além disso, em 2010, o País foi o segundo entre os membros da OMC com maior número de investigações iniciadas. Portanto, não se pode acusar o governo de falta de ativismo nessa área.

Mais importante é o fato de que, se a estratégia brasileira para enfrentar a competição com produtos chineses no mercado nacional estiver centrada em mecanismos de defesa comercial, estamos perdidos. Esses instrumentos servem para aumentar o custo de importação de produtos específicos, depois de cumprir complexos procedimentos.

Por outro lado, há de reconhecer que a indiscutível competitividade dos produtos chineses é turbinada por políticas industriais opacas, intensivas em subsídios fiscais e creditícios. Conta, além

disso, com uma política cambial que mantém o yuan artificialmente desvalorizado que tem sido alvo de fortes pressões dos Estados Unidos.

Para lidar com os desafios e oportunidades que a China apresenta, temos que adotar estratégias abrangentes que envolvam agências em três níveis: doméstico, regional e multilateral. No âmbito doméstico, deveria prevalecer a tão conhecida agenda de competitividade. No âmbito regional, é desejável intensificar a agenda de integração com os países sul-americanos e com o México. Não se trata apenas de aprofundar negociações para a liberalização do comércio, mas também fundamental investir na integração física, cuja precariedade atual acarreta custos elevados para o transporte dos produtos brasileiros para os mercados da região, dificultando a concorrência com os produtos chineses nesses mercados.

Por fim, cabe ao governo brasileiro buscar aliados na cena internacional para pressionar a China a cumprir seus compromissos perante a OMC, eliminando subsídios proibidos pelas regras multilaterais e aumentando a transparência de suas políticas. Deve também aliar-se no G-20 aqueles países que demandam a flutuação da moeda chinesa. Essa agenda interessa não apenas ao Brasil, mas a muitos dos nossos vizinhos sul-americanos.

* PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CINDES)

Panorama Econômico



BEN BERNANKE
PRESIDENTE DO FEDERAL RESERVE

"Nesse ritmo de melhora, poderá levar quatro a cinco anos para que o mercado de trabalho se normalize totalmente."



YIGANG
VICE-GOVERNADOR DO BC DA CHINA

"A Europa é e continuará sendo um mercado de investimento crucial para as reservas em moeda estrangeira da China."



JEAN-CLAUDE TRICHET
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL EUROPEU

"A responsabilidade na política monetária não pode ser um substituto para a irresponsabilidade dos governos."

MERCOSUL-UE

Governo abre consulta pública sobre acordo

O governo abriu consulta pública para receber sugestões nos próximos 40 dias para melhorar a proposta brasileira dentro das negociações do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. De acordo com resolução do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, porém, apenas associações e entidades de clas-

se poderão apresentar oferta. As manifestações deverão ser feitas de acordo com as planilhas no endereço <http://www.mdic.gov.br/sito/interma>.

CONCURSO DOS CORREIOS

Devolução da taxa de inscrição começa na 2ª. A partir de segunda-feira, a Empresa de Correios e Telégrafos fará a restituição do valor pago pelos inscritos no concurso que seria realizado pela empresa no

"Acho que o acordo sobre o orçamento que foi fechado será aprovado pelo Congresso. A única questão é se isso acontecerá antes ou depois de uma crise do mercado de bonús."

Alan Greenspan
EX-PRESIDENTE DO FED

ano passado e que foi cancelado. O reembolso será feito nas agências dos Correios, com a apresentação do documento de identidade ou do comprovante de inscrição.

PARANÁ

Paraná terá R\$ 170 mi em investimentos. Na primeira viagem após a posse como governador do Paraná, Beto Richa (PSDB) esteve ontem no litoral do Estado para

JOSE DE CARVALHO (S&P)

anunciar investimentos que ultrapassam R\$ 170 milhões no Porto de Paranaguá, a serem feitos pelos governos estadual, federal e iniciativa privada. "Vamos fazer o possível para acelerar a modernização."

• Mercado aquecido

Venda de veículos importados teve forte crescimento no ano passado, segundo a Abveia

144,1% foi o avanço das vendas em 2010 em relação a 2009

39,6% foi o aumento das vendas em dezembro em relação a novembro somando 13.484 unidades

ANEXO E – POUCO PROGRESSO

ESTADO - BR - 2 - 09/01/11

B2 - B24H

CMYK

B2 Economia

DOMINGO, 9 DE JANEIRO DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CELSONO MING

celsonom@gmail.com

Pouco progresso

Há mais a levar em conta na evolução da economia dos Estados Unidos do que apenas a trajetória do índice de desemprego. E os Estados Unidos ainda são a principal locomotiva da economia global.

Sexta-feira, o Departamento do Trabalho americano anunciou o que, em princípio, poderiam ser boas notícias: a criação de 103 mil postos de trabalho em dezembro e o mergulho do índice de desemprego de 9,8% em novembro para 9,4% em dezembro.

No entanto, uma leitura mais atenta dos levantamentos mostrou duas coisas. Primeira, que as novas contratações ficaram aquém do esperado, abaixo de 150 mil vagas. E, segunda, houve uma forte redução da força de trabalho, aparentemente por fatores também negativos.

É preciso explicar melhor esse segundo ponto. Para que alguém integre as estatísticas de desemprego precisa estar à procura de emprego. E, nos últimos meses nos Estados Unidos, um enorme contingente da população ativa desistiu de procurar trabalho. Não há levantamentos que mostrem o que está acontecendo, mas dá para imaginar: muitos se aposentaram, outros mais estão vivendo de reservas pessoais e sabe-se lá quantos estão vivendo ao deus-dará.

Uma hora depois do anúncio feito pelo Departamento de Trabalho, o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Ben Bernanke, em depoimento no Comitê Organizador do Senado, lamentou o ritmo tartaruga da criação de empregos. "Essa velocidade pode ser necessária para normalizar o mercado de trabalho", disse. E, no entanto, outros indicadores



Bernanke. Ritmo tartaruga

demonstram que há uma expressiva recuperação da atividade econômica dos Estados Unidos.

Reforça-se, assim, a hipótese de que a produção nos países ricos será retomada sem contrapartida de criação de empregos. Ou seja, há um forte aumento da produtividade do trabalho ou, porque, por medo do desemprego, o empregado está trabalhando mais com o mesmo sa-

lário, ou porque cresceu a utilização de tecnologia da informação, que é poupadora de mão de obra.

Do ponto de vista imediato, de grande interesse para o Brasil, define-se que o Fed não terá nenhuma razão especial para mudar ou reverter o chamado afrouxamento quantitativo. Trata-se do compromisso de recomprar US\$ 600 bilhões em títulos do Tesouro, a um ritmo de US\$ 75 bilhões por mês, com simples emissão de moeda, para estimular o crédito e irrigar a economia americana.

É uma operação que vai contribuir para desvalorizar ainda mais o dólar nos mercados de câmbio e para inundar o Brasil com mais recursos os países emergentes, entre os quais o Brasil. O resultado será a valorização do real e a perda de competitividade do setor produtivo nacional. Enfim, reforçam-se as condições para a guerra cambial que vem sendo denunciada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Como essa operação monetária acontecerá em clima de recuperação da economia americana, não dá para desprezar outro efeito: elevação da demanda por matérias-primas, petróleo e alimentos. Esse aumento da procura mais a desvalorização do dólar estão montando um cenário de novas escaladas de preços das commodities. De um lado, reforçando as exportações do Brasil; de outro, contribuindo para a esticada da inflação.

CONFIRA

● Advertências

Sexta-feira, os presidentes dos dois mais importantes bancos centrais do mundo fizeram dramáticas cobranças de disciplina fiscal.

● Olhem o rombo

Ben Bernanke, o presidente do Fed (banco central dos Estados Unidos), advertiu no Senado que "as autoridades americanas não podem ignorar os elevados déficits dos Estados Unidos e seus efeitos negativos sobre a economia no futuro. (...) Quanto mais esperarmos para agir, maiores os riscos e mais dolorosa será a inevitável mudança no orçamento".

● Não cubra irresponsabilidade

Pouco antes, Jean-Claude Trichet, presidente do Banco Central Europeu (BCE), avisou as autoridades dos países da área do euro que "a responsabilidade na política monetária não pode ser substituída para a irresponsabilidade dos governos". Como alguns países estão fazendo reformas e outros estão atrasados, Trichet observou que as diferenças de competitividade entre países da área do euro estão se ampliando.



Todo sábado no Estadão.

Editorial econômico

O forte ritmo da atividade enfrenta seus limites



LUIZ CARLOS

Os dados sobre o crescimento do comércio varejista e, em especial, do segmento de veículos, mostram o ritmo extraordinariamente vigoroso da atividade econômica no fim de 2010. Cabe indagar em que medida esse ritmo é sustentável, sem maiores pressões sobre a política macroeconômica.

Segundo a Sersa e a Experian, o faturamento do comércio varejista cresceu 2,9% reais, entre novembro e dezembro, e 10,3%, entre 2009 e 2010. Esse percentual é superior ao previsto para o PIB de 2010 – elevado, mesmo levando em conta que houve recessão em 2009.

No ano passado, o segmento imobiliário cresceu 17%, beneficiando, indiretamente, áreas afins, como o setor de móveis, eletrodomésticos e informática, que avançou 14,9%. Isso se explica porque as famílias que compram casa própria necessitam mobilidade e equipá-las. O comércio de veículos, motos e peças teve alta de 10,9%, percentual expressivo, quando inferior ao indicado pela indústria automobilística.

Produção de veículos atingiu 3,63 milhões de unidades, segundo a Anfavea, e as vendas, 381,6 mil, em dezembro, e 3,215 milhões, em 2010, 11,9% acima de 2009. É o sétimo ano consecutivo de aumento de vendas – o País já é o quarto maior mercado consumidor do mundo, abaixo da China, dos Estados Unidos e do Japão. A questão é o grau de aperto necessário para evitar as pressões ameaçadoras da demanda sobre os preços e o câmbio (e, portanto, importações), sem cair no extremo oposto – um desaquecimento rápido da atividade, por ora rejeitado pela quase totalidade dos analistas econômicos.

Para evitar a exacerbção do consumo, refletida no IPCA de 5,91%, em 2010, o governo elevou os compulsórios dos bancos e encareceu o crédito ao consumidor, sobretudo a prazos superiores a dois anos, mas as medidas de contenção pouco efeito surtiram até dezembro, como mostram os dados da Sersa e da Anfavea. A rigor, a euforia das vendas de veículos, no mês passado, deveu-se à manutenção das facilidades de crédito presentes até novembro e à antecipação de licenciamentos. Será normal, assim, o recuo das vendas de veículos em janeiro, que costuma ser o mês mais fraco do ano, por questões sazonais.

Cabe lembrar que "machuca muito" uma queda abrupta da atividade, como notou o economista Ihan Gollifaj, em artigo no Estado. O desafio da Fazenda e do Banco Central é, pois, dosar o crescimento de tal modo que se concretize o sonho dos economistas e do País – alcançar a "síntoma fina" das políticas monetária e fiscal.

Opinião

Dilma e Lula em paralelo



FELI CALDAS

Os últimos atos de Lula foram livrar o ativista italiano Cesare Bartisti da extradição e a ex-ministra Enricke Guerra nesses primeiros dias de gestão o empenho da presidente em provar ao País que não é um poste – do que foi acusada e que tem a personalidade forte de uma mulher que não chegou ao poder para ornamentá-lo, tampouco esquentar cadeira para Lula. Dilma tenta mostrar que tem convicções e determinação para concretizá-las. Para acertar ou errar? O futuro dirá. Depende de seu programa de governo, ainda nebuloso e cheio de incertezas, e de enfrentar com habilidade, e também coragem, os que fingem ser aliados para se dar bem e fazem da chantagem instrumento de barganha para conseguir o que querem.

Com eles Lula foi complacente, generoso até. Passou oito anos acariando cabeças de corruptos, culpando a imprensa por divulgar fraudes, distribuindo cargos técnicos a políticos sabendo que ali estavam para tirar lascas de poder para seus partidos e comprometendo a qualidade de uma gestão que deveria focar o bem público.

Em seus dois discursos mais relevantes (na vitória eleitoral e no ato de posse), em que definiu mais linhas de conduta do que o conteúdo de um programa de governo, Dilma Rousseff avisou: "Será rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com a corrupção e não farei de seu discurso uma banal peça de retórica que logo será esquecida. Nos primeiros dias de governo, em 2003, Lula levou o ministério inteiro ao município mais pobre do País, para 'conhecerem de perto a miséria'. Em pouco tempo os ministros esqueceram o que viram, mas com este ato, Lula marcou sua linha de percurso dos próximos oito anos: a paixão pela viagem e pelo monólogo em discurso e a aversão pela gestão cotidiana do País.

Tratou de comprar o "aerolula" e saiu pelo Brasil afora e por todos os continentes do mundo. Só para o exterior ele viajou agora vezes. Em oito anos de governo operou como um animador de programa de auditório, que faz rir, busca popularidade e aplausos, fala o que quer e o que a plateia quer ouvir – inclusive inverdades. Para tocar o coração do País de Brasília ele tinha José Dirceu e Antonio Palocci, num primeiro momento, e depois a própria Dilma e Paulo Bernardo.

Nossa primeira semana Dilma se reconheceu gabinete, não deu entrevistas, não apareceu em público e tratou de começar a organizar e sistematizar o governo. Combinou linhas de ação com ministros, reuniu o conselho político para tentar acalmar PT e PMDB, as turmas pela disputa de cargos de segundo escalão (cumprirá a nomeação de técnicos ou cederá ao fisiologismo?). Chamou a atenção do Congresso para conversar, preocupada com a eleição de um petista para a presidência da Câmara e com a votação do salário mínimo. Ao contrário de Lula, ficou longe dos holofotes.

Mas Dilma continua devendo ao País seu programa de governo. Se ela fala de austeridade fiscal e privatização de aeroportos, certamente não será mera continuidade do governo Lula. Embora seja tema de consenso no governo, o Banco Central parece ter tido plena liberdade para decidir medidas de efeito cambial na última quinta-feira, sem interferência, como ela prometeu ao assumir.

Ela teve mais de dois meses para preparar as primeiras propostas de governo, aquelas que precisam ser divulgadas no calor das urnas para ganhar apoio popular. Não há uma só definição sobre as reformas (política, tributária, previdenciária, trabalhista e as micro-reformas). Não fazê-las foi enorme falta de Lula, um decepção para ele de oito anos. Dilma não pode repetir o erro.

✱ JORNALISTA E PROFESSORA DE COMUNICAÇÃO DA PUC-RIO E MAIL: SICALDAS@TIERRA.COM.BR

Panorama Econômico



PAULO RESENDE

PROFESSOR DA FUNDAÇÃO DOM CABRAL

"A responsabilidade da Dilma aumenta a partir de agora. Antes ela era gestora do PAC. Agora ela é a gestora do Orçamento."



CLEODORVINO BELINI

PRESIDENTE DA FIAT

"A opção por uma nova planta no Nordeste é resultado de um conjunto de condições favoráveis oferecidas pela região."



AFFONSO CELSO PASTORE

EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

"A indicação é de que o ciclo de elevação (da Selic) se iniciará em janeiro e, no total, somará 1,5 ponto percentual."

DEMANDA

● Consumo interno puxa crescimento na China

A economia da China cresceu 10% em 2010, com avanço de 18,6% das vendas no varejo, mostrando que o movimento está sendo puxado pelo consumo interno. O governo chinês quer ampliar o consumo doméstico e permitir que o povo a desfrute de uma parcela maior do rápido crescimento dos próximos cinco anos.

IPO

● Mais estatais chinesas devem abrir capital

A China quer incentivar mais empresas estatais a ter ações no mercado a partir de 2011, com o objetivo de aumentar a participação de ativos do Estado negociados em bolsa. O país asiático foi líder do mercado mundial de IPO em 2010, com empresas que movimentaram mais de 400 bilhões de yuanes (US\$ 60 bilhões) em Xangai e Shenzhen.

● "A China é um investidor de longo prazo e responsável e vai continuar tendo um impacto positivo e estabilizador nos mercados internacionais."

Wen-Chao Li
VICE-PRIMEIRO-CHIEF

O fluxo constante de novas ofertas no mercado de ações: o Índice de Shanghai caiu 14% em 2010, em parte por causa da crise por ações novas.

CRISE

● Berlim e Paris querem que Lisboa aceite ajuda

Alemanha e França querem que Portugal aceite ajuda internacional o mais rápido possível para evitar que a crise da dívida se

espalhe a outros países, informou a revista alemã Der Spiegel no sábado. Sem citar fontes, a revista disse que os dois gigantes europeus temem que Lisboa não seja capaz de financiar sua dívida a taxas razoáveis.

● Imposto de Renda

A Receita Federal vai liberar amanhã a consulta ao primeiro lote residual de IR de 2010

79.343 contribuintes devem ter a restituição liberada já no primeiro lote

7.899 do total são contribuintes com mais de 60 anos de idade, segundo informou a Receita

ANEXO F - GUERRA É GUERRA

ESTADO - BR - 2 - 11/01/11

B2 -

CMYK

B2 | Economia | TERÇA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CELSO MING

celso.ming@globo.com.br

Guerra é guerra

O ntem, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, e o ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, falaram do mesmo animal e, no entanto, cada um tem dele um entendimento diferente.

O animal, no caso, é o forte afluxo de moeda estrangeira nos países emergentes, que outra coisa não é senão a manifestação do fenômeno que o ministro Mantega vem chamando, com enorme repercussão internacional, de guerra cambial.

Trichet adverte ontem na Basileia, no encontro de presidentes de bancos centrais, para o problema da excessiva entrada de capitais nos países emergentes, como se os bancos centrais dos países ricos, inclusive o que ele próprio dirige, não tivessem

nada a ver com essa aterrisagem de dólares e de euros. Ela só está acontecendo porque os bancos centrais dos Estados Unidos e da área do euro estão despejando quantidades recorde de moeda no mercado, alegadamente para irrigar economias estagnadas, ignorando que o resultado disso é a desestabilização denunciada pelo próprio Trichet.

E Mantega denunciou em entrevista ao *Financial Times*, de Londres, a forte entrada de capitais e o estrago que provoca na competitividade das empresas brasileiras, como se a política que ele próprio põe em prática não tivesse nada a ver com isso. O ministro ignora o fato de que boa parte dessa enxurrada só acontece porque o governo federal gasta demais, despeja recursos no mercado, cria renda e consumo acima da capacidade de oferta da economia. E esquece também o fato de que, por não cum-



Mantega. Denunciar no G-20

prir sua parte na austeridade das finanças públicas, o Banco Central do Brasil não tem outra saída senão posar a aliança dos juros. E, assim, os capitais chegam (ou deixam de sair) para tirar proveito dos juros mais altos aqui dentro.

Mantega foi além. Avisou que vai denunciar no Grupo dos 20 (G-20) a manipulação cambial. E quer que a Organização Mundial do Comércio (OMC) defina

na manipulação cambial como forma vedada de subsídio comercial o que, portanto, caracteriza jogo inadmissível no comércio exterior.

Não dá para saber o que o ministro Mantega define exatamente como "manipulação cambial". Ele provavelmente não está pensando apenas na política adotada pela China, que mantém o yuan, a moeda nacional, atrelado ao dólar. Está pensando também na operação de afrouxamento monetário quantitativo do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), que está despejando US\$ 75 bilhões por mês em moeda emitida na recompra de títulos do Tesouro americano.

Mantega está reforçando suas próprias denúncias sobre a tal guerra cambial. Só que fica muito difícil sustentar o argumento da manipulação cambial quando o Banco Central do Brasil e agora o Tesouro Nacional não param de intervir no câmbio e anunciam ainda mais medidas.

Ninguém está dizendo que o jogo do Brasil está errado. O que está sendo relembrado é que quem coípe para cima na cara da cal, como diz o ditado, a menos que a manipulação cambial defensiva seja aceitável enquanto a ativa, não. Como em toda a guerra, nessa guerra cambial a primeira vítima é a verdade. No mais, nesse imenso diálogo de surdos, cada um fala o que lhe convém.

CONFIRA

● **Esquizofrenia**
A política cambial do Brasil está ficando esquizofrênica. O Banco Central continua dizendo que não tem meta de câmbio. Reafirma que apenas atua no mercado com o objetivo de reduzir volatilidades.

● **Meta cambial**
Ontem, o ministro Guido Mantega divulgou as novas atribuições do Fundo Soberano do Brasil. Ele agora vai atuar no mercado de derivativos (mercado futuro de moeda estrangeira) com o objetivo declarado de impedir nova valorização do real. E quem vai atuar em nome do Fundo é o Banco Central.

● **Contradição**
Já estava difícil entender que o Ministério da Fazenda atua no câmbio com objetivos diferentes do Banco Central. Mas agora fica mais difícil entender que o Banco Central possa atuar de maneira contraditória. Vai continuar nas compras de dólares no mercado à vista apenas para impedir volatilidades. Mas, em nome do Fundo, vai atuar nos derivativos para defender um piso cambial.



Todo sábado no Estadão.

Editorial econômico

Operações com CDBs não precisam de liquidez



Com uma medida decretada no fim do ano passado, cujo objetivo é criar um mercado de operações de crédito de longo prazo e, com isso, ter um melhor casamento entre operações passivas e ativas das instituições financeiras, o governo está promovendo a volta das operações de *overnight* entre os bancos e seus clientes que marcaram o tempo de alta inflação.

Com o objetivo louvável de estimular um mercado secundário absolutamente necessário para captar recursos de longo prazo, o governo decidiu licitar de IOP os títulos de renda fixa resgatados antecipadamente ou revendidos antes de decorridos 30 dias. Tal medida atinge os CDBs, cujo estoque detido pelos bancos está em torno de R\$ 850 bilhões e representa uma fonte importante de recursos para as instituições que não podem depender apenas de depósitos à vista ou a prazo para financiar seus clientes.

Os maiores bancos ainda oferecem CDBs com liquidez diária, mas, depois que acabou a inflação elevada, tais operações ficaram muito reduzidas. Com a licitação IOP para resgate antecipado, as grandes instituições poderão oferecer tais operações, reduzindo drasticamente a remuneração dos CDBs e criando um

sistema semelhante ao das operações *overnight*.

Mas essa medida poderá submer as pequenas e médias instituições financeiras, que têm dificuldades para captar recursos externos e dependem da colocação de CDBs para oferecer créditos, a uma concorrência ainda maior dos grandes bancos. A medida fragiliza pequenas instituições que têm um papel importante na oferta de crédito para as empresas de menor porte.

Por outro lado, as empresas poderão se interessar pelo mercado secundário de CDBs para financiar suas operações de curto prazo — o que certamente aumentaria os riscos dos investidores.

A criação de um mercado secundário justifica-se para aplicações de longo prazo, como as debêntures ou as letras financeiras. De fato, sem a possibilidade de tornar líquidas operações de longo prazo, os investidores não aplicariam nesse tipo de títulos. Ora, se o Brasil pretende tornar-se uma economia moderna, precisa dispor dessa base financeira, deixando de depender apenas de uma instituição como o BNDES, cujos recursos estão se esgotando ou dependem excessivamente de operações subvencionadas pelo Tesouro Nacional, em condições totalmente condenáveis. Isso não quer dizer que papéis de médio prazo, como os CDBs, precisem de um mercado secundário.

Opinião

2011: o ano da inflexão econômica



PAULO R. HADDAD

Que cenário poderemos esperar para a economia brasileira em 2011? Haverá continuidade no processo de crescimento acelerado? Há risco de desmonte das taxas de inflação? Um dos grandes méritos do governo Lula foi o de enfrentar com rapidez e flexibilidade os desafios da crise econômica que se iniciou em 2008 nos EUA e se espalhou globalmente. O gasto público se expandiu, os bancos do governo federal ampliaram seus empréstimos e financiamentos, incentivos fiscais foram distribuídos para atividades econômicas (indústria automobilística, construção civil, eletroeletrônica) que comandam poderosas cadeias produtivas. O resultado agregado foi um crescimento da nossa economia em ritmo anual de 7,5%, enquanto os países mais desenvolvidos sofriram um processo de estagnação com taxas muito elevadas de desemprego.

Entretanto, a superação da crise trouxe em seu bojo um conjunto de restrições que irão provocar inflexões e descontinuidades de grande profundidade. A primeira delas é o risco de uma aceleração inflacionária, à medida que a expansão da demanda, principalmente do consumo privado e dos gastos correntes do governo, tem esbarrado nos

limites da capacidade produtiva do país, no seu enigmático PIB brasileiro. Reverter esta aceleração significa políticas monetárias contracionistas com taxas de juros mais elevadas, rebatendo em menores taxas de crescimento econômico com todas suas mazelas no emprego e na distribuição de renda.

A segunda restrição está nas contas públicas, com o descontrolado dos gastos ao longo dos últimos 8 meses. As despesas não financeiras do governo representam quase 20% do PIB de 2010. Uma implicação imediata será a necessidade de segurar as suas despesas de custeio principalmente de pessoal e de investimentos, praticando uma política fiscal que muito pouco contribuirá para gerar mais renda e mais emprego, embora ela seja funcional para manter a dívida pública sob controle.

Finalmente, como os dólares não param de entrar no Brasil por causa de nossas crescentes exportações, da atração de investimentos externos diretos e das aplicações financeiras especulativas, o real é hoje uma moeda muito valorizada, que barateia as importações de bens e serviços e torna as exportações menos competitivas. Consequência: as contas externas caem no vermelho com o déficit da conta corrente crescendo fortemente ao longo dos últimos três anos.

Essas restrições, que devem levar a políticas econômicas indutoras de um crescimento econômico menor e de uma inflação mantida sob controle, na data tem de dramático. O Brasil dispõe de quase US\$ 300 bilhões de reservas internacionais, as quais permitem flexibi-

zar a gestão de uma eventual crise cambial. As potencialidades econômicas do País estão em sintonia com os segmentos do comércio internacional que mais estão se expandindo atualmente em valor (minérios, metais, agronegócio e biocombustíveis). Essa sintonia é um fator de mobilização de um número significativo de grandes projetos de investimento. Da mesma forma, a expansão do mercado interno, pelos ganhos de produtividade e pela melhoria da distribuição de renda, torna o Brasil menos vulnerável a crises de negócios na economia mundial.

De qualquer forma, não se pode contar com o fim da crise econômica mundial como um elemento favorável a mais para o cenário da economia brasileira em 2011. Embora tenhamos vivido vários momentos de instabilidade na economia mundial desde que houve um avanço do sistema financeiro sobre o lado real das economias nacionais, a partir dos anos 1970, a atual crise econômica financeira apresenta características absolutamente inéditas, tornando difícil enquadrá-la nas crises das duas últimas décadas.

É a primeira grande crise após a profunda integração dos mercados financeiros de todos os países desenvolvidos e emergentes e de muitos outros menos desenvolvidos. Podemos estar no contexto em que ainda não sabemos o que não sabemos sobre esta crise.

PROFESSOR DO IUPERJ, FOMI, MINISTRO DO PLANEJAMENTO E DA FAZENDA.

Panorama Econômico



ELENA SALGADO
MINISTRA DA ECONOMIA DA ESPANHA
"Portugal não precisa buscar qualquer tipo de plano de resgate porque está cumprindo seus compromissos."



JEAN-CLAUDE TRICHET
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL EUROPEU
"O fluxo de capital é uma questão muito importante, em especial no caso das economias emergentes."



GUIDO MANTEGA
MINISTRO DA FAZENDA
"Temos excelente relação comercial com a China... Mas existem alguns problemas, já que a China é um grande competidor."

ZÂMBIA

País estuda investir em usina de etanol

O governo da Zâmbia planeja criar uma usina de produção de etanol em sua província Oriental buscando reduzir os gastos com combustíveis fósseis importados, conforme informou a mídia estatal, citando o presidente do país, Rupiah Banda. O governo aumentará a produção de cana-de-açúcar para impulsionar a pro-

dução de etanol, segundo o jornal *Lusaka Times*. A publicação menciona visita feita pelo presidente Rupiah Banda ao Brasil no ano passado para aprender como o etanol pode ser usado. O jornal não revelou a capacidade nem o custo da nova fábrica. A Zâmbia é a maior produtora de cobre da África e consome cerca de 3 milhões de litros de produtos de petróleo por dia. As minas de cobre e cobalto respondem pela maior parte desse consumo.

"Vamos investir na zona do ouro para contribuir para a estabilidade da região. Vocês poderão ver nossos esforços muito em breve... talvez nesta semana ou na próxima."

Rintaro Tamaki
VICE-MINISTRO DAS FINANÇAS DO JAPÃO

BANGLADESH

Bolsa despensa 9,25% e causa tumulto

Um tumulto se espalhou ontem por Daca, a capital de Bangladesh, quando uma multidão expressou sua fúria após a bolsa de valores local despencar mais de 9% em uma hora. As operações foram suspensas depois que as ações caíram 9,25% logo no início da sessão. O índice geral da bolsa, o DGEI, subiu 80% em 2010, mas sofreu uma



● **Início ruim**
Balanço comercial brasileiro fecha a primeira semana de janeiro com déficit de US\$ 486 milhões.

foi o déficit registrado entre os dias 1º e 9 de janeiro, período com cinco dias úteis.

US\$ 2,7 bi

foi o total exportado pelo País no período e US\$ 2,2 bilhões foi o total importado.

ANEXO G – A INFLAÇÃO MOSTRA SUA FORÇA

ESTADO - BR - 2 - 08/01/11

B2 -

CMYK

B2 | Economia | SÁBADO, 8 DE JANEIRO DE 2011

CELSONO MING
celsonoming@grupoestado.com.br

A inflação mostra força

Por duas vezes, no seu discurso de posse, a presidente Dilma Rousseff reafirmou seu compromisso com a derribada da inflação. Os números de dezembro mostram que o governo precisa agir com vigor para evitar que os preços disparem em 2011.

Apesar do ano passado, o ministro Guido Mantega tudo fez para tirar importância da alta de preços. Seu objetivo foi evitar que o Banco Central engatilhasse o trabuço da elevação dos juros. Mantega insistiu no diagnóstico de que a disparada de preços teve como causa choques de oferta de alimentos. Foi, diz ele, excesso de chuva que prejudicou a produção de tomate e a surpreendente quebra de safra que produziu "a inflação do feijãozinho". O que Mantega pretendia dizer é que não seria nova subida dos juros que garantiria

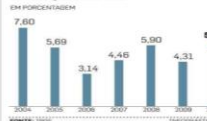
mais tomates ou mais feijão na mesa do consumidor. Tudo o que teria de ser feito era esperar para que a oferta se restaurasse e os preços voltassem ao normal.

Além disso, não se pode negar certo dose de razão. Toda a esticada de preços dos alimentos teve um componente de choques de oferta. Além dos casos mencionados, a alta internacional do trigo, acompanhada pela da soja e do milho, teve a ver com entragens nos países produtores, como Rússia e Argentina. E a alta dos preços da carne foi também causada pela excessiva liquidação de matrizes há dois anos.

No entanto, em nenhum país importante do mundo houve esticão tão forte como o que houve por aqui. Os dados do IBGE mostram que 3,18 pontos percentuais da inflação, que em 2010 foi de 5,91%, deveu-se ao salto dos preços dos alimentos. O feijão subiu 51,5% e a carne, 29,6%. Essa disparada foi também respon-

O RASTRO DA INFLAÇÃO

Evolução do IPCA



sável pelo reajuste de 10,6% nos preços das refeições fora de casa. É que o sujeito não tropeçou apenas porque havia uma pedra no seu caminho; tropeçou, principalmente, porque estava

bêbado. Ou seja, os preços dos alimentos subiram tudo o que subiram em 2010 também e especialmente porque as despesas públicas aumentaram demais, criaram renda demais e puxaram o consumo demais. Um forte componente dessa inflação tem a ver com a frouxidão da política fiscal adotada pelo governo com objetivo de lubrificar a máquina eleitoral.

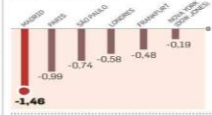
Isso significa que é preciso, sim, combater a inflação de demanda que está minando o poder aquisitivo do trabalhador, como admitiu a presidente Dilma. O governo não pode contar mais com a queda da cotação do dólar, que barateia o produto importado. Nem com a persistência de uma baixa inflação nos países ricos. Ao contrário, a retomada da atividade econômica nos Estados Unidos e o forte consumo nos países asiáticos indicam que 2011 será um ano de mais pressões sobre os preços dos alimentos e matérias-primas.

O combate à alta de preços terá de se concentrar no uso de dois instrumentos de política econômica: austeridade na administração dos gastos públicos e aperto monetário (elevação dos juros). As notícias de que o governo já admite reajuste do salário mínimo acima do nível anteriormente definido mostram que a disposição de apertar os cintos não é tão firme como pareciam indicar as declarações oficiais. Quanto aos juros, sabemos qual será a determinação do Banco Central na próxima reunião do Copom, dia 19.

CONFIRA

Desempenho das bolsas ontem

Variação em porcentagem



Ontem, as bolsas tiveram um dia ruim, como mostra o gráfico. O comportamento do mercado de trabalho nos Estados Unidos (payroll) continua insatisfatório. "A esse ritmo serão necessários cinco anos para normalização do mercado de trabalho", disse Ben Bernanke, presidente do Fed (o banco central americano).

• Cada vez pior

Mas não foram apenas os problemas com o desemprego nos Estados Unidos que puxaram os mercados para baixo. Foi, também, a percepção de que a situação fiscal da área do euro continua em deterioração.

na

Toda quinta no Estadão.

Editorial econômico

A tolerância com a inflação explica o índice de 2010



A taxa oficial de inflação, o IPCA (Índice Nacional ao Consumidor Amplo), apresentou no ano passado um crescimento de 5,91%, o maior desde 2004.

É uma herança pesada, pois a inflação tem seu trade off que dificulta o retorno à normalidade.

O ex-presidente Lula reconheceu que a inflação afeta mais os mais pobres, mas não foi capaz de contê-la. E as famílias de menor renda foram mais atingidas, com um aumento de 10,39% nas despesas de alimentação, que, pelo IPCA, representam 32,4% do orçamento familiar, e um aumento básico na sua cesta, o feijão, aumentou 51,5% em relação ao ano anterior.

Não se pode atribuir ao governo a responsabilidade pelo encarecimento dos alimentos, mesmo com a política social tendo o efeito (positivo) de aumentar a demanda interna. O paradoxo maior, no caso, é um dos países que mais produzem alimentos no mundo não dispor de estoques reguladores e ser vítima da especulação do mercado internacional, num mundo que teve problemas de abastecimento. E ainda estranho que, tendo o BNDES contribuído para que possamos dispor dos maiores frigoríficos do mundo, a carne tenha sofrido um au-

mento de 29,64% nos aqouages.

Entre os itens não alimentícios do IPCA, os empregados domésticos tiveram o maior aumento salarial (11,82%), fruto da repercussão da elevação do mínimo. De uma maneira geral, os serviços tiveram os maiores aumentos e dificilmente terão preços menores nos próximos meses.

As despesas de vestuários e pessoais cresceram bastante (em torno de 7,5%) refletindo as melhorias da renda familiar. A educação, que pesa no orçamento, sofreu uma elevação de preços de 6,23%.

Podemos perguntar se a atitude do Banco Central (BC), que nos últimos meses do ano adotou uma política monetária mais frouxa, tem alguma responsabilidade nessa retomada da inflação, mas, por outro lado, não é possível ignorar a responsabilidade da elevada taxa de juros na evolução dos preços.

O novo presidente do BC se declarou em favor de uma meta de inflação menor, o que parece um paradoxo quando se verifica que a meta central de 4,5% foi ultrapassada. No entanto, ele tem alguma razão ao defender essa tese. Nós nos acostumamos a uma taxa que, em relação às de outros países, é certamente pouco ambiciosa e favorece um custo do dinheiro muito elevado. Nossa inflação é muito elevada no contexto internacional e não podemos nos habituar a conviver com ela.

Opinião

Nova estratégia brasileira para a China?

SANDRA POLÓNIA RIOS

“E m sua viagem à China, prevista para acontecer nos próximos meses, a presidente Dilma Rousseff levará Pequim sua preocupação com os efeitos da guerra cambial sobre as contas externas e os danos causados pela concorrência chinesa na indústria.”

A informação teria sido dada pelo novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, de acordo com matéria publicada em *Globo.com* de 3 de janeiro de 2011. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em dia 28 de novembro de 2010, o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que “precisamos repensar nossa relação com a China”. A percepção de que o Brasil carece de uma estratégia para lidar com a China tem sido recorrente nos debates sobre política externa e sobre inserção internacional no País.

Em 2010, a China absorveu 12,2% do total das exportações brasileiras, consolidando-se como o principal mercado de destino para as vendas externas do País. A balança comercial bilateral foi amplamente superavitária para o Brasil, tendo o saldo positivo alcançado de US\$ 5,2 bilhões – com um crescimento de 21,5% em relação ao já elevado superávit bilateral registrado em 2009.

Mas prevalece no Brasil a percepção de que não aproveitamos as oportunidades que o mercado chinês oferece e não nos defendemos com suficiente vigor dos prejuízos que as importações de produtos chineses trazem para a indústria nacional. Essa visão é alimentada pela diferença entre a participação de produtos chineses no total das importações brasileiras – de 14,1% em 2010 – e a participação do Brasil nas importações chinesas – inferior a 5%.

Muitos advogam que o governo brasileiro não é suficientemente ativo na adoção de instrumentos de defesa comercial. Isso não é exatamente verdade. A participação da China no total das investigações de dumping abertas no biênio 2008/2010 é de 2,4% (dados até outubro), muito superior à participação do País no total das importações brasileiras. Além disso, em 2010, o País foi o segundo entre os membros da OMC com maior número de investigações iniciadas. Portanto, não se pode acusar o governo de falta de ativismo nessa área.

Mais importante é o fato de que, se a estratégia brasileira para enfrentar a competição com produtos chineses no mercado nacional estiver centrada em mecanismos de defesa comercial, estamos perdidos. Esses instrumentos servem para aumentar o custo de importação de produtos específicos, depois de cumprir complexos procedimentos.

Por outro lado, há de reconhecer que a indiscutível competitividade dos produtos chineses é turbinada por políticas industriais opacas, intensivas em subsídios fiscais e creditícios. Conta, além

disso, com uma política cambial que mantém o yuan artificialmente desvalorizado e que tem sido alvo de fortes pressões dos Estados Unidos.

Para lidar com os desafios e oportunidades que a China apresenta, temos que adotar estratégias abrangentes que envolvam agências em três níveis: doméstico, regional e multilateral. No âmbito doméstico, deveria prevalecer a tão conhecida agenda de competitividade. No âmbito regional, é desejável intensificar a agenda de integração com os países sul-americanos e com o México. Não se trata apenas de aprofundar negociações para a liberalização do comércio, mas é também fundamental investir na integração física, cuja precariedade atual acarreta custos elevados para o transporte dos produtos brasileiros para os mercados da região, dificultando a concorrência com os produtos chineses nesses mercados.

Por fim, cabe ao governo brasileiro buscar aliados na cena internacional para pressionar a China a cumprir seus compromissos perante a OMC, eliminando subsídios proibidos pelas regras multilaterais e aumentando a transparência de suas políticas. Deve também aliar-se no G-20 a aqueles países que demandam a flutuação da moeda chinesa. Essa agenda interessa não apenas ao Brasil, mas a muitos dos nossos vizinhos sul-americanos.

* PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CINDES)

Panorama Econômico



BEN BERNANKE

PRESIDENTE DO FEDERAL RESERVE

“Nesse ritmo de melhora, poderá levar quatro a cinco anos para que o mercado de trabalho se normalize totalmente.”



YIGANG

VICE-GOVERNADOR DO BC DA CHINA

“A Europa é e continuará sendo um mercado de investimento crucial para as reservas em moeda estrangeira da China.”



JEAN-CLAUDE TRICHET

PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL EUROPEU

“A responsabilidade na política monetária não pode ser um substituto para a irresponsabilidade dos governos.”

MERCOSUL-UE

Governo abre consulta pública sobre acordo

O governo abriu consulta pública para receber sugestões nos próximos 40 dias para melhorar a proposta brasileira dentro das negociações do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. De acordo com resolução do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, porém, apenas associações e entidades de clas-

se poderão apresentar oferta. As manifestações deverão ser feitas de acordo com as planilhas no endereço <http://www.minc.gov.br/sito/interma>.

CONCURSO DOS CORREIOS

Devolução da taxa de inscrição começa na 2ª

A partir de segunda-feira, a Empresa de Correios e Telégrafos fará a restituição do valor pago pelos inscritos no concurso que seria realizado pela empresa no

“Acho que o acordo sobre o orçamento que foi fechado será aprovado pelo Congresso. A única questão é se isso acontecerá antes ou depois de uma crise do mercado de bônus.”

Alan Greenspan
EX-PRESIDENTE DO FED

ano passado e que foi cancelado. O reembolso será feito nas agências dos Correios, com a apresentação do documento de identidade ou do comprovante de inscrição.

PARANÁ

Paraná terá R\$ 170 mil em investimentos

Na primeira viagem após a posse como governador do Paraná, Beto Richa (PSDB) esteve ontem no litoral do Estado para

anunciar investimentos que ultrapassam R\$ 170 milhões no Porto de Paranaguá, a serem feitos pelos governos estadual, federal e iniciativa privada. “Vamos fazer o possível para acelerar a modernização.”

144,1%
foi o avanço das vendas em 2010 em relação a 2009

• Mercado aquecido

Venda de veículos importados teve forte crescimento no ano passado, segundo a Abieva

39,6%
foi o aumento das vendas em dezembro em relação a novembro somando 13.484 unidades

ANEXO H – COMO DOMAR A INFLAÇÃO?



Ba. Economia (JORNAL DO ESTADO DE SÃO PAULO)

O ESTADO DE S. PAULO

CELSO MING

@celso ming

Como domar a inflação?

O governo Dilma começou enfrentando o risco de não conseguir controlar os preços básicos (alimentos e energia) e a inflação. No entanto, o risco de não conseguir controlar os preços básicos (alimentos e energia) e a inflação.

Uma em duas coisas é necessária para controlar a inflação: a primeira é controlar os preços básicos (alimentos e energia) e a segunda é controlar os preços básicos (alimentos e energia).

Segundo a pesquisa de opinião da Consultoria para a Economia e o Desenvolvimento Econômico (CEDE), a população brasileira acredita que o maior risco à inflação é o aumento dos preços básicos (alimentos e energia).



Dilma, o primeiro desafio

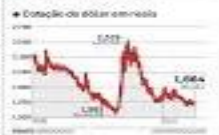
está, no momento, sob o risco de não conseguir controlar os preços básicos (alimentos e energia) e a inflação.

Porém, principalmente, uma observação: a inflação não é apenas o aumento dos preços básicos (alimentos e energia), mas também o aumento dos preços básicos (alimentos e energia).

Segundo a pesquisa de opinião da Consultoria para a Economia e o Desenvolvimento Econômico (CEDE), a população brasileira acredita que o maior risco à inflação é o aumento dos preços básicos (alimentos e energia).

DE VOLTA AO PISO

+ Cotação do dólar em reais



Os dados mostram que a inflação não é apenas o aumento dos preços básicos (alimentos e energia), mas também o aumento dos preços básicos (alimentos e energia).



Todo sábado no Estadão.

Opinião

Mudar a política de investimento



CELSE MING

O Brasil está em uma situação de crise econômica. A inflação está alta, o desemprego está alto, e o governo não consegue controlar os preços básicos (alimentos e energia).

Segundo a pesquisa de opinião da Consultoria para a Economia e o Desenvolvimento Econômico (CEDE), a população brasileira acredita que o maior risco à inflação é o aumento dos preços básicos (alimentos e energia).

O governo deve acabar com gargalos e abrir espaço para o crescimento da indústria e do setor privado.

O Brasil está em uma situação de crise econômica. A inflação está alta, o desemprego está alto, e o governo não consegue controlar os preços básicos (alimentos e energia).

Segundo a pesquisa de opinião da Consultoria para a Economia e o Desenvolvimento Econômico (CEDE), a população brasileira acredita que o maior risco à inflação é o aumento dos preços básicos (alimentos e energia).

Panorama Econômico



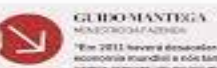
NICOLAS SARKOZY, PRESIDENTE DA FRANÇA

"Não acredito que a França esteja em uma situação de crise econômica."



GUIDO MANTEGA, MINISTRO DA FAZENDA

"Em 2011, haverá um crescimento da economia brasileira e não haverá uma recessão econômica."



BARACK OBAMA, PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS

"Haverá uma recuperação econômica nos Estados Unidos e não haverá uma recessão econômica."

RECEITA
A receita federal cresceu 2,8% em 2010, o maior crescimento desde 2007.

DESEMPREGO
O desemprego em 2010 foi de 11,5%, o maior desde 2007.

INFLAÇÃO
A inflação em 2010 foi de 5,5%, o maior desde 2007.

DESEMPREGO
O desemprego em 2010 foi de 11,5%, o maior desde 2007.

INFLAÇÃO
A inflação em 2010 foi de 5,5%, o maior desde 2007.

